NEGRITUDE & MODERNIDADE

NEGRITUDE & MODERNIDADE

NEGRITUDE & MODERNIDADE

A TRAJETÓRIA DE
EDUARDO GONÇALVES RIBEIRO

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
1990

VIVALDO BARROS FROTA
Governador do Estado do Amazonas

APRESENTAÇÃO

Disse recentemente o eminente amazonólogo Arthur Cézar Ferreira Reis a respeito de Eduardo Gonçalves Ribeiro: "Justas, extremamente justas, todas e quaisquer homenagens que possam ser prestadas a esse ilustre administrador". Imbuído desse compromisso, o governo do Estado do Amazonas traz a público este álbum iconográfico, fruto de minuciosa pesquisa e de dedicado esforço, para traduzir, através de informações consistentes e da excelência gráfica, um justo tributo a quem legou ao Amazonas um leque admirável de realizações que resistiram ao tempo e ao descaso.

Refletir sobre a figura de Eduardo Ribeiro e sua magnânima obra ajuda a identificar o verdadeiro papel que se espera ver cumprido pelo homem público: o de direcionar para o bem comum a gestão da coisa pública. Diferentemente de todos os governadores que dirigiram o Amazonas no apogeu da borracha — fonte de riquezas e contendas terríveis —, Eduardo Ribeiro deixou fincados na paisagem arquitetônica do Estado sinais eloqüentes de sua engenharia social e da inequívoca determinação de transformar a riqueza propiciada pelo látex precioso. Não se reconhecem aqui tão-somente as obras de peso como o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, a ponte Benjamim Constant, o reservatório do Mocó, entre tantas, mas fundamentalmente o trabalho discreto e decisivo para o Estado na área de Educação e Saneamento. A listagem aqui apresentada pelo prof. Mário Ypiranga Monteiro dispensa comentários. Na capital e no interior do Amazonas, as escolas, os centros de saúde, o abastecimento, o tratamento de água, o apoio ao migrante, obras de infra-estrutura indispensáveis ao desenvolvimento social e econômico, demonstram a aguda sensibilidade de Eduardo Ribeiro pelo interesse da coletividade e das gerações futuras.

Mais do que nunca se faz mister revisitar a história do Amazonas, meditar sobre seus conflitos, possibilidades, equívocos e acertos, percorrer o cotidiano do caboco cujo trabalho e amor à terra permitiram a formação do patrimônio baré, sua cultura e sua descuidada memória.

Ao celebrar a trajetória de um governador republicano de origem negra, cem anos após a abolição da escravatura e o fim da monarquia, este álbum representa um convite e um desafio para ponderar a importância da afirmação de nossa memória amazônica, condição única de compreensão da hora presente e da preparação dos novos tempos, mais justos e mais humanos.

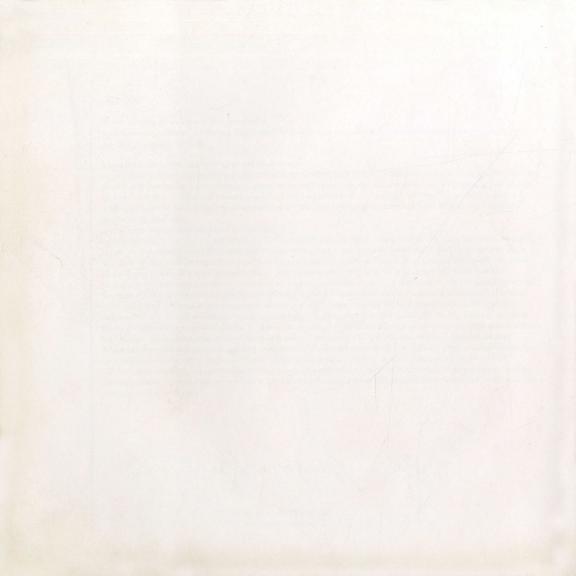
VIVALDO BARROS FROTA
Governador do Estado do Amazonas
Manaus, 14 de outubro de 1990,
Noventa anos da morte de Eduardo Ribeiro

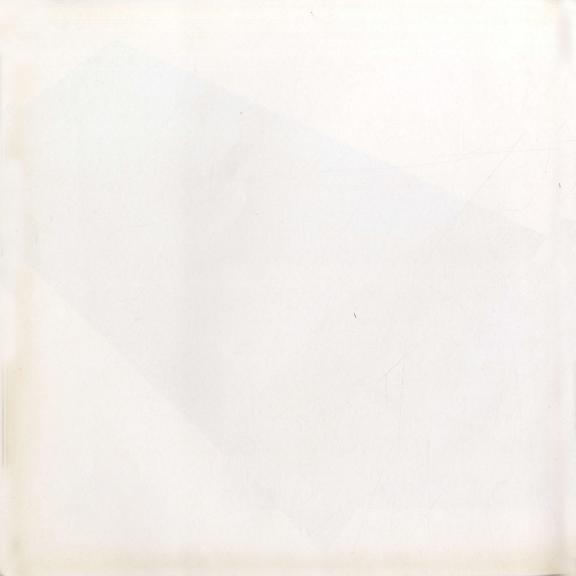
PREFÁCIO

O falecimento de Eduardo Ribeiro, ocorrido a 14 de outubro de 1900, num afastado subúrbio de Manaus, em uma casa de sua propriedade e residência, continua e continuará em mistério. (Agnelo Bittencourt)

O governo do Estado do Amazonas salda uma dívida moral para com a figura do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro ao resgatar-lhe a memória. Era um compromisso que se vinha protelando na base da incúria de uns e da carência de sensibilidade de outros. Muita gente detesta ser coberto pela sombra dos mortos ilustres. E a sombra póstuma do capitão de Estado-Maior de Exército, bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, deputado estadual, inaugurador da República no Amazonas, governador duas vezes, sempre obscurecia a epifania mal-concertada de quantos o sucederam na emulação.

Nascido da corajosa iniciativa do governo amazonense, através de sua representação em São Paulo — Secretaria para Promoção do Desenvolvimento —, cuja orientação técnica está a cargo do professor Alfredo Mário Rodrigues Lopes, este documentário tardio se afigurava difícil de ser proeminado por muitas razões que não se discutem aqui, porém que é necessário lembrar apenas uma: a busca de documentos de origem familial, que constitui quase que a *petra scandali* de todo o fundamento da obra. A dificuldade de situar a biografia do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro na etapa da juventude pareceu-nos desde logo uma das remoras que só encontraria equivalente no mistério de sua morte. Os extremos se tocam. O álbum é falho neste sentido, justamente ali onde seria jubiloso falar da infância do genial administrador, tanto quanto seria piedoso e necessário à História, *sine ira et studio,* elencar os episódios de sua morte. De qualquer modo, este álbum responde a muitos interrogantes que várias gerações desejariam saber esclarecidos de forma menos untuosa e mais chocante. Estas páginas abrem um ciclo de vida para que nelas se leia a verdade sobre uma administração que não procuramos vestir de elogios nem despojar de seus méritos. É talvez uma revelação excessivamente episódica, marcada por numerosos flagrantes que a muitos autores pareceriam despidos de oportunidade, porém que aqui apenas constituem membros de um corpo que resultaria mutilado se fossem alijados. É igualmente uma homenagem do historiador amazonense ao administrador que soube aproveitar-se da oportunidade econômica para apressar o desenvolvimento da cidade onde nasci. Do que ele realizou, produto de suas idéias próprias ou de projetos sancionados, faz-se aqui o reconhecimento imorredouro, grava-se a nossa gratitude perpétua.

MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO
Manaus, outubro de 1990

Um estrangeiro na legião amazônica

1

As duas últimas décadas do século passado foram particularmente de grande influência nos destinos do Estado do Amazonas. Acontecimentos alicerçados em atividades sociais e econômicas prendiam a atenção e o tempo dos homens responsáveis pela orientação política e administrativa da região. Alguns desses acontecimentos traziam como sufrágios a co-participação popular; outros eram menos que, aparentemente, distúrbios de uma classe de eruditos acampanados na torre do dissídio filosófico. A teimosa e freqüente alforria de escravos negros no Amazonas não obedece a nenhum plano ditado pelas amáveis predisposições dos mandatários oficiais: talvez se tenha de dizer fosse ela um amplo gesto simpático de negritude, pois que, historicamente, antes das leis manumissivas amazonenses e federais, o rio Madeira notabilizou-se pela libertação iterativa dos negros. É provável que isso seja uma nota discordante na história mas, na verdade, a economia amazonense nunca suportou um embasamento creditado no conhecido "instrumento oral" dos romanos. A escravidão negra não seria entre nós o recurso apropriado para o desenvolvimento econômico. Havia já a mão-de-obra quase gratuita que era o índio, conhecedor astuto e valente da selva, sabedor milionário das coisas pertinentes a seu meio. Essa a razão maior por que a escravidão no território amazonense desempenhou papel medíocre, pois o acontecimento possuía seus tribunos exaltados, seus ardentes opositores, suas pugnaces e não pouco atrevidas assembléias defensivas. Não é de admirar, conseqüentemente, que as leis amparadoras do elemento servil houvessem saído privilegiadamente do Amazonas.

A década de 80 do século passado inspirou realmente grandes movimentos intelectuais passivos em prol da política regional e da cultura. Quase todos os benefícios recebidos pelo povo ou são executados nessa década, vindos de 60 ou 70, ou são infibulados a um processo instaurado entre 80 e 90. Obedecendo a esse critério de impostação dos eventos principais, seria necessário, eqüitativamente, conceder espaço para um alusão ao pensamento humano que ditava a atividade de que pendiam as leis. Nossa Assembléia Legislativa tanto quanto a nossa Câmara Municipal eram verdadeiros focos de cerebrações engajadas a serviço da cultura e do progresso da região. Não seria demais salientar aqui o serviço prestado pela maçonaria nesse sujeito. Desde os primórdios, os pedreiros-livres e livres-pensadores se houveram às mãos contra os católicos extremos. As discussões na Assembléia Legislativa Provincial são sempre impregnadas de azedume, de objurgatórias entre os elementos dos partidos políticos. Quando a moção é de interesse geral do povo, porém, não se põe dúvida em aprová-la. Desse modo, as mais brilhantes leis de amparo à agricultura, à educação etc. são o resultado da compreensão unitária dos representantes do povo. Portanto alguns dos atos que emergem dessa oficina do pensamento, se não foram objetos de pronta execução na década de 80, o foram na de 90. De passagem, daremos alguns exemplos do que ocorria: os projetos para a instalação de água encanada, luz elétrica, veículos motorizados ou tirados a animais, o Teatro Amazonas, aterros de igarapés, calçamento de ruas, instalação de serviços federais e regionais, apoio

financeiro a invenções e à indústria, ajuda a estudantes pobres; um mundo de conquistas deve-se a essas duas décadas, mas não se deve admitir que apenas a elas. Já foram mencionadas acima as décadas de 60 e 70, mas supomos que elas não tenham sido ainda o verdadeiro fulcro do progresso amazonense, muito embora a biblioteca e o jornal se situem na década de 50. Isto posto, o homem amazônico começa a situar-se entre o espanto e a comodidade numa época em que, em outras províncias e em muitos países do mundo, a sociedade escravocrata não usufruía as mesmas comodidades que nós outros em Manaus.

É duvidoso que houvesse tido algo parecido com um *pogrom* contra os negros na Amazônia Ocidental, excetuando-se casos isolados de hostilidades pessoais. O gozo imediato de cidadania com ascensão reta para liderança está incluído na determinante social que nos apresenta homens da envergadura de Lima Bacuri, Eduardo Gonçalves Ribeiro, Raul de Azevedo e Esmeraldo Coelho, muito embora de origens diferentes. A terra acenava, com sua riqueza esbanjada — a "Golconda" de que nos fala Agnelo Bittencourt —, a todos os quadrantes do Brasil e os homens para ela corriam. Foi assim que tivemos gente dos mais remotos sertões do mundo — da China, Japão, Tirol, Alsácia, Grécia, Barbados, Calábria, França, Estados Unidos, Rússia, Arábia, Egito, Marrocos — e brasileiros em quantidade pronunciada, do norte ao sul. E toda essa gente deixou alguma coisa de seu, quando não fosse um pensamento criador era a força do braço construtor. Não prazia, portanto, ao amazonense a aquisição de negros escravos por duas razões simples: preço elevado das peças e concorrência habitual do índio e do caboco. Esse plantel social deve de haver elevado de muito o nível da sociedade amazonense da época e determinado uma triagem no pigmento selecionado pela avidez da terra. A razão essencial do nosso pensamento é que, olhando-se hoje essa sociedade, percebe-se a raridade da mancha escura na família. Principalmente no interior do Estado e, muito particularmente, nos rios Juruá e Purus, onde predomina a cor clara européia. Os elementos de cor presentes em nossa sociedade são oriundos do Maranhão e do Nordeste, principalmente Alagoas e Sergipe.

A década de 80 expirara com duas brilhantes apoteoses: a libertação dos escravos no Amazonas e a vigência da República, República que foi, no rol das coisas, uma dolorosa experiência para nós. A filosofia comtista não nos aproveitou: passamos de povo autônomo, social e economicamente, a enteados do governo federal, que explorou quanto pôde nossas possibilidades. É um fato constatado: se o povo não se dava conta de que o regime monárquico exigia subordinação à autoridade dos ministérios, na fase republicana essas exigências passaram à drasticidade. Que perdíamos a autonomia diante da voracidade de grupos políticos nacionais é fato consumado. Imagine-se uma República feita da noite para o dia, uma República que começava por impor ao Amazonas e demais Estados (nessa conjuntura, as Províncias passaram a nomear-se Estados) um governador não escolhido nem apontado pelo Partido Republicano Amazonense. Contudo, o militar positivista dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não é um produto da conspiração democrata da Província com o Estado. Não teve nenhuma atuação na preparação do ambiente republicano no Amazonas. Não teve de exaltar-se como indivíduos da espécie do dr. Domingos Teófilo de Carvalho Leal, o dr. Almino Álvares Affonso, próceres que estiveram barbeando a monarquia, que fizeram oposição ao conde d'Eu e hostilizaram, sistematicamente, o governo imperial. Observe-se também que

2

durante o regime reinol e imperial não houve perturbação interna que tivesse por objetivo a sórdida ambição política. Quem desejar fazer a história dessas perturbações pode apelar para três movimentos: o motim por falta de troco, em Manaus; o levante de 1832, em Manaus; e a sangrenta guerra da Cabanagem, que seria um movimento envolvente partido do Nordeste. Salvo a Cabanagem, que foi uma espécie de "fronda", com as hordas comunistas de lenço vermelho ao pescoço e o símbolo fraterno das duas mãos cruzadas, em cocar, no chapéu, os demais tiveram limitado campo de ação. Entretanto, a República, com sua apologia da liberdade, criou situações vexatórias para o povo de Manaus, situações determinadas pela ambição de poder, com vistas nas arcas do Tesouro público. E quem criava essas situações eram os militares que traziam fórmulas novas de governo.

O dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não foi um produto primeiro da experiência provincial amazonense. Incorporado ao Exército quando deixou a Escola Politécnica, foi lotado no 3º Batalhão de Artilharia-a-Pé sediado em Manaus e onde servira o coronel Floriano Peixoto. É certo não haver tomado parte nas campanhas pró-abolição dos negros, apesar de suas origens mulatas, e nem parece haver sido desde logo um fervoroso adepto da República. Talvez por prudência deixou-se ficar numa situação de expectativa. O professor Agnelo Bittencourt, na curta biografia do Pensador, afirma ver uma foto no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, em que aparece o dr. Eduardo Ribeiro no grupo que cerca o conde d'Eu. O que nos ocorre confirmar é que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não fosse de todo infenso às idéias republicanas, e sua participação nesse grupo só pode justificar um fato: representava alguma patente militar. Entretanto, não consta que levasse muito a rigor os preceitos de Benjamim Constant.

Alcançando Manaus em obediência a ordens superiores, em 1887, em 1889 deve de haver visto e sabido a manifestação que os próceres republicanos fizeram em Manaus contra a pessoa do conde d'Eu, obrigando este a permanecer esquivado, praticamente detido no navio que o conduzia em visita a Tabatinga. Aqui deveria caber uma nota: o povo de Amazonas estava de amuos com o imperador dom Pedro II por sua falta de ética quando passou por Belém rumo aos Estados Unidos. Um imperador que deixava de visitar a Província que mais distante ficava não merecia, na consciência do povo, consideração alguma. E, principalmente, enviando um representante estrangeiro. Já se disse bastante desses amuos: o povo de Manaus nunca tolerou dom Pedro I por causa da questão do não-reconhecimento da Província do Amazonas. Nunca lhe dedicou um logradouro, nem o mais escuro e sujo beco. Por isso a falta de habilidade de dom Pedro II serviria de pá de terra na monarquia.

Imagina-se que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro haja sido um homem de vontade de ferro, capaz de tomar grandes resoluções, um pensador a seu modo, mas de qualquer maneira possuía a cabeça dos matemáticos: dura de roer. Bacharel em Ciências Matemáticas, como se titulava nos atos oficiais, chegou a ser nomeado professor da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, mas nunca exerceu a cátedra, apesar de haver tomado posse dela em 1890, no governo do marechal Deodoro. Que justificativa encontramos para a recusa do matemático em exercer as funções? Ou a nomeação foi apenas um prêmio, uma nota honorífica? Talvez influência de seu amigo capitão do Exército Augusto Ximeno de Villeroy. Foi este quem deu a chance para o dr. Eduardo Ribeiro ascender na política. Isso nos leva a conjeturar haver o Pensador optado pela política e

a administração civil, opção que lhe causaria desgastes morais e, consoante certas opiniões antigas, teria apressado a velha disposição para a fraqueza mental. De qualquer modo, o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro era misantropo e sua personalidade só pode ser comparada ao do colega de armas tenente dr. Fileto Pires Ferreira, um homem dinâmico mas sabidamente reservado. Seja por isso sua vocação para o celibato? Dr. Eduardo Ribeiro não se casou, mas vivia com uma senhora com quem teve um filho muito nomeado na crônica dos jornais da oposição e a quem ele, dr. Eduardo Ribeiro, fazia de herdeiro universal. Essa disposição testamentária levava os irritados opositores à crença de que o governador acumulara riquezas a fim de deixar o filho em situação independente. Desse filho nunca mais se soube notícia, mas uma versão da época o localiza primeiro em Minas Gerais, depois no Rio de Janeiro, para onde se mandaram os homens da privança do governador: coronel Afonso de Carvalho, dr. Manuel Uchoa Rodrigues e outros.

Como já foi dito, o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não foi um produto da experiência provincial, como talvez Floriano Peixoto, o capitão-de-mar-e-guerra Nuno Alves Pereira de Melo Cardoso, dr. Leovegildo de Sousa Coelho, gente que praticamente conviveu com a população na época em que o Amazonas escapava da suserania do Pará. Republicano como a grande maioria dos cadetes, talvez mais afeiçoado à filosofia comtiana e constantina do que muitos outros de sua idade, foi ele quem inaugurou no Amazonas o conceito de cidadania, conceito que nivelava as classes todas respeitosamente. Qualquer sujeito, por mais pobre e rebaixado socialmente que fosse, era o *cidadão*. Esse conceito não é somente um requisito da forma *res publica,* mas um tuteamento capaz de equilibrar as desvantagens de ser-se carroceiro, calceteiro, boleeiro etc. ou doutor em medicina, engenheiro etc. Logo mais a forma que aparece nos atos oficiais é extirpada da preocupação dos governantes e volta-se ao "sr. fulano" etc. O respeito que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro (ou o Estado republicano) guardava pelo cidadão está muito bem representado em sua escolha dos assessores. Quando a gente passa em revista os nomes desses secretários compreende, perfeitamente, por que a máquina administrativa andava regularmente e com precisão absoluta, precisão militar. Os papéis do governo e do interesse coletivo não dormiam nas gavetas, não se procrastinava nos despachos. Tudo corria como se o governo tivesse pressa em concluir no menor tempo possível a quantidade de obras atacadas aqui e ali. Essa é uma das boas qualidades da administração ribeirina, exemplo que deveriam ter presente os modernos administradores que deixam os papéis do povo para o dia 31 de fevereiro...

Não tomou parte nas campanhas pró-manumissão dos negros escravos nem a formação da consciência republicana. Contudo, diz o professor-historiador dr. Arthur Cézar Ferreira Reis, sua vinda para a Amazônia foi em decorrência de aplicação de pena militar, "dadas as suas demonstrações pela República". Não me parece que a simpatia pela forma republicana (extensiva e intensiva no Exército da época) fosse suficiente razão para o que, naquele tempo, e quiçá ainda hoje, se considera pena severa o desterro para a Amazônia. Deve de haver sido algo mais discriminante, que não chegou a ser divulgado. Tanto que o apenado deixou-se comodamente ficar em Belém do Pará a curtir o efeito do castigo e, somente em agosto de 1887, é que se desloca para Manaus. As situações não conferem: não foi sua vinda para a Amazônia, já no posto de tenente, condicionada a alguma indisciplina, pois que havia sido lotado no 3º Batalhão de Artilharia-a-

Pé sediado em Manaus. Existe, portanto, um certo qüiproquó nessa situação do militar que não se conseguiu ainda deslindar. O certo, porém, é que foi um elemento de ocasião na política amazonense, um elemento que, à primeira vista, parecia destinado a provocar distúrbios entre os partidos majoritários: o Democrático, que tinha por órgão oficial o jornal *O Amazonas*, e o partido oposicionista Nacional, este chefiado e organizado pelo velho político Ferreira Pena e o primeiro com a ajuda do próprio dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Como se vê, a caldeira começou a ferver de novo no Amazonas e ferveria de maneira assaz tumultuosa. Nela se envolvia Eduardo Ribeiro provocando a acrimônia de uns e o aplauso de muitos. A situação chegou a formar um caos, pedindo a intervenção imediata do governo central. Parece que a República instaurada sem uma visão dos confrontos de interesses partidários ameaçava ruir com tanta indisciplina reinando na administração, com o próprio Deodoro a dançar na corda bamba. O militarismo que se implantou no Brasil teve sempre a repulsa das camadas civis e Rui Barbosa não deixaria de escrever um panfleto contra essa tendência.

O Partido Democrático (republicano), instalado em Manaus a 27 de julho de 1890 e chefiado pelo dr. Domingos Teófilo de Carvalho Leal, tinha sua sede na rua de José Clemente (praça de São Sebastião) e seu dirigente era o mais ferrenho adversário do Império. Ambicioso e atrabiliário, inimistou-se logo com a camada social de Manaus, à altura de 1889, quando fez parte do triunvirato que sucedeu ao presidente provincial dr. Manuel Francisco Machado. O tumulto provocado pelas decisões oposicionistas do chefe do partido acabou por liquidar as pretensões daquela gente que entrava na República falando alto de democracia e arregaçando as mangas para o pugilato. No entanto, a verdadeira manifestação democrática republicana estava na voz do professor de primeiras letras Bento Aranha, que, em toda parte e cerca de vinte anos antes, já diminuía o Império, atacando-o em todas as frentes, no jornal e na tribuna. Nada conseguiu com a implantação da República, enquanto os oportunistas, os republicanos de última hora (monárquicos ontem), faziam-se nos cargos públicos. Acreditamos que somente três indivíduos daquela plêiade de políticos batalhadores tinham realmente vocação republicana: Bento Aranha, Carvalho Leal e Almino Affonso, porque possuíam voz nos comícios e nas ocasiões oportunas, mas também sabiam enfrentar o militarismo, principalmente quando da gestão do coronel (depois marechal) Taumaturgo de Azevedo.

Uma vez fincado o pé no estribo, o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não mais desistiria de governar. Como militar e engenheiro, enfrentou as sedições que o desejavam longe da curul governamental. Teve sorte em encontrar apoio numa atmosfera de desconfiança e de traição, ele próprio considerado proditor pela história dos acontecimentos de 1898. A existência do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, como político, deixa oportunidade para severas críticas, lugares abertos às reivindicações da verdade. Não se trata da vida do administrador, que essa, apesar de curta, curtíssima, foi brilhante. Pudesse aquele homem de tino e de caráter férreo governar mais oito anos e estaríamos hoje em condições de usufruir de mais prestígio entre os povos civilizados. O que desejamos concluir é que, salvo alguma predisposição para o exagero, Eduardo Ribeiro traçava os planos que executava realmente. Para isso cercou-se de uma equipe de infatigáveis homens de talento, engenheiros, burocratas, que o ajudavam a manter o ritmo dos negócios administrativos. Mas, em contrapartida, estiveram a seu lado igualmente os profissionais da politicagem desenfreada, aqueles

que pululavam no Clube Republicano, adventícios muitos deles e outros já celebrizados em falcatruas eleitoreiras, como os irmãos Moreira (Guilherme, Emílio e José), que o povo dizia formar o "Partido dos Moreiras". O fato é que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não deixou de pisar na veste talar da Justiça nem de tripudiar sobre os direitos do povo. Uma espécie de consciência dupla: agia como homem de espada e como alcaide de obras. O primeiro grande ato público de sua administração provisória foi a reforma da Constituição do Estado. Ora, atualmente quantos indivíduos não reformaram a nossa pobre Constituição para adaptá-la a seus interesses particulares? Acho que Eduardo Ribeiro está redimido desse ato atrabiliário a que se sucederam muitos outros durante sua curta administração. Mas para que a reforma da Constituição? Que interesse havia em produzir um novo estatuto político? Sem discriminações, a resposta deve de estar no artigo 155, último, nas disposições transitórias. Esses acréscimos dizem respeito ao patrono político-filosófico do Exército — Benjamim Constant — e ao próprio Eduardo Ribeiro, assim redigidos:

Artigo 155º — Para perpetuar em todos os tempos a gratidão profunda do povo Amazonense ao benemérito cidadão Benjamim Constant, fica consignado nesta Constituição um voto de admiração e respeito à memória do eminente patrício, o Fundador da República dos Estados Unidos do Brasil.

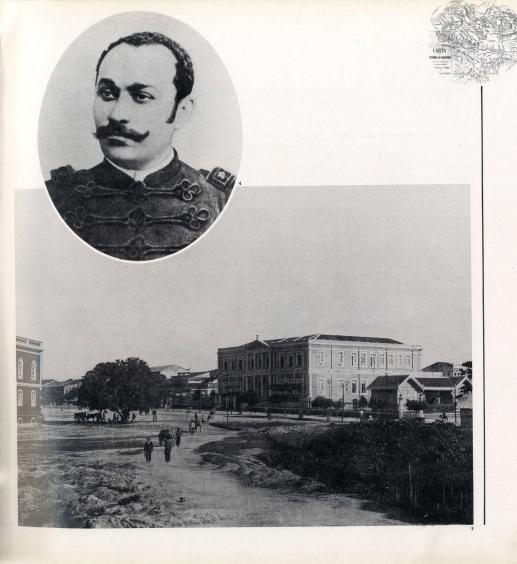
E logo em seguida:

Disposições Transitórias
Artigo 1º — O período governamental ocupado pelo Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro e Vice-governador Coronel Guilherme José Moreira (Barão de Juruá) terminará quatro anos depois da promulgação desta Constituição.
Artigo 2º — O mandato dos atuais Representantes terminará a 31 de dezembro de 1894.

Basta para o serviço da crítica os dois artigos supra. Imagine-se o grande Eduardo Ribeiro legislando em causa própria, ou seja, amparando sua continuidade na Constituição por ele reformada. É um golpe de mestre, mas isso não seria novidade no Brasil, nem mesmo nestes últimos cinqüenta anos de Repúblicas Nova e Velha. A malandragem política cerrava uma porta e abria outra mais larga à evasão dos interesses partidários. Imagine-se Eduardo Ribeiro sem raízes na terra e sem nenhuma experiência do caudal de conflitos pessoais e gerais que a antiga província jorrava no âmbito inexperiente da jovem República, tendo ao lado um vice que procedia justamente daquele caudal. Na verdade, o dr. Eduardo Ribeiro não governou com seu partido, mas também não deu muita chance aos veteranos da terra, como Bento Aranha, que morreu quase esquecido, pelo menos esquecido de seus antigos correligionários. Mas não se deslembrou de convidar o erudito coronel Bernardo Ramos, um dos últimos abencerragens do monarquismo. Essa forma de contemporização, um tipo de filosofia útil aos interesses do Estado, eletismo político que agradou, confere a Eduardo Ribeiro o mérito de ser astuto e prudente, no início de sua arrancada. Os adversários do Partido Nacional não o perdoavam, nunca o perdoaram e foram muitos os que tentaram denegrir sua obra, maculando a pena nas infâmias e injúrias assacadas na imprensa diária. Nós outros não

3

4

5

duvidamos em reproduzir certas histórias vertentes nas páginas dos jornais da oposição. Algumas delas possuem hálitos de verdade, como a de haver dotado o filho único com capital extraído das aras públicas. O fato de o dr. Eduardo Ribeiro morrer sem posses não exclui a possibilidade de haver deixado ao filho o suficiente para enfrentar a vida futura. Um governante que não possui família constituída legalmente e aparentemente habita sozinho uma mansão ou duas (no caso dele), dispondo portanto de facilidades que um simples vice-governador não usufruía, deveria amealhar réditos sem tamanho. Até aí o sentido de honestidade que lhe dão Arthur Reis e Agnelo Bittencourt, seus principais biógrafos, o último com maiores aportes, sem crítica analítica. Supomos que os jornais oposicionistas não tivessem razão para melindrar a pessoa humana do ilustre homem. Essas estroinices não são produto da ociosa capacidade do povo, não são. Representam o tributo de uma época de expansão econômica e de facilidades políticas. Por isso não é de admirar que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro possuísse duas moradas, uma na cidade, à rua de José Clemente Pereira, e a outra, a mansão ou retiro, também chamada Vila Pensador, na estrada antiga de Epaminondas, hoje de Torquato Tapajós.

Acontecimento político de extraordinário sucesso foi o reconhecimento, pelo Congresso Amazonense, no dia 9 de julho de 1986, dos candidatos dr. Fileto Pires Ferreira para governador do Estado e do coronel José Cardoso Ramalho Júnior para vice-governador. Não que estes dois nomes sugerissem algo especial no cenário da cultura, mas porque ambos viriam a ser pivô da mais curiosa farsa que a história política do Brasil já registrou nos seus anais: o primeiro como vítima de uma renúncia forjada pelos governos estadual e federal e o segundo como autor ou co-autor do ilícito de que foi mandatário e autor intelectual do probo dr. Eduardo Ribeiro, o homem das apregoadas e nunca esquecidas honestidades, que tem sido reverenciado como padrão de trabalho e de ilibada moral. O homem que, com o estampido de um foguetão lançado às dez horas da manhã, antecipou de duas horas o meio-dia, a fim de consumar a farsa que entregara o poder nas mãos do seu pupilo dr. Fileto Pires Ferreira. Estranha história de estranhos resultados[1].

[1] **Mário Ypiranga Monteiro, *Teatro Amazonas*, v. I, p. 198, 165-6.**

Geralmente se conta esse episódio de outro modo, mas os resultados foram os mesmos. A verdade, porém, é que o Congresso Amazonense costumava reunir-se às 12 em ponto, hora oficial assinalada por um foguete manipulado pelo Serviço Meteorológico do Estado. Não havia ligação nenhuma entre aquele serviço e o Congresso Amazonense. Mas no dia 9 de julho de 1986 toda Manaus surpreendeu-se com o estranho acontecimento! Eram apenas 10 horas da manhã e o foguete assinalava meio-dia. Uma das poucas pessoas sobreviventes daquela época em 1940 era o senhor Zeferino Rocha, funcionário competente da Manaus Harbour, mas naquela altura empregado do mesmo serviço meteorológico. Ele e o engenheiro Paiva e Melo gostavam de referir para minha curiosidade de historiador as façanhas dos políticos do Amazonas, pois o engenheiro fora também ele uma das vítimas quando da concessão dos serviços telefônicos para o grego Jaramillo. O curioso é que o mesmo autor e mandatário da farsa seria igualmente o homem que empurraria o camarada de farda escada abaixo pelo simples fato de o dr. Fileto Pires Ferreira haver traído a confiança política que nele depositara dr. Eduardo Ribeiro. De posse do poder, dr. Fileto Pires Ferreira passou a aceitar dr. Campos Sales e chegou a fazer declarações comprometedoras à imprensa de

Paris [2]. Ora, naquele tempo era mais provável saber-se de imediato um acontecimento verificado na Europa do que no Rio de Janeiro. Em Paris estava o irmão do político dr. Silvério José Nery, o famoso e erudito barão de Santa-Anna Nery, e na França o representante Alexandre d'Atri. Num ápice, as comprometedoras observações do dr. Fileto passaram ao telégrafo de Belém do Pará e não demorou muito alcançarem Manaus. Quando estourou a notícia de que seu pupilo estava ameaçando aceitar a política de Campos Sales, o recurso era alijar o pupilo do poder, por inconveniente. O Congresso Foguetão (por que passara a ser conhecido depois daquela farsa) aceitou um papel com a assinatura formal do dr. Fileto Pires Ferreira que dizia o seguinte:

RENÚNCIA

Cidadão Presidente e mais Membros do Congresso Amazonense.

Paris, 27 de junho de 1898.

Saúdo-vos, apresentando-vos os mais sinceros e cordiais protestos de meu acatamento e respeito para convosco.

Cumprindo o preceito constitucional venho trazer-vos hoje a renúncia do cargo que exerço nesse Estado, do qual sois dignos representantes, por não me ser possível por motivos de ordem superior continuar a exercê-lo.

Vós melhor do que ninguém sabeis que aceitei essa delegação do povo amazonense depois de reiterados pedidos de todos os nossos amigos; delegação, repito, que por mim jamais foi ambicionada e que hoje não o é.

Discípulo de Benjamim Constant, inspirado nos seus ensinamentos é convicção minha que a tolerância e a transigência deviam ser sempre as qualidades de um homem público.

Fiz tudo o que as minhas forças comportaram e não me acusa a consciência de me haver afastado da linha que propus-me seguir. Tomando esta resolução sugerida pelos ditames de meus sentimentos, determinada pelo império das circunstâncias deixo bem patente aos meus concidadãos que dos cargos que na política ocupei apenas me prendiam a vontade e o desejo de por intermédio deles ser útil ao meu país. Crente de que o digno povo amazonense saberá fazer-me justiça, envio-lhe as expressões dos mais ardentes votos que faço pela prosperidade e engrandecimento que lhe asseguram as suas riquezas e o patriotismo acrisolado dos seus filhos.

Saúde e fraternidade.

Fileto Pires Ferreira.

Com efeito, o homem que redigia um papelucho mal-escrito, depois de aceitar os cambalachos políticos que o elevaram, não iria baixar à terra e confessar-se inibido para as funções. Está patente a atrevida poluição moral da congérie que preparou a farsa. Dr. Fileto Pires Ferreira reagiria a tão insólito gracejo:

2

Idem, v. II, p. 390. Existem notícias estampadas nos jornais de Manaus sobre a traficância do tenente dr. Fileto Pires Ferreira, registrando-se noutra paróquia a fim de aumentar a idade e atender exigência da candidatura governamental.

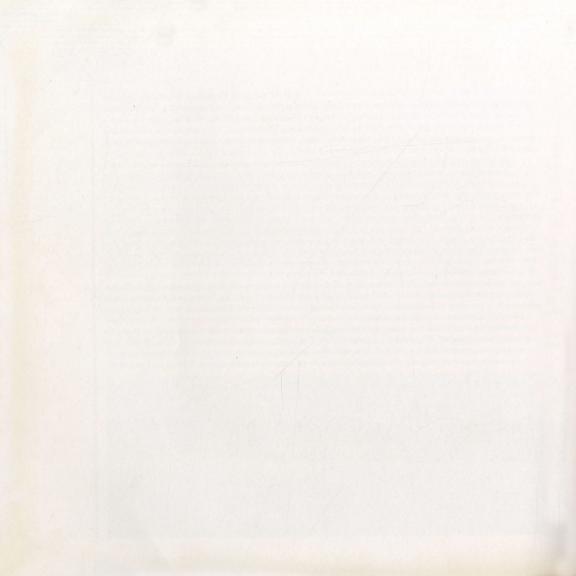
Recordo-me de haver deixado nas mãos do senhor Eduardo Ribeiro uma folha em branco com a minha firma, ainda quando eu me encontrava na capital federal, com o escopo de defender a sua primeira eleição. Ele deveria apresentar aquela carta acompanhada de uma reclamação a propósito de antiguidade militar. Mas o documento não foi apresentado, enquanto que a folha com a minha firma ficou sempre em seu poder, conquanto ele me havia prometido várias vezes restituir-ma.

Não seria necessário um artifício desse tipo. A assinatura do dr. Fileto Pires Ferreira andava em documentos oficiais. Atribuem os políticos do passado, firmados em devassa, ao cidadão Aristides Emídio Baima a autoria do ilícito, mas fica sempre flutuando a responsabilidade autoral do coronel Ramalho Júnior e do dr. Eduardo Ribeiro. Presentemente, confiou-me o historiador dr. Arthur Cézar Ferreira Reis possuir um documento que lhe foi dado pelo coronel Ramalho Júnior e no qual fica este eximido da grande responsabilidade histórica. Esse tópico não diz respeito às manobras políticas que envolveram os nomes dos três grandes, por isso não nos estendemos mais em considerações a respeito do "caso Fileto Pires", um dos maiores, se não o maior, escândalos da administração na República e do qual participou o governo federal como interessado direto.

Seria lógico argumentar, pelos fatos acima, que a intolerância política do governo estadual atingisse profundamente o caráter do homem Eduardo Ribeiro? Ou devemos separar o evento político da armadura moral do homem que realmente se constituiu um padrão de atividade dinâmica em benefício da cidade de Manaus?

Considerando-se certos fatos ligados à administração Eduardo Ribeiro e sua formação ética (o militar nunca tomou decisões extremas), chega-se à conclusão de que o absconso homem que não aparecia freqüentemente nem mesmo no teatro que construíra à custa de esforço e em tão pouco tempo pecava pelo ensimesmamento, pela talvez muito notada egolatria. As fotos do homem, em trajes civis normalmente e em militar raras vezes, mostram-no carrancudo, sobrancelhas carregadas, bigodes de guias empinadas, o biótipo do coronel (da Guarda Nacional) Ramalho Júnior, embora os temperamentos diferissem grandemente. Eduardo Ribeiro, homem culto, reservado, trazia a verônica enfeitada apenas pelo bigode. Calvo e redondo. Creio que a qualquer pessoa não escapam os olhos amortecidos de doente. Sabemos pelas notícias divulgadas pelos jornais de Manaus haver contraído a terrível moléstia que assolava a região, o paludismo ou febre palustre. Essa doença o levaria à Europa. Relata uma boa revista italiana, *L' Amazzonia*, bem informada a respeito das coisas da Amazônia Ocidental, a presença do político no velho continente, mas quando ocupava a presidência do Congresso Amazonense, em outubro de 1900:

Eduardo Ribeiro
Completamente ristabilito, col Rio Amazonas *fece ritorno a Manaos l'illustre nostro amico Dr. Eduardo Ribeiro, Presidente del Congresso dello Stato dell'Amazonas. Sua Eccellenza — chè a Parà fu affettuosamente visitado dal Governatore di quello Stato e a Manaos accolto dalle autorità tutte e da numerosa folla — riprenderà subito il suo altissimo ufficio. Le nostre vive felicitazioni.*

O dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro viajou com licença do Congresso de Representantes a tratamento da saúde abalada, mas não se pode acolher uma notícia desse feitio sem uma especulação: o tempo concedido ao presidente do Congresso era muito exíguo para o tratamento de moléstia daquela espécie, para a qual, apesar de todos os remédios nacionais, regionais e europeus, não havia ainda solução. É de suspeitar essa brevidade, parecendo mais uma desculpa para desorientar possíveis manobras políticas. Toda vez que ele e dr. Fileto se ausentaram do governo ficava o terceiro homem, o coronel Ramalho, que também foi à Europa semostrar-se, escandalizar o mundo europeu com suas nababescas orgias. Mas com o dr. Eduardo Ribeiro não acontecia esse desregramento. O homem era de qualquer modo retraído, sóbrio, casmurro, irritável. Fechado como uma ostra, mas dono de uma habilidade infernal para fazer distrair os outros a sua custa ou à custa do erário público, embora essas despesas não fossem incluídas nos balancetes do Tesouro. Arrumava-se a casa todas as vezes que um eleito ocupava o trono. A primeira coisa a dizer (e parece que o andor não mudou até hoje) era que as finanças do Estado andavam seguras, controladas pela severa distribuição das rendas, e os dinheiros haviam crescido pela boa administração. Isso não impedia que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro entregasse o governo com um débito assustador, que o pupilo dr. Fileto Pires Ferreira escondia sob a alegação costumeira. É o que ele proclama em sua mensagem de 1898, é o que estimavam todos os outros. Só depois que ascendem ao poder os Nery é que a cantiga muda de tom, com o interesse em solapar o brilhantismo das obras dos antecessores, visto que depois de Eduardo Ribeiro seriam raras as obras de vulto levadas a cabo em Manaus, muito embora a goma elástica ainda sustentasse o prestígio econômico da região até mais ou menos 1909. Ao contrário, o que fez o primeiro Nery da oligarquia foi seguir o exemplo do coronel Ramalho: deitar abaixo as paredes do majestoso Palácio do Governo sob a alegação de que estavam defeituosas e ameaçavam ruir. Aliás, o autor da primeira "encampação" das obras foi o coronel Ramalho, que mandou dinamitar o prédio, deixando-o somente numa meia altura. Nery fez o resto sob a justificativa de mandar erguer um palácio menos suntuoso e mais seguro. A idéia não passou da planta, desse palácio e do Palácio do Congresso.

Sob todos os fogos da República

A o raiar da República manda-se governar o Amazonas, em substituição à Junta Governativa, o tenente do exército Augusto Ximeno de Villeroy, um tipo de temperamento conflitivo, que arranja logo inimizades em Manaus e por isso mesmo desiste de continuar enfrentando as hostes turbulentas dos partidos políticos. Villeroy coloca o dr. Eduardo Ribeiro (tenente ainda) de oficial-de-gabinete. A experiência deve de haver agradado àquele mulato bisonho, pois não mais arreda pé do âmbito governamental, fazendo dele o estribo para a ascensão. Claro que o dr. Eduardo Ribeiro não necessitaria de degrau tão oscilante para tornar-se um homem conhecido. Ele já o era desde moço, quando redigia um jornalzinho no Maranhão, *O Pensador*, nome que deixa a gente inclinado a conjeturar possuísse inteligência aberta a grandes realizações. Era de fato um homem interior, voltado para si mesmo, mas a política tem esse condão de modificar a armadura moral dos rebocados em sua esteira. O dr. Eduardo Ribeiro deveria de calcular a extensão do caminho que conduzia ao plano superior de sua pacata existência de segundo-tenente do Exército.

Como a fortuna lhe vinha ao encontro, porém, colocando-o no centro geométrico daquele círculo de ambições políticas e de dissidências de toda ordem, não se desiludiu quando o tenente Villeroy desistiu do governo sob a alegação de doença grave da esposa. Villeroy assumiu o governo a 4 de janeiro de 1890 e deixou-o a 2 de novembro, havendo governado apenas onze meses. Nesses onze meses pintou a manta, desgostando à maioria da população com seus atos, alguns feitos de boa-fé, outros apenas saneadores. Dos atos atrabiliários consta a extinção do Museu Botânico do Amazonas, dirigido pelo notável cientista dr. João Barbosa Rodrigues, ato atribuído à formação monárquica do sábio, a que se solidarizou Eduardo Ribeiro. Igualmente deselegante mas com o apoio nas tendências republicanas foi a extinção do ensino religioso nas escolas, visto que a República havia separado a Igreja do Estado. Dos bons atos constam a reorganização do ensino primário e a unificação do Liceu com a Escola Normal sob o título de Instituto Normal Superior, como na França. Há outros atos dignos de aplauso, principalmente porque foi um administrador que fez vista grossa aos cambalachos políticos, ficando longe dos partidos. Quer acreditar-se haja sido grandemente influenciado pelo dr. Eduardo Ribeiro, que já estava em Manaus há mais tempo e conhecia o que deveria ser mudado ou conservado. Pelo menos na questão do ensino seu ajudante de gabinete foi de utilidade, pois o dr. Eduardo Ribeiro manteve uma política de proteção à instrução pública. Além de que, respondendo pela diretoria de obras públicas, teria oportunidade de verificar o estado em que andavam as mesmas, como engenheiro militar que era.

A situação política não era àquela altura de concórdia. Funestas atividades dos dois partidos dominantes, que já haviam desgostado ao governador Ximeno de Villeroy, ameaçavam a primeira administração do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Nomeado vice-governador e já admitido nas simpatias gerais, nem por isso se viu o Pensador livre das futricas subterrâneas que o ódio misturado com a ambição de poder argamassavam. Não haviam decorrido

muitos dias da investidura oficial de Eduardo Ribeiro na cadeira governamental (3 de janeiro de 1891) quando na manhã de 12 de abril abruptamente chega a Manaus a notícia de sua demissão e nomeação do coronel Taumaturgo de Azevedo para substituí-lo. Açulado pelo Partido Republicano, o povo — o povo é sempre o grande instrumento dos perturbadores da ordem — reuniu-se em protesto, convidado por boletim distribuído em todos os bairros da capital, que àquela data se resumiam em dois ou três principais, ainda anacumênicos: Cachoeirinha, Tocos, Vila Municipal Operária e as colônias nascentes Cearense, Oliveira Machado ou João Alfredo, São Raimundo Nonato. O manifesto, consoante a autoridade do historiador amazonense dr. Arthur Cézar Ferreira Reis, dizia:

Aos doze dias do mês de abril de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da República, reunido o povo da cidade de Manaus, em nome da população do Amazonas, na praça da República, em vista da demissão traiçoeiramente conseguida do Governo-Geral pelos inimigos da República, do cidadão dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que a contento da população do Amazonas está dirigindo os destinos deste Estado, resolveu a mesma população aclamar o referido dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro governador efetivo do Estado do Amazonas. Em seguida o mesmo povo depôs a Intendência Municipal por não mais lhe merecer confiança. E por ser esta a vontade do povo, foi lavrada a presente ata que lida ao cidadão Governador proclamado pelo povo, foi aceita e assinada pelos presentes.

Os autores da combinada proclamação não ignoravam naturalmente a origem do despejo. Após a proclamação da República seriam escolhidos os representantes eventuais do Estado à Constituinte Nacional e daquela "seleção" faziam parte inimigos do regime, isto é, franco-atiradores com assento no partido opositor: monarquistas de casaca mudada, duas velhas raposas intransigentes, Manuel Francisco Machado, o barão do Solimões, e Joaquim José Pais da Silva Sarmento, senadores; e dr. Manuel Inácio Belfort Vieira, deputado. Além do mais, extinta a Assembléia Legislativa Amazonense por ato decisório do tenente Ximeno de Villeroy, criara-se uma atmosfera de animosidade, contra a representação ribeirina, animosidade que viria a explodir mais tarde. Aqueles homens, convencidos de que a República era apenas uma atividade política transitória, espécie de quartelada em que fora jogado o general Deodoro, também ele monarquista, tramaram contra a estada do dr. Eduardo Ribeiro no poder, estada que constituía séria ameaça às ambições dos partidos, principalmente ao conservador Partido Democrático, pululante de monarquistas convictos. O governo federal não daria ouvidos ao forjado reclamo das massas porque seu interesse maior estava colocado no sustentáculo da política econômica. Naquele tempo, o Amazonas pesava na balança com sua proverbial manifestação de exuberância financeira, e o país, miserabilizado, necessitava do apoio de nossos representantes na Constituinte. Quando a borracha significasse menos para as ambições dos homens do governo, a República negligenciaria o Amazonas e até considerava com aborrecimento nossos pedidos de ajuda. Nunca nos deu a mão e até mesmo contribuiu para aumentar o desfavor que passamos a gozar.

Impingiram ao desgostoso povo um elemento de prestígio militar, é fato, e com alguma boa experiência amazônica: o coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo, que morreria marechal. Esse homem culto e presto possuía o mesmo defeito do tenente

Ximeno de Villeroy: era irritadiço e perseverante em suas decisões. Não apaziguou os ânimos e ao contrário contribuiu para aumentá-los. Quando chegou a Manaus, encontrou visível a hostilidade dos grupos e, em vez de tentar uma manobra de congraçamento, cultivou a desarmonia, fazendo-se o centro de preocupação política dos partidos alvoroçados. Taumaturgo era enérgico e correto, mas fraco no momento de conservar o equilíbrio psicológico para enfrentar a perturbação ambiente. Taumaturgo de Azevedo fora escorraçado de sua terra, o Piauí, e mancomunara-se com os soldados de Deodoro da Fonseca. Insinuara-se no prestígio republicano apoiado, aliás, pelo partido dos Moreiras, e começara mal sua jornada pela administração. Alguns autores o dão como honesto e bem-intencionado. No entanto, o maior escândalo de sua administração foi o célebre Contrato Predial em que era ao mesmo tempo legislador e contratante. Hoje se diria advocacia em causa própria. Sujou as mãos numa empresa que estaria fadada ao desenvolvimento se os sabujos que rondavam a gamela do Tesouro não se imiscuíssem nela. O coronel Taumaturgo de Azevedo não conhecia os homens do Amazonas, isto é, os políticos ajustados ao momento, os camaleões, os forjadores das "chapas de caixão", os traidores e conspiradores renitentes, os profissionais da intriga. Em sua mensagem de 15 de novembro de 1891 ele se desdobra em minúcias a propósito do embelezamento da cidade e pede alguns créditos para esse programa. É seu o ato arbitrário de anulação do contrato dos esgotos, sob a alegação de irregular e até nocivo à saúde pública. É possível que o fosse, não possuímos condições para confirmar. No entanto, essa história de anulação de contratos feitos em administrações anteriores era um vício contumaz que deixava sólidos réditos a quem os decretava e um passo à retaguarda no progresso da cidade. O coronel Taumaturgo desejava conciliar seu nome (obrador de milagres) com o embelezamento de Manaus. Se esse fosse realmente um programa estabelecido dentro das normas usuais da administração, valia a pena aceitá-lo. De fato, as idéias do novel governador eram boas, até mesmo necessárias, do tipo aterro de igarapés etc. O demônio da ambição, porém, andava de braço dado com a lisonja e o cortejamento dos sacanetas desfibrados. Dirigindo-se ao Congresso Amazonense na sessão de 25 de novembro de 1891, o coronel-governador procurou logo dar a conhecer o estado das finanças, que não eram más. Começou bem.

Ao dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro coube apenas o gesto disciplinado de passar o governo.

Creio que a história deveria ser contada assim:

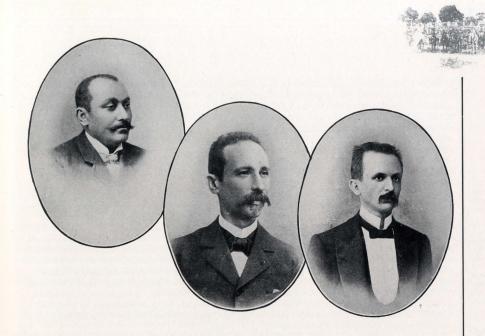
manobrado pelos políticos na capital federal, o marechal Deodoro indicou o novo comandante da flotilha, capitão-de-fragata Borges Machado, para substituir o dr. Eduardo Ribeiro. Este, intimado no dia 5 de maio a entregar o governo, passou-o ao vice Guilherme José Moreira, barão do Juruá, um dos que eram apontados como traidor de causa perdida. Deposto, sem qualquer manifestação de desagravo, dr. Eduardo Ribeiro dispôs-se naturalmente a esperar que os "amigos" do partido, no Rio de Janeiro, advogassem sua causa. Isso fez o valente dr. Almino Álvares Affonso no Congresso. Seu discurso é uma peça memorável de retórica parlamentar: estilo empolado, cultismo verborrágico, arrancos de piedosa ternura para com as nossas possibilidades. O dr. Almino Álvares Affonso não chegaria só com palavras duras a hostilizar o coronel Taumaturgo de Azevedo na defesa intransigente do dr. Eduardo Ribeiro: foi às vias de fato no dia 14 de janeiro de 1892 com o dr. Domingos de Carvalho Leal. Apesar de Arthur Reis situar a praça do General Osório frente ao Quartel do 36º BI (mais tarde 27º BC), a escaramuça teve lugar no Palácio do Governo (hoje sede da Prefeitura Municipal) e nela morreu o soldado Fernandes Pimenta, saindo ferido levemente na região glútea o dr. Almino Álvares Affonso, acérrimo

adversário do coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo. A posição de Eduardo Ribeiro nesse conflito de interesses seria de reserva e abstenção. Talvez de prudente espera? O fato é que após toda aquela sarrafascada receberia de galardão o cargo de professor de Matemáticas da Escola Superior de Guerra e a patente de capitão de Estado-Maior. Um prêmio régio de Floriano Peixoto já no governo com a abdicação de Deodoro.

Taumaturgo de Azevedo não demorou muito no poder, apesar de haver sustentado briosamente seus presumidos direitos contra a palavra de Floriano Peixoto. A situação no Amazonas voltava agora a piorar e a perspectiva de graves acontecimentos pairava no ar. Intimado a entregar o governo, recusou-se, fortificando-se não em seguros princípios legais mas em sua vontade. Isso obrigou Floriano Peixoto a intervir na situação, mas de maneira suasória, enviando uma comissão parlamentar de oficiais das duas armas, Exército e Marinha, havendo, contra a vontade e sob protesto escrito, entregue o mandato ao capitão-de-fragata José Inácio Borges Machado. Se este trabalho dissesse respeito aos movimentos revolucionários do Amazonas, muita coisa se teria a acrescentar aqui, porém o destaque principal é a figura do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que, nessa conjuntura, misantropo como era, recolheu-se a seus penates aguardando o final da embrulhada. E obrou inteligentemente, porquanto seus verdadeiros amigos na capital federal trabalhavam pela reintegração no poder.

Floriano Peixoto não era da mesma estirpe de Deodoro. E contava com o mérito de haver estado no Amazonas, lotado no 3º Batalhão de Artilharia-a-Pé como coronel. Em Manaus filiou-se à Loja Amazonas, sita na rua de Bernardo Ramos. Era portanto um homem que conhecia, dos tempos da Província, a região e seus homens políticos. Sabia em que mares navegava, enquanto Deodoro ouvia apenas as partes interessadas em malquistar o dr. Eduardo Ribeiro. Observe-se, ainda, que o Pensador não era filiado a nenhuma loja do Amazonas, portanto estivera lutando sozinho contra obreiros que possuíam força para mantê-lo longe do governo. Talvez, quero acreditar, fosse a colônia maranhense de Manaus, representada em sua quase totalidade por homens de cor (Lima Bacuri, Raul de Azevedo, mulato-claro; Pedro Freire, mulato-claro), o sustentáculo de sua vitoriosa carreira. Já dissemos: o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não era ofensivo como o coronel Taumaturgo de Azevedo ou Guerreiro Antony. Já dotado de uma experiência local, e apoiado pela resistência dos bons republicanos residentes no Rio de Janeiro, deputados e senadores, desfez-se habilidosamente do peso que representava o coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo. A 11 de março, o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro recebia novamente as rédeas da administração. Agora julgava-se firme no posto e não teve dúvida alguma de fazer o que a política sempre vinha fazendo: dissolveu o Congresso Amazonense, que havia ficado solidário ao ato de Deodoro, reformou a Constituição, cujos termos apropriados já citamos, e elegeu-se governador do Estado para o período 1893-1896.

•••

A quartelada de 1892 teve como pivô a soma daquelas três atividades muito freqüentes na história do Amazonas: vingança contra a ascensão ao poder do dr. Eduardo Ribeiro; ambição do Partido Republicano; e intervenção militar, por desforço,

diante da recusa do governador a aceitar a proposta de um major do Exército para construir a estrada de ferro para o Rio Branco. Também se diz que em vez de estrada de ferro era a rodovia para aquela região. O fato é que era por causa desta última. Indivíduo interessado no serviço, o major Tristão Sucupira de Alencar Araripe, repudiado em suas francas intenções de abiscoitar o serviço, andou correndo de Herodes a Pilatos solicitando o apoio de todos os políticos republicanos. Esse cidadão era major locado no 36º Batalhão. Junto com o irmão João Araripe, bacharel demitido "espontaneamente" do cargo de Procurador Fiscal do Tesouro Nacional, e mais outros uniu-se aos ambiciosos expurgados da cúpula do Partido Republicano — Domingos Teófilo de Carvalho Leal, Jônatas de Freitas Pedrosa, major Enrique Ferreira Pena de Azevedo e Pedro de Alcântara do Rego Barros — promovendo um conventículo a fim

de depor o governador Eduardo Ribeiro e se apossarem do poder. O cômico da história é que nas reuniões havidas na rua da Independência (hoje do Frei José dos Santos Inocentes), residência do major Araripe, foi apresentada uma lista dos futuros "eleitos pelo povo por aclamação": o dr. Domingos Teófilo de Carvalho Leal, o homem que se mordia de ódio por não haver sido guindado a posição relevante, seria o governador do Estado, o qual depois passaria o queijo para o major Enrique Ferreira Pena de Azevedo roer por sua vez; o sargento João Fernandes Pacote passaria a comandante de Segurança Pública e os demais viriam a ser promovidos. O envolvimento nessa trampolinice de miseráveis praças era o que a cachimônia dos conspiradores mais aspirava, pois aos quatro sargentos estavam destinadas a segurança e a paz da família amazonense. Os demais, civis, comprometiam-se a apresentar trezentos homens armados.

Aqui começa a vacilar o projeto sedicioso, pois para esses civis foi necessário envolver certo português muito conhecido na Manaus daqueles idos, cujo nome, Brás Santos, foi dado à praça hoje 15 de Novembro. O pobre comerciante de cachaça se viu intimado pelo major Araripe a fornecer um caixote com armas. A intimação feita pelo major ao comerciante era apoiada na suspeita ou prova de haver ele vendido rifles (dois caixões) quando fora da deposição do coronel Taumaturgo de Azevedo. Lembramo-nos de que naquela mazorca estava metido como principal mandante o dr. Domingos Teófilo de Carvalho Leal. O português recusou-se a fornecer o material alegando não o haverem pago. Não chegou a ficar provado se depois negociou as armas. Além daqueles militares foram arrolados na conivência o primeiro-sargento Manuel Guedes Monteiro, Cândido Serpa (praça) e o cabo-de-esquadra Francisco Guedes Monteiro. Os pequenos, os miseráveis aliciados para a cena de sangue que se desenrolaria na madrugada de 31 de dezembro de 1892. Os maiorais da milícia eram os já referidos primeiro-capitão José de Alencar Araripe e o genro deste, primeiro-tenente Cláudio da Rocha Lima.

Um nome a destacar é o do segundo-tenente Fernando José dos Santos Barbosa, que ficou fiel a seu comandante, tenente-coronel Geógrafo de Castro Silva, quando os arruaceiros tentaram amotinar o Batalhão, sem nenhum sucesso. Esse segundo-tenente Barbosa deu parte ao comandante do que estava ocorrendo nos Artigos Bélicos[3] com respeito ao parque de artilheria, sendo por isso louvado na ordem do dia nº 41 de 13 de janeiro de 1893, juntamente aos companheiros de farda major dr. Clarindo Adolfo de Oliveira Chaves[4], capitão Antônio Correia de Oliveira, capitão Carlos Augusto de Sousa, capitão de engenheiros Manuel Uchoa Rodrigues[5], capitão honorário Francisco Inácio dos Santos, tenente João de Lemos, tenente Raimundo de Amorim Figueira, tenente-farmacêutico Raimundo de Vasconcelos, alferes Bernardo Pio Correa Lima e alferes Francisco Siqueira Melo Rego Barros[6]. Do exame do material bélico roubado dos Artigos Bélicos pelo primeiro-tenente Cláudio da Rocha Lima, constavam cartuchos para peças de artilheria, de fabricação estranha, manipulados, ao que se saberia depois, pelos implicados na quartelada. Além daqueles militares citados, do 36º de Infanteria, havia mais o tenente Raimundo Martins Nunes, alferes Odilon Pratagi Brasiliense e alferes José Bransford da Franca Amaral. A impunidade com que o governo federal tratava a mátula empregada no derramamento de sangue inocente não era novidade àquela altura nem seria depois. Mais tarde veremos como o regime republicano foi sempre uma completa e iterativa demonstração contrária à filosofia de fraternidade, aquela palavra oca que se colocava

3 **Ficava no fim da rua de Luís Antony.**

4 **Todo o tempo que durou a convulsão, ficaram fiéis ao seu comandante e mais tarde vieram a sofrer por esse ato honroso.**

5 **Cearense, engenheiro militar, veio para o Amazonas em 1889 ou 90.**

6 **Ver Francisco Ferreira de Lima Bacuri, *Estado do Amazonas. Movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893*. O autor não se identifica na publicação, temendo represálias.**

ostensivamente nos papéis burocráticos. Tratavam-se fraternalmente nos ofícios e na vida prática mordiam-se, apunhalavam-se pelas costas, ambicionavam posições e dinheiro. Foi o dinheiro que arrastou o major Tristão Sucupira de Alencar Araripe à formalização de desagradáveis contubérnios, em que muitas vidas seriam imoladas inocentemente depois. Quando o referido major apresentou os planos para a abertura da estrada Manaus—Rio Branco, os técnicos descobriram uma boa cópia de erros grosseiros de orientação geodésica, de latitudes e longitudes, e por isso o governo do Estado recusou-os. Talvez não fosse somente por isso o objeto da recusa, pois naquela altura já se sabia que uma estrada de rodagem para o Rio Branco estava sendo contratada; como o foi depois, aparecendo outros concessionários mais prestigiados. Pelo menos vinte quilômetros já estavam prontos, dizia-se.

O objetivo da revolta organizada pelo major Araripe e apaniguados era apossar-se dos ricos terrenos marginais da estrada em projeto de abertura desde 1834. Disso dá conta o arrazoado da imprensa manauara da época e a troca de insultos baixos havida entre o referido major Araripe e o dr. Eduardo Ribeiro, este mais comedido nas acusações e aquele desabrido pela derrota verificada duas vezes em menos de um ano! O homenzinho atarracado, capaz das maiores felonias, desmentiu tudo quanto a imprensa disse dele, mas sem provas documentais. Ficaria impune para tentar nova arremetida, dada a frouxidão com que foi tratado pelo comandante do 36º Batalhão de Infanteria na primeira rebelião. Preso à ordem do ministro da Guerra, mas contando com a nociva solidariedade do general comandante do 1º Distrito Militar, Bento José Fernandes Júnior, no dizer enfatuado dos militantes da desordem "vindo a Manaus com ordens secretas do marechal Floriano", o que seria formalmente desmentido depois.

Não conformado com a situação que o deixava desmoralizado perante a opinião pública e os camaradas de farda mais ajuizados, o bando — isto é, os três cabeças da sedição, major Araripe, capitão José Araripe e tenente Cláudio Lima — propôs-se renovar o tentame, desta vez acobertado pelo Partido Nacional em que se escudavam dr. Constantino Nery, dr. José Nery, dr. Jônatas Pedrosa (médico), cônego Amâncio de Miranda[7], dr. Domingos Teófilo de Carvalho Leal, alferes Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa e dr. Américo Vitrúvio de Campos. A entrada de elementos cimeiros do Partido Nacional nessa desavença tinha sua razão de ser (para o partido, naturalmente) numa série de fatos que poderiam atingir algumas organizações religiosas e políticas. Desde o governo do tenente Ximeno de Villeroy o Estado desvinculou-se da Igreja e logo depois Eduardo Ribeiro reformava a educação, privando certas escolas particulares de generosas somas a título de subvenções. Dois dos representantes desses organismos sofreram com as medidas salutares trazidas pela República: o cônego Amâncio de Miranda e o dr. Jônatas Pedrosa, este diretor e proprietário do Ateneu Amazonense, o colégio destinado a acoitar os soldados rebeldes na primeira revolução abortada. Esses dois homens, mancomunados com o dr. Constantino Nery, que era secretário do general-de-brigada graduado Bento José Fernandes Júnior, foram os principais instrumentos do Partido Nacional numa segunda e mais sangrenta tentativa de depor o governador dr. Eduardo Ribeiro.

A história oficial dessa bernarda é longa, enche um livro de trezentas e dezenove páginas, mas o fato é que o Partido Nacional negaria oficialmente qualquer ingerência nos conflitos de rua, na idéia de compelir o governo a abdicar. Depois da derrota, todo mundo se apresenta na figura de mártir e de inocente. Quem arrastou com a responsabilidade, até

7
Nasceu em Manaus no dia 31 de dezembro de 1848 e faleceu em Belém do Pará a 27 de novembro de 1901.

chacotas obrigado a engolir, foi o general Bento José Fernandes Júnior pela boa-fé com que se bandeou para os dissidentes e inconformados. Comparado com o tumulto de 30 de dezembro de 1892, o motim de 26 e 27 de fevereiro de 1893 foi mais referto de tropelias, de mortes e destruição da fazenda pública, com perigo para a população civil, que abalaria para os bairros afastados do centro citadino. Como se esboçou acima, tomaram parte ostensiva nesse "desagravo" ao Partido Nacional: o major dr. Antônio Constantino Nery, secretário do comando do 1º Distrito Militar e do Estado-Maior de primeira classe; os dois Araripe inconformados; cônego dr. Amâncio de Miranda, que ganharia mais tarde uma rua com seu nome no bairro de Constantinópolis (Educandos); o capitão-de-fragata José Antônio de Oliveira Freitas; general Bento José Fernandes Júnior; dr. Agesilau Pereira da Silva; Hilário Francisco Alves; dr. Américo Vitrúvio de Campos; alferes Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa, que mais tarde haveria de ser um grande prefeito de Manaus; e o primeiro-tenente Cláudio da Rocha Lima. E de um lado o 36º Batalhão de Infanteria e do outro o Batalhão de Segurança (polícia militar), muito mais municiado e disposto ao confronto sangrento, como se verá.

Após a primeira sarrafascada de 30 de dezembro de 1892, os ânimos não cederam à voz da razão e da prudência. Os Araripe prosseguiram aliciando parciais e as ondas de boatos inquietavam as famílias. Estourou a revolução no dia 26 de fevereiro, pela manhã, quando foi largamente distribuído na cidade o boletim seguinte, que a muitos deixaria perplexos e a outros intimidados:

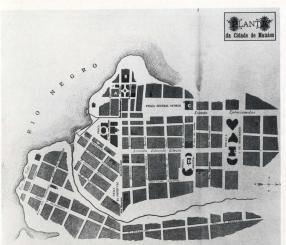
Em nome da soberania nacional, a bem da autonomia do povo amazonense, declaramos deposto o governador Eduardo Gonçalves Ribeiro — cuja administração feriu fundamente a liberdade, predicado primeiro da liberdade popular — e o vice-governador barão de Juruá; e aclamamos o major Antônio Costantino Nery, filho desta ubérrima região, a quem delegamos nossos poderes e com o qual juramos ser solidários, assumindo, inteira, a responsabilidade que nos couber.
Manaus, 26 de fevereiro de 1893
Dr. Américo de Campos
Monsenhor Amâncio de Miranda

Vê-se o sofisma do monsenhor (ou cônego), porque depois da barulheira que sucedeu a esse boletim o padre desapareceu de circulação, isto é, fugiu da frente de combate, passando à retaguarda, à teoria.

Após a circulação desse nocivo boletim e o tumulto provocado no seio da família amazonense, uma chusma de civis postou-se na frente do quartel do 36º de Infanteria a bradar e a aclamar aos gritos os próceres do movimento, inclusive depondo do comando o tenente-coronel Geógrafo de Castro Silva, e assumiu o comando o tenente Cláudio da Rocha Lima. O bando não se intimidou e, armado de revólveres, visou a pessoa do comandante Geógrafo, que revidou. Foi preso pelo tenente Cláudio Lima e mantido incomunicável! Como se verifica, a situação era de conselho de guerra, desde o início, se o comandante Geógrafo não fosse tíbio. Aos vivas e ameaças, o padre Amâncio de Miranda aclamava o major Antônio Constantino Nery como

PLANTA
da Cidade de Manáos
RIO NEGRO
PRAÇA GENERAL OSORIO
Estrada Epaminondas
Avenida Eduardo Ribeiro
Rua Costa Azevedo
PRAÇA
5 DE SETEMBRO
PRAÇA
DA CONSTITUIÇÃO

8

9

governador. Parecia mais uma revolução de opereta, não fossem os resultados sangrentos do choque havido depois. De repente, uns pândegos, inconformados com as medidas salutares tomadas pelo governador Eduardo Ribeiro, saíam à rua arrastando os gatos-pingados pagos para gritarem bem alto os nomes dos aclamados "pelo povo". O povo, como sempre o bode expiatório dessas pochades, estava arrumando a trouxa e abalando para os bairros distantes, aldeia de São Raimundo Nonato, Flores, Cachoeirinha etc.

À tarde, o "eleito" enviou ao governador do Estado o seguinte ofício, conduzido pelo alferes Adolfo Lisboa, ajudante-de-ordens do general Bento Fernandes:

Manaus, 26 de fevereiro de 1893.

Sr. Capitão dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro.

Aclamado pelo povo amazonense Presidente deste Estado, sendo vós deposto pelo mesmo povo do cargo de Governador, comunico-vos, para vosso governo, que fica marcado o prazo de 12 horas, a contar do momento em que este vos for entregue, para retirar-vos, com toda a força que aí tendes concentrada, do Palácio do Governo, ficando vós desde já responsabilizado pelo derramamento de sangue que porventura possa haver no caso de resistência de vossa parte.

Saúde e fraternidade

Antônio Constantino Nery.

O comentarista anônimo do livro, coronel Francisco Ferreira de Lima Bacuri, um maranhense por todos os pontos digno de se conservar a homenagem que lhe foi prestada com o nome de rua, permite-se a seguinte observação: "Como se compreende facilmente da linguagem do sr. Antônio Constantino Nery, o vulto que na quadra presente mais facilmente se prestou para os manejos políticos de alguns padres e alguns rábulas, estava *deposto* (grifo do autor da peça) definitivamente o dr. Eduardo Ribeiro".

Realmente, para quem conhece a história daquelas desavenças políticas partidárias não deixa de ser uma comédia bufa essa atitude do major Constantino Nery. Que povo o aclamou e depôs Eduardo Ribeiro? Em que dispositivo constitucional ou meramente cívico se estribava o ambicioso major para assumir o papel de "eleito"? O povo a que aludia (miserável povo!) era a chusma de valdevinos pagos para bater palmas ao entreato pífio. Seria bastante um tiro disparado ali para que a malta esfarrapada azulasse.

O comandante do 36º, por si próprio nomeado, tenente Cláudio Lima, egresso convicto do motim de dezembro de 1892, mandou cerrar as portas do quartel e dispor a tropa em linha na frente, ostensivamente, inclusive as baterias. Daí em diante progrediu a ameaça de transformar a cidade em segunda Tróia com dois fogos programados para a destruição e a morte. O governador Eduardo Ribeiro não seguia indiferente à arrumação dos Araripe-Nery-Lima. Mandou o batalhão de polícia ficar de prontidão e não tomou a ofensiva, senão burocraticamente, dirigindo ofícios ao comandante da flotilha, ao general Bento, ao presidente Floriano, cônsules acreditados em Manaus etc. Ao comandante da flotilha expôs a situação e pediu

providência no sentido de manter a situação menos ofensiva. O capitão negou-se a tomar uma atitude oficial, sob a alegação fútil de não possuir homens em número suficiente para operar um desembarque. Realmente não foi necessário: o batalhão policial possuía todas as condições bélicas para frustrar um ataque a Palácio. Foram enviados ofícios aos cônsules da França, Itália, Alemanha, Inglaterra, Peru, Colômbia, Bolívia, Portugal, Espanha, do tipo que segue:

CIRCULAR.
Ao sr. Cônsul de...
Estando ameaçada a população desta capital de derramamento de sangue provocado por alguns oficiais da guarnição federal deste Estado e dispondo este governo de meios suficientes para restabelecer a ordem, responsabilizo o sr. general Bento José Fernandes Júnior, comandante do 1.º Distrito Militar, por tudo quanto possa acontecer; o que levo ao vosso conhecimento para os devidos fins.
Saúde e fraternidade
Eduardo G. Ribeiro

O conflito sangrento teve início à boca da noite, "quando os guardas da Alfândega[8] e Tesouraria atacaram as forças estaduais postadas na rua Municipal entre as casas dos srs. Braga Alegria e Polack"[9]. O leitor moderno ignora essa disposição que vamos reconstituir: a rua Municipal é hoje a avenida Sete de Setembro e o Palácio do Governo ficava no edifício clássico da hoje Prefeitura Municipal. Portanto o local do tiroteio seria justamente entre as ruas atuais da Instalação da Província e avenida Sete de Setembro, mais ou menos, até mesmo a rua da Conceição ou da Matriz, hoje de Lobo d'Almada. Enquanto isso o Palácio do Governo era bombardeado pela artilheria do tenente Cláudio Lima postada à frente do quartel do 36.º BI. Houve uma série de ofícios trocados entre o governador do Estado e o comandante da flotilha e entre estes e o general Bento, mas em todos os documentos Eduardo Ribeiro manteve-se firme na disposição de enfrentar as forças federais amotinadas. A questão de quem começou o tiroteio não foi apurada, porém houve da parte dos rebeldes o arrombamento do Depósito Público estadual e danificação do livro de entradas de mercadorias, fato denunciado e apurado pelos peritos nomeados pelo subprefeito da Segurança Pública, cujos autos aparecem no livro de Lima Bacuri citado.

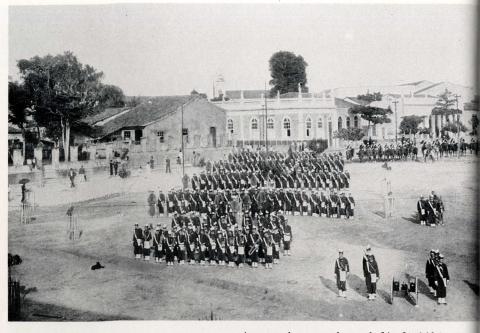
Uma outra divertida situação está no privilégio das forças antagônicas sobre a vitória na luta sustentada de dentro e de fora do Teatro Amazonas em construção. Os militares do 36.º BI afirmam que saíram vitoriosos:

Seguiu-se sem interrupção uma luta que durou até às 11 horas do dia, hora em que, havendo-se entrincheirado no teatro em construção no largo de São Sebastião uma força policial de cerca de 40 homens, ordenei que saíssem para desalojá-las 18 praças, comandadas pelo 1.º sargento Salustiano, e 8 pelo 2.º sargento Barata, da 2.ª bateria, de cuja incumbência desempenharam-se brilhantemente estes inferiores.

8
Trata-se da antiga Alfândega e Correios, um prédio colonial deitado abaixo para no local ser levantado o espigão atual da Fazenda.

9
A atual casa é um prédio nobre, cuja frontaria esbelta está na esquina da rua da Instalação da Província e avenida Sete de Setembro.

10

11

A quem cabe a razão do grande feito fratricida? Do relatório que apresentou ao governo o major Raimundo Afonso de Carvalho, comandante interino do Batalhão de Segurança, extraímos o seguinte tópico:

Uma força de 40 praças sob meu comando, tendo como subalterno o destemido tenente Lucas, que sempre mostrara muita coragem e sangue-frio, embargou os passos ao inimigo, fazendo-o retroceder de diversos pontos onde se achava até o largo do seu Quartel, sendo nesta ocasião repelidos os que se achavam entrincheirados nos alicerces do Teatro em construção, no largo de São Sebastião, e, assim desbaratados os atacantes, puderam nossas forças avançar até a rua Joaquim Sarmento, bem próximo ao Quartel do 36.º, onde nos entrincheiramos com o fim de impedir a passagem para este ponto (...) Pouco antes do meio-dia estava com o inimigo completamente sitiado, deixando que no auge do desespero, no fogo sem trégua que fazia sobre Palácio e nossas forças, esgotasse a pouca munição que já lhe restava ou viesse a render-se pela fome e sede, em virtude das providências postas em prática por este comando... Às 4 1/2 horas da tarde mandou este comando tocar cessar fogo por ter aparecido em nossas linhas, alçando bandeira branca, um parlamentar, enviado pelo chefe da flotilha de guerra surta neste porto, e de ordem vossa foram suspensas as hostilidades ficando todavia em seus postos as nossas forças até a tarde do dia 1.º deste mês, quando seguiram para o Pará o

12

major Tristão Sucupira de Alencar Araripe, capitão José de Alencar Araripe e tenente Cláudio da Rocha Lima, principais promotores dos lutuosos acontecimentos que tanto apavoraram a população laboriosa e ordeira desta futurosa cidade.

O comando não deixou claro o número de mortes e ferimentos verificados do lado do 36º rebelde, mas publicou os nomes dos mortos e feridos da parte do Batalhão de Segurança, inclusive outras cenas de combates, em que os soldados do governo e alguns paisanos se mostraram dignos de menções. A todos esses sacrifícios ficariam indiferentes os políticos e militares ambiciosos, mas o governador dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não cedeu senão quando o arrependimento e a prudência resolveram baixar a cerviz aos mandatários do confronto que haviam subornado a autoridade de um general bem-intencionado mas frouxo de autoridade. A reunião entre os dissidentes teve lugar no consulado francês e o dr. Eduardo Ribeiro teve coragem de ir enfrentar a acrimônia do general Bento. Os outros cônsules convidados ou não responderam, ou o fizeram recusando-se ao comparecimento "por falta de garantias", acusando o general Bento. Assim o fizeram o cônsul do Peru, também respondendo pelo consulado da Bolívia e Itália, e o cônsul da Espanha, que por sua vez alegava falta de segurança, com as forças federais a intimar na rua as pessoas e a revistá-las acintosamente. É fato que ninguém, nem mesmo autoridades consulares, desejava expor-se ao mandato

10 M. Achylle Arthur Georges Jacquot d'Anthonay, comerciante e agente consular, ainda possui descendente em Manaus, na pessoa da senhora Enriqueta d'Anthonay.

atrabiliário dos Araripe. Até o cônsul da França, muito ligado simpaticamente ao Estado (quase tudo vinha da França àquele tempo), o sr. d'Anthonay[10], queixar-se-ia daquela situação de insegurança pública, muito embora o general Bento, em seu arrazoado para fugir às responsabilidades, invoque os cônsules estrangeiros como testemunhas das agressões policiais.

A bernarda terminou com o embarque tardio dos Araripe e do general Bento. O presidente Floriano declarou sustentar a legalidade do governo Gonçalves Ribeiro, apoiar o amigo e camarada de farda e manter no comando do 36º BI ao tenente-coronel Geógrafo de Castro Silva.

Rio, 4 de março 93.
Dr. Eduardo Ribeiro — Governador — Urgentíssimo.

Segundo informações vosso secretário movimento aí feito em meu nome é falso; ainda mesmo que não fôsseis meu amigo eu não concorreria para semelhante abuso.

Todas as providências foram tomadas para garantir vosso governo que é o legalmente constituído.
Floriano Peixoto

•••

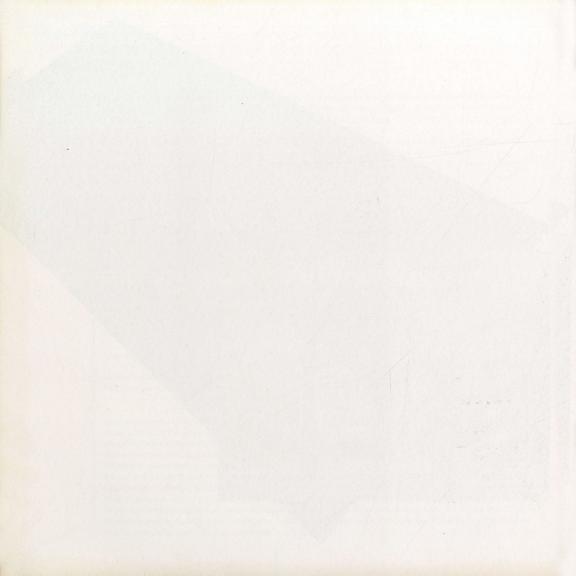
Rio, 4 março, 7,40 m — Comandante 36.º Batalhão tenente-coronel Geógrafo.

Deveis assumir comando guarnição Amazonas, imediatamente; decreto desta data foi dispensado o general Bento Fernandes do comando do 1.º Distrito; coronel Joaquim Manuel Medeiros deverá assumir interinamente esse comando.

Deveis garantir a ordem nesse Estado sustentando o governo legalmente constituído que é o do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro.

O major Sucupira, capitão Alencar Araripe devem com a máxima urgência recolher-se Capital Federal.
Ministro da Guerra

Foi a pá de cal nas absurdas pretensões do Partido Nacional, de um lado, do lado da politicalha, e na ambição dos Araripe, do oposto. Depois dessa convulsão, o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro poderia governar em paz e realizar a grande transformação urbana de Manaus que tinha em mente e dispondo de recursos para fazê-lo. Mas não se pense que o ódio e a ambição ficaram imunes de contágio. Depois do governo frutífero do dr. Eduardo Ribeiro as coisas recomeçaram na gestão do dr. Fileto Pires Ferreira, contra seu cunhado dr. Guido de Sousa, o chefe de polícia mais sanguinário que Manaus já teve depois do célebre Mário Monteiro. Mas isso é outra história... Doloroso para o dr. Eduardo Ribeiro seria, no entanto, não mais o *affaire* Fileto Pires Ferreira e, sim, a subida ao poder do seu maior desafeto, o major (agrimensor) Silvério Nery. É em derredor deste que gravitam as atenções, se dobram os salamaleques, investem as homenagens. Silvério Nery procuraria, na sua hora da vingança, distante já daquela funesta *journée des dupes*, descontinuar a obra em andamento do seu adversário político.

Anatomia de um crime

Não escondemos que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro foi um cidadão politicamente infeliz depois de deixar o governo. Completamente abandonado por amigos e detestado pelos inimigos, deveria refugiar-se na mais humilhante das posições, se é que já não estava desde muito em situação de não poder conter-se. Sem família constituída, sua casa da rua de José Clemente Pereira deveria de ressentir-se com a falta de uma esposa e de crianças. A mulher existia, com quem teve um filho, mas era obrigada a viver no anonimato, na triste situação de apenas concubina. Os criados eram poucos e de confiança, ordenanças e bagageiros do Batalhão de Segurança. Ele próprio não deveria sentir-se muito seguro sozinho naquele casarão. Pois sabemos entretanto de atentados contra sua vida, numa época em que a vida valia muito pouco para o caudilhismo provinciano. Eduardo Ribeiro haveria por seu turno de lamentar as conseqüências do seu ato, elegendo pela farsa ao amigo Fileno Pires Ferreira. Esse homem guindou ao poder seu cunhado, dr. Guido de Sousa, o maior patife que já surgiu na administração do Estado, talvez superior ao célebre Calambange, da oligarquia Rego Monteiro. Era um indivíduo de mau caráter, vingativo e impiedoso. Dele diria o jornalista Victor Hugo Aranha, sob o pseudônimo Talião *(O Passado,* 1902*)*, em artigos publicados no jornal *A Federação*, de Manaus, as coisas mais incríveis, atos de perversidade inauditos, assassinados impunes, surras, desvirginamentos, invasões de lares, catilinárias que se estendiam igualmente ao dr. Raul de Azevedo, outro preto claro maranhense. A quando da queda do dr. Fileto, Guido de Sousa foi obrigado a sair fugido de Manaus e, durante a saída do navio (suspeitou-se de que não embarcou), os foguetes de assovio iluminaram o cais do porto. Com todas essas misérias de que se julgava em parte culpado, um peso na consciência, Eduardo Ribeiro não deveria usufruir de sono descansado. Seu maior adversário político, que se julgava esbulhado do poder, obstinava-se em cortar-lhe a proa. O sr. Antônio Constantino Nery não escondia de ninguém que devia o insucesso de sua primeira tentativa de apossar-se do governo à reação armada do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Ao dr. Fileto Pires Ferreira sucederia o coronel da Guarda Nacional José Cardoso Ramalho Júnior, vice, e a 23 de julho de 1900 é eleito o dr. Agrimensor, filho de Quari, Silvério José Nery. As coisas mudariam então. Em 1900, 14 de outubro, falece Eduardo Ribeiro em sua chácara da Chapada do Pensador, hoje nomeada apenas Chapada. O tempo instaurado entre a eleição do primeiro Nery e a morte misteriosa de Eduardo Ribeiro é muito curto, mas não o seria para a elevação do coronel Antônio Constantino Nery à curul governamental. Essa elevação foi uma pequena comédia legal. Era vice o monsenhor Benedito da Fonseca Coutinho e a lei orgânica amazonense não permitia a sucessão de parentes do governador[11], a menos que resignasse o titular em tempo hábil. Isso foi feito e assume o monsenhor. É então eleito por sufrágio universal (a balela de sempre) o coronel Antônio Constantino Nery para o quatriênio 1904-1908.

A ofensiva contra Eduardo Ribeiro começara antes, meio indiretamente, é fato, pois o trabalho dos Nery foi quase sempre de solapamento da obra grandiosa do Pensador. Sucederam-se as famosas encampações a que já aludimos, cujo mérito exclusivo

11
Era vice-governador na administração do sr. Silvério José Nery ...

14

15

18

16

17

19

20

...quando o major Constantino Nery, senador da República, pretendeu candidatar-se ao governo. O sr. Silvério Nery renuncia ao cargo nos termos da Constituição vigente, assumindo o monsenhor, e o major Constantino Nery é eleito.

era tirar de A as prerrogativas adquiridas por contrato ou não e entregá-las a B, em função da amizade ou do interesse particular. Damos a palavra ao provecto mestre Agnelo Bittencourt: "Começou Silvério Nery por anular vários contratos firmados na vigência do seu antecessor considerados lesivos ao Estado, no valor de 13.796.200 (contos de réis), bem assim fez declarar insubsistentes várias nomeações de magistrados julgadas contrárias à lei. Mandou apurar as responsabilidades financeiras do Erário público, achando um acervo no valor de 42.104.820 (contos de réis)". Sim, não há dúvida; era, aliás, uma das características dos governos daquele tempo desfazer o que os outros haviam projetado e em contrapartida realizar alguma coisa de proveitoso. É duvidoso, no entanto, que tudo fosse obra inspirada pelos mentores administrativos.

O ranço do ódio pelo governo Eduardo Ribeiro e continuadores flutuava e fez-se mais indisfarsável quando assumisse o major Constantino Nery. Então o morto já incomodava menos, somente sua memória jazia presente no juízo dos amigos mais chegados, como o dr. Bretislau de Castro, Hermenegildo Lopes de Campos, mulato também, tenente Fernando José Barbosa, maranhense e mulato, coronel José Cardoso Ramalho Júnior, coronel Afonso de Carvalho, uma minoria (com mais alguns outros) que o reverenciou após a morte inglória.

As biografias do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro são curtas[12]. E quem dele poderia dizer tudo calou-se durante toda a vida. Só falaram os que dele precisavam dizer as amargas. O dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro foi militar severo nos julgamentos dos governados, não procurou adoçar as opiniões que dele se faziam no lar e na rua. Não queremos dizer que houvesse sido drástico e poluto, como pretendia a oposição. À outra luz, não acusamos nominalmente quem quer que seja da morte do ex-governador. As condições um tanto esquisitas dessa morte trágica já foram encaminhadas pelo erudito historiador amazonense dr. Arthur Cézar Ferreira Reis quando diz textualmente: "Morreu a 14 de outubro de 1900, em circunstâncias um tanto misteriosas". Quem informou o historiador possuía condições para fazê-lo porque viveu a época de defasagem moral que o Estado atravessava com tantos ambiciosos do poder. No entanto, tudo leva a crer que o "negro precisava ser liquidado".

O dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro nasceu em São Luís do Maranhão a 18 de setembro de 1862. Fez o curso secundário no Liceu Maranhense. Em 1881 matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, saindo alferes em 1886. Segundo vimos antes, graduado no posto de segundo-tenente, seria locado no 3º Batalhão de Artilharia-a-Pé sediado em Manaus. Essa transferência teria sido por medida disciplinar, mas no *Álbum descritivo amazônico*, 1899, de Arthur Caccavoni, diz-se foi "removido, por fútil motivo, para Manaus". O motivo, fútil ou grave, não interessa em sua parte civil, pois que era da alçada militar e não cremos que houvesse conexão com a honra do homem. Já se disse que ele era republicano convicto e essa convicção filosófica talvez chocasse os monarquistas. O fato, porém, é que em seu jornal *O Pensador* havia espaço bastante para as idéis nascentes que os moços arvoravam com destemor. Pelo menos um dos colaboradores daquele jornal, o dr. Pedro Freire, maranhense poeta, foi comboiado para a administração, servindo o posto de secretário de Eduardo Ribeiro.

A morte de Eduardo Ribeiro não passou ignorada em Manaus. Em torno dela teceram-se os mais diversos comentários, porém jamais se admitiu

12 **Eduardo Gonçalves Ribeiro, *Diário Oficial*, 1985, p. 52.**

houvesse sido autocídio. Do malogrado trabalho do professor Júlio Benevides Uchoa, um homem de consciência reta, extraímos o seguinte trecho dilucidativo:

Residia o imortal maranhense, na antiga Chácara Pensador, em companhia do doutor Menélio Pinto, diretor da Secretaria do Congresso Legislativo. Profundamente abalado de suas faculdades mentais, à época do tristíssimo acontecimento que o vitimou, encontrava-se o doente sob rigorosa vigilância. Meses antes estivera no Ceará e na Europa a tratamento de saúde. Em Gênova, uma junta médica composta dos professores Ludovici, Maragliano e Taburini o examinara detidamente, concluindo que o seu restabelecimento se processaria pouco a pouco. Do velho mundo retornou o enfermo a Manaus a 5 de setembro de 1900.

Permaneciam junto ao Pensador o doutor Menélio Pinto, o alferes da Força Pública João Emídio Ferreira da Silva, o furriel Severino Augusto de Souza e os praças da mesma corporação, Manuel Laranjeira, João Evangelista e José Santos[13]*. Era um grupo bem numeroso de vigilantes, capaz de velar pela segurança do doente e evitar qualquer desatino, que, porventura, ele cometesse, no estado de insânia em que se encontrava.*

13 **Leia-se tenente José dos Santos Barbosa.**

Passara a noite de sábado para domingo agitadíssimo, pedindo isso e aquilo, em grande estado nervoso. Pela madrugada de ontem (13) o doutor Eduardo Ribeiro tirando as correntes da rede, sacudiu-as, jogando umas nas outras. Tiradas estas por um dos enfermeiros, ele pediu um pouco de leite. (...) E, enquanto seu guarda saía do quarto para pedir o líquido, o grande homem, só, isolado por minutos, pôs termo a sua utilíssima existência.

Momentos depois, quando o tenente Emídio da Silva entrou no aposento, o Pensador estava morto. Suicidara-se no seu próprio quarto de dormir, uma sala junto à varanda, com janelas para o quintal e pátio. Tinha enlaçado no pescoso uma corda de mosquiteiro — uma corda de cor verde — que pendia do armador.

Eduardo Ribeiro jazia com a cabeça para o lado direito, sentado no soalho, a cabeça e o tronco apoiados na parede, as pernas estendidas ao comprido, os pés ligeiramente cruzados. Vestia na ocasião um camisão de dormir de linho branco e meias pretas com listas brancas.

Às 8 horas e 30 minutos chegavam à Chácara os médicos Carlos Grey, assistente do Pensador, Clementino Franco, Alfredo Araújo e Miranda Leão, que fizeram os respectivos exames. O corpo estava na posição em que fora encontrado às 5 horas e 30 minutos.

Do laudo subscrito pelos médicos que fizeram o levantamento cadavérico, consta o seguinte: a cabeça presa por uma corda de linho fixada na parte superior de um armador de rede; a corda estava passada em volta do pescoço e atada por nó corrediço; o restante da corda passava em uma roldana, das destinadas a suspender o mosquiteiro, fixada no centro do teto do quarto; a cabeça do cadáver achava-se reclinada sobre a espádua direita. A boca entreaberta deixava ver a extremidade da língua presa entre as arcadas dentárias; os olhos cerrados e a face vultuosa e congesta. O braço direito, em meia flexão, repousava sobre o terço superior da coxa do mesmo lado; o braço esquerdo pendente sobre o soalho, repousando sobre a face dorsal da mão direita, que se achava

CANTO DAS NOVIDADES

Avenida Eduardo Ribeiro 1900

em supinação. Pelo hábito externo, não notaram equimoses ou outros sinais de violência que denunciassem luta ou haver-se ele debatido na ocasião da morte. A posição do cadáver, disseram os médicos, era naturalíssima.

O palco foi bem preparado para a cena do achamento do cadáver. Começa-se a desconfiar do laudo médico, "asfixia por estrangulamento", quando é instaurado o item "corda de mosquiteiro". O mosquiteiro de que se fala é daquele tipo suspenso do teto, de filó ou talagarça, que se fecha sobre o leito, e não o popular "boi" de estrutura quadrada. Como se pode conceber que uma roldana pequena, parafusada no caixão de madeira do teto, pudesse sustentar um corpo? Ou mesmo que a corda desse mosquiteiro, geralmente fina, suportasse um corpo, mesmo magro e doente? Eu não sou entendido em medicina legal, mas sempre se ouve dizer que o enforcado de verdade apresenta sinais de asfixia muito diferentes dos que aparentava o morto. Geralmente a língua fica exposta e os olhos arregalados. Eduardo Ribeiro apresentava apenas a extremidade da língua presa entre as arcadas dentárias e os olhos cerrados, embora as faces estivessem intumescidas. Mas não se diz se violáceas. Um problema para qualquer médico discutir.
Eu não acredito, jamais acreditei nesses sintomas tão contrários ao costumeiro indicativo da morte por estrangulamento. E há, como contrapeso, aquele copo de leite de que ninguém mais fala, se foi utilizado ou não foi. O processo policial é falho em muitos pontos; não se mandou examinar o conteúdo do copo nem houve necropsia. Como é que uma corda por menos espessa que fosse não deixou marca no pescoço da vítima? Como é que esta estava sentada contra a parede e enforcada? Que ponto de apoio para o corpo em suspensão? E, mesmo que não houvesse suspensão, que modo estranho de um cristão enforcar a si próprio. São questões que não foram argüidas pelos médicos assistentes nem pela Polícia. Não se fez um inquérito a fim de apurar as causas alógenas da morte. No entanto alguém, um médico italiano que vinha acompanhando o doente, estranhou aquela cena tão pouco revestida de naturalidade, chegando ao clímax de declarar suspeita de homicídio, de assassinato! Para escurecer ainda mais o episódio trágico, o processo sumira da Polícia!

Logo depois da morte de Eduardo Ribeiro, o tenente Fernando José dos Santos Barbosa, do Exército, o mesmo que nas bernardas verificadas contra o dr. Eduardo Ribeiro ficara ao lado deste e do major Geógrafo de Castro Silva, retirou-se de Manaus para o Maranhão e nunca mais deu notícias. O mesmo aconteceria com os médicos dr. Ludovici e Hermenegildo de Campos. Seria inútil perguntar a razão dessa fuga. Os inimigos de Eduardo Ribeiro, guindados ao poder, não perdoavam a ninguém. Dona Maria Barbosa, casada com o tenente Barbosa, tinha um filho, Patrocínio, da Polícia Militar, tio do sr. Telamon Barbosa Firmino, recentemente falecido. Foi o tenente Barbosa quem relatou à irmã Sebastiana Barbosa Firmino (prima de minha mãe) que se dizia à boca pequena haver o Pensador sido envenenado com umas ervas trazidas de Santarém. É claro que não seria preciso buscar ervas em Santarém para eliminar, via oral, um inimigo. Suspeitava-se de que o "remédio" viera de Faro, via Santarém. E não custava nada a um dos criados e serventes preparar uma dose no leite. Esse copo de leite me parece o busílis da questão ou a *petra scandali*.
O mistério do copo de leite, título para uma comédia policial ou novela de sensação.

O professor Júlio Benevides Uchoa tem, no trabalho referido, este parágrafo candente, que resume nosso pensamento a respeito, pois ele publicou a versão oferecida por mim e publicada igualmente em meu livro *O aguadeiro*:

Muitas versões correm por aí a respeito do terrível drama que eliminou o saudoso maranhense, sem nenhuma comiseração à insanidade que combalira o organismo, provocada esta, possivelmente, pelo veneno que lhe fora inoculado, mesmo porque os politicóides sem entranhas temiam o seu restabelecimento, como predissera o professor Ludovici, eminente psiquiatra italiano.

O inventário proporcionou muitas desinteligências e críticas a favor dos herdeiros. E é sobremodo curioso como o filho de Eduardo Ribeiro não aparecesse, nem sua prima, nem o sobrinho, mas somente a "mãe" Florinda Maria da Conceição, que aparece na qualidade de "mãe e herdeira única e universal do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro". Diante da lei é assim. Não haveria por que contestar. Morto o homem, os abutres afluíram em chusma sobre os despojos. Surgiram contas fantásticas, até da Ligure Brasiliana, no valor de cento e vinte e nove contos de réis. Uma conta do português Caetano Monteiro, do valor de dez contos de réis, subiu escandalosamente para cinqüenta contos de réis[14]. Diz o doutor Edmundo Levy:

Florinda Maria da Conceição ergueu sua voz, protestando, mas foi em vão. Rebelou-se contra o desaparecimento de um piano que ela mesma despachara na Alfândega, insurgiu-se contra a "dívida de Caetano Monteiro da Silva por ser de dez contos e não de cinqüenta", bradou contra as contas "dos médicos doutores Ribeiro da Cunha, Antônio de Figueiredo e Bulcão Viana por achar excessivas", não concordando "absolutamente com a do dr. Macedo de Bragança".

Meteram a mão no espólio, os amigos e conhecidos de ontem. Até o túmulo, que deveria de haver sido uma homenagem do Estado, resumiu-se primeiramente numa modesta placa de mármore, sendo depois substituído pelo atual. A abertura do testamento veio revelar duas coisas: que o dr. Eduardo Ribeiro não legou ostensivamente nada ao filho (ilegítimo?) e que amigos e inimigos políticos corvejaram em cima do seu legado. O dr. Edmundo Levy deu-nos a relação desse monte tão miseravelmente rapinado:

Analisando-se desapaixonadamente a avaliação, não há como deixar de lenvantar a voz contra o exagero dos preços dados a todos os bens, como bem protestou, através do seu procurador, a velhinha Florinda Maria da Conceição, "mãe e herdeira única e universal do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, capitão de Estado Maior". Basta que se considere que um terreno, situado na rua José Clemente, esquina da avenida "Eduardo Ribeiro", medindo vinte metros por ambas as frentes, foi avaliado, naquela época, em trinta mil cruzeiros. O terreno do Umirizal, com uma área de quinhentos e sete mil quatrocentos e cinqüenta e dois metros quadrados, foi estimado em oitenta mil cruzeiros. A chácara Pensador foi apreçada por duzentos e dez mil cruzeiros. Para melhor evidenciar o propositado despropósito da avaliação, cite-se ainda que a "um tanque de zinco para mil galões d'água" foi dado o valor esdrúxulo de oitocentos cruzeiros[15].

14
Comerciante português, proprietário de seringais em vários rios do Amazonas. Veio para o Amazonas arrastando os tamancos. Subiu graças à ajuda de compatriotas e alcançou, por benemerência de Eduardo Ribeiro, algumas concessões. Mais para diante achou de envolver-se em mofatras na qualidade de presidente do Banco do Estado do Amazonas, banco que ele fraudou e contribuiu para fechar as portas, lesando centenas de acionistas. Era igualmente conhecido como o algoz de viúvas dotadas.

15
Essa publicação está assinada por Agnelo Bittencourt, Edmundo Levy e Júlio Uchoa, e se constitui numa das raras fontes biográficas do Pensador.

Parece que com Eduardo Ribeiro feneceu também sua fazenda adquirida com o dinheiro dos seus proventos. Perdura entretanto a dúvida sobre as aquisições feitas e os bens outros deixados e avaliados em 2.644.117 cruzeiros. As casas que ele deixou não foram avaliadas corretamente nem estão na soma apresentada acima por nós. Eduardo Ribeiro possuía um landolé tirado por dois cavalos, uma casa na rua de Enrique Martins e outras mais, que não constaram do arrolamento dos bens imóveis. Uma súcia de gananciosos locupletou-se com a maioria dos bens imóveis, que não eram poucos, graças a uma manobra da nossa justiça. Eu na minha juventude cheguei a conhecer vários indivíduos de reputação admirada, entre eles o desembargador dr. Emílio Bonifácio Ferreira de Almeida, que fora o Juiz Municipal de Órfãos e Interditos, nomeado para a execução do inventário; conheci também o major (da Guarda Nacional) João Batista da Faria e Sousa, testemunha do inventário. Com o provecto desembargador eu não tinha familiaridades, mas em 1929-30 conheci de perto o segundo, membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Ouvi dele coisas de estarrecer a respeito das manobras políticas de antanho em que era envolvido o nome do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Por isso e por outras informações orais e registros jornalísticos, não acredito que o falecido em circunstâncias tão misteriosas houvesse testado apenas para a "mãe" Florinda Maria da Conceição. Esse é mais um mistério na vida do grande homem, mistério difícil de resolver. Em todo o caso, ficaram as insinuações dos periódicos acerca da existência daquele filho a quem ele não se referiu no testamento.

Ademais disso, conheci e privei da amizade do dr. Deodoro Freire, filho do maranhense dr. Pedro Freire, que fora secretário do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro na segunda administração. Naturalmente, o moço Deodoro Freire não era contemporâneo dos fatos desagradáveis que culminaram com a ascensão dos Nery ao poder, mas deveria saber, por via de seu pai, dr. Pedro Freire, dos acontecimentos universais gerados pela política baré. O dr. Deodoro Freire relatava fatos ligados àquela política de exceção, até a história de uma carta anônima recebida pelo dr. Eduardo Ribeiro, na qual alguém o punha no segredo de uma conspiração para matá-lo. Essa carta não foi encontrada entre os papéis do morto, como não seriam encontrados outros documentos privados. Nunca se soube realmente que destino foi dado ao arquivo particular do dr. Eduardo Ribeiro, mas isso também não é de admirar, pois que houve tempo suficiente, entre o achamento do corpo e a intervenção da justiça regular, para que se desse sumiço a todos os papéis existentes na Chácara Pensador. Somente os amigos do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não acreditaram nunca em sua morte voluntária. Nenhum dos homens mais chegados a ele: coronel Ramalho Júnior, coronel Afonso de Carvalho, dr. Pedro Freire, dr. Anísio Palhano, coronel Benevides, coronel Otoniel de Lima e mais uma centena de pessoas fiéis à memória do amigo. Entretanto, é singular a maneira como essas pessoas receberam, sem protesto remoto ou atual, a *causa mortis*. Não acredito num conchavo para silenciá-la. Acredito, isso sim, num silêncio imposto pelos interessados em apagar os vestígios do crime.

Por outro lado, não devemos esconder que adversários ontem de Eduardo Ribeiro eram depois filiados às hostes dos governadores Silvério Nery e Constantino Nery. Não devemos esquecer igualmente que mortes misteriosas, desaparecimentos inexplicáveis de cidadãos, tomada à força e ilegalmente de propriedades particulares, cambalachos

administrativos, doações de dinheiros públicos a parentes, um rol de misérias conhecidas e provadas caracterizaram os governos nerystas. Nerysmo ficou sendo sinônimo de politicagem condenável. Há, ainda, para caracterizar o abismo de negociatas fraudulentas desses governos, os empréstimos comprometedores da autonomia do Estado, o Flint, na praça de Nova York, no valor de dois milhões de libras esterlinas; a emissão de apólices estaduais que lesou a população e enriqueceu o filhotismo; o empréstimo Marseillaise[16], o Banco do Tostão, a safadeza Benchimol etc. Por causa da denúncia daqueles empréstimos o jornal *A Federação* foi empastelado e o governo Nery teria de pagar uma indenização-acordo de 150 contos de réis ao jornalista Euclides Nazaré. Portanto, num regime de descalabros morais não seria duvidoso que alguém silenciasse ao pobre vezano a fim de impedir que descobrisse os podres... ou por vindita de atos passados[17]. Já circulavam ameaças.

Não está descartada a possibilidade de haver sido aplicada a eutanásia ao paciente da Chácara Pensador pelos médicos assistentes ou por um deles somente. Naquelas nossas tertúlias com o engenheiro dr. Deodoro Freire (Deodoro em homenagem ao marechal), ele admitiu haver escutado de seu pai, muitas vezes, ter havido um complô contra Eduardo Gonçalves Ribeiro enfermo. O pai do dr. Deodoro Freire não aparece nunca entre os camaleões que se bandearam para o nerysmo. Ficou fiel ao amigo, porque amigo já era desde São Luís, quando editavam o jornal *O Pensador* e nele escreviam. Essas opiniões esparsas fornecem a média da opinião pública sobre o misterioso acontecimento, e ninguém punha crédito num autocídio tão revestido de estranhas circunstâncias.

A prova substantiva de que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro era estimado pelo povo de Manaus está no ato do seu enterro. Foi uma apoteose, ritual menos político do que espontâneo, que alvoroçou a população e levou-a em tumulto à distante Chácara Pensador. O governo pôs à disposição do público dez bondes sem ônus, que ficaram lotados e vieram deixar as centenas de passageiros na curva da via Vila Municipal, lado do cemitério de São João Batista. Além disso, a multidão que se comprimia nas cercanias da necrópole e dentro só poderia explicar o grau de simpatia humana que aquele homem desfrutava. Falaram à borda da campa os drs. Porfírio Nogueira, secretário do governo, pelo Estado[18]; major Domingos Andrade, pela maçonaria; Alberto Leal, pela colônia portuguesa; Barbosa Lima, pelo jornal *Amazonas*; coronel Afonso de Carvalho, pelo Congresso de Representantes; Leonel Mota, em nome da loja maçônica Esperança e Porvir; e José dos Anjos Traíra, pelos operários[19]. Ficou enterrado em sepultura perpétua, na quadra onde colocaram uma placa de mármore doada pela Marmoraria Veronesi. Mais tarde seria erguido o mausoléu com seu busto cimeiro e fardado.

Depois de Eduardo Ribeiro só houve um homem que se preocuparia com a cidade: o dr. José Francisco de Araújo Lima, médico paraense. Os demais trataram de desarticulá-la de seus ornamentos, maltratá-la com inovações bárbaras, abater as árvores frondosas que ornamentavam as ruas e avenidas, "corrigir" os "defeitos" arquitetônicos dos palácios e monumentos, desafiar a posteridade com placas promocionais e deixar ruir os testemunhos de nossa história material.

16
O célebre conchavo, empréstimo Marsellaise, foi acordado pelo sr. Constantino Nery, na base de oitenta e quatro milhões de francos com juros de cinco por cento ouro ao ano, em maio de 1906. Uma espiga que recebeu o governador Bittencourt e que esgotou as possibilidades financeiras do Estado. Para concluir, a Société Marsellaise roubou ao Amazonas uma boa quantidade do nosso suor e de nossas lágrimas, a fim de que mais tarde o general De Gaulle viesse dizer que somos um povo que não merece confiança. Entretanto nunca dizem os franceses que ficaram com cerca de quatro mil sacas de café brasileiro, durante a Primeira Guerra Mundial.

17
Euclides Nazaré, *A Federação*. A oficina desse jornal empastelado volveu a ser a revista *Cá-e-Lá*, de propriedade do dr. Aprígio Martins de Meneses. Em 1930 foi ela empastelada pelo povo e o restolho adquirido pelo gráfico sr. José Cardoso (sênior) que reabriu a oficina com o nome otimista de *Tipografia Fênix*.

18
Era irmão do deputado dr. Antônio Nogueira e secretário do governo Silvério Nery e considerado um dos maiores borrachos da época.

19
O popular José dos Anjos Traíra era àquela altura administrador do cemitério. Deixou fama de carnavalesco e possui descendentes em Manaus.

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL

ÉTAT DE L'AMAZONE

EMPRUNT 5% OR 1906

Représenté par 168.000 Obligations portant sur un Capital Nominal de 84.000.000 de Francs
AUTORISÉ PAR LA LOI Nº 472 DU 27 AVRIL 1905

Obligation de 500 Francs au Porteur

Nº 011,083

RAPPORTANT 25 FRANCS PAR AN PAYABLES PAR SEMESTRE LE 1er MAI & LE 1er NOVEMBRE DE CHAQUE ANNÉE
Remboursement en 50 années. Premier remboursement le 1er Novembre 1907.

PARIS, le 16 Juillet 1906.

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

ESTADO DO AMAZONAS

EMPRESTIMO 5% OURO 1906

Obrigação de 500 Francos ao Portador

UNITED STATES OF BRAZIL

STATE OF THE AMAZON

5% LOAN, GOLD, 1906

Bond for 500 Francs payable to Bearer

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL

ÉTAT DE L'AMAZONE

Talon de l'Obligation

Nº 011,083

Le Porteur de la présente Obligation recevra, en échange de ce Talon, une feuille de coupons supplémentaire lorsque tous les coupons y annexés auront été présentés à l'encaissement.

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Mai 1919
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
26

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Novembre 1918
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
25

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Novembre 1924
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
37

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Mai 1918
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
24

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Mai 1924
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
36

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Novembre 1917
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
23

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Novembre 1923
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
35

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Mai 1917
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
22

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Mai 1923
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
34

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Novembre 1916
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
21

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Novembre 1922
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
33

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE L'AMAZONE
Obligation Nº 011,083
Coupon de 12 fr. 50 échéant le 1er Mai 1916
Payable à Paris, à la Société Marseillaise, et chez ses Correspondants à Manaos, Amsterdam, Anvers, Bruxelles et Londres.
20

21

Nem tudo que é sólido se desmancha no ar

Talvez Eduardo Ribeiro fosse uma esfinge à espera de que a posteridade o definisse. Abateram-no porque não conseguiram vencê-lo pela persuasão e pela mofatra. O major Araripe disse dele coisas profundamente ignominiosas, uma retaliação grosseira e, por certo, produto da inconfessável frustração. Essas frases odiosas foram publicadas no livro citado do historiador Lima Bacuri e vamos transcrevê-las, porque, como se disse antes, representavam nada mais que uma vindicação agressiva e sem norte. Isso aconteceu após a segunda bernarda de 1893, mas é também reflexo da desastrada arruaça de dezembro de 1892:

ARTIGO DO MAJOR TRISTÃO SUCUPIRA DE ALENCAR ARARIPE
Ao público e aos meus camaradas oficiais do Exército.

A ninguém é desconhecido nesta capital o modo porque eu e o meu irmão — o bacharel João Araripe — temos procedido em relação às calúnias infames mandadas assoalhar contra nós neste Estado e fora dele pelo governador Eduardo Ribeiro, por intermédio de uma matilha de rafeiros assalariados que o servem incondicionalmente, prontos a satisfazer-lhe os fins mais ignóbeis.

À proporção que temos tido conhecimento dessas produções nojentas — já sob forma de pasquins, já sob forma de correspondência em artigos e telegramas à imprensa, quase tudo anônimo — temos devolvido com a responsabilidade legal de nossas assinaturas essas podridões que nos arremessam, produzidas por um ente gerado num meio abjeto, vindo ao mundo com a alma formada pela fatalidade atávica nos moldes dos sentimentos mais torpes de degradação moral.

Sem coragem para enfrentar-me, reconhecendo que minha presença e de alguns parentes meus neste Estado era-lhe incômodo[20]*, urdiu-nos uma indigna tramóia, pretendendo esse saltimbanco político envolver-nos em sua politicagem de falsidade e cinismo.*

Em telegrama publicado no Jornal do Commercio *da capital federal, essa pústula que flagela a dignidade deste povo no exercício imoral do cargo de governador, esse miserável caluniou-me vil e infamemente perante o Brasil inteiro, pelo que requeri conselho de investigação a fim de provar que fui vítima de um extravasamento dessa pústula e patentear ao público e aos meus camaradas oficiais do Exército que felizmente não fui atingido pelas torpezas desse bandido.*

Em requerimento que dirigi ao exmo. sr. general-comandante do 1.º Distrito Militar em data de 18 do corrente solicitei nomeação de um conselho de investigação para liquidar as acusações feitas no dito telegrama que assim diz: "O major Sucupira despeitado pela não concessão da estrada do Rio Branco e demissão de um seu irmão

20
O major Tristão de Alencar Araripe não explicou publicamente a razão pela qual sua presença em Manaus era "incômoda" ao governo.

empregado, procura por todos os meios embaraçar o governo do Amazonas provocando escândalos e conflitos etc. etc."

Publicado no Diário de Notícias *da Bahia de 12 de janeiro por transcrição do* Jornal do Commercio *do Rio, veio ao meu conhecimento o tal telegrama a 9 do corrente e logo a 10 fiz a requisição aludida pedindo ao exmo. sr. general solicitasse do governador relatório escrito acompanhado de documentos que pudessem instruir o processo a que me propunha responder no intuito de que fossem provadas as acusações ou considerado o governador um caluniador.*

Após duas solicitações feitas a este último em ofícios do comando do 1.º Distrito sob números 3898 e 3915 de 13 e 20 do corrente exigindo remessa do relatório e documentos em questão obtive o seguinte despacho:

"Não pode ter lugar a nomeação do conselho de investigação requerido pelo suplicante por falta de base para tal nomeação visto como o dr. governador do Estado de quem foram solicitados documentos competentes e informações a respeito, declarou-me em seu ofício n.º 1 de ontem nada ter que informar-me acerca dos fatos sobre que deviam versar as investigações do conselho, por serem estes fatos correntes nesta capital e fora dela (Assinado) Bento José Fernandes Júnior".

Miserável! quando, onde e em que termos formulei pedido de concessão dessa estrada de ferro que dizes ter-me recusado?

Meu irmão o bacharel João Araripe não foi o próprio que demitiu-se espontaneamente do cargo de Procurador Fiscal do Tesouro Estadual arremessando às faces desbriadas tuas esse emprego, por julgar-se incompatibilizado de servir com um governador abjeto e pusilânime?

Não foste tu, bandido! que engendraste essa comédia política para mais tarde a 25 de janeiro praticares a imoral farsa eleitoral de te apoderares das municipalidades do Estado e assim garantires o teu governo pelo suborno?

Finalmente não foste tu, infame miserável! que telegrafaste ao exmo. sr. marechal Presidente da República dizendo teres triunfado licitamente nesse pleito eleitoral caracterizado pela mais negra falsificação?

Cínico!

Manaus, 22 de fevereiro de 1893
Major Tristão S. de A. Araripe

O artigo acima merece ser comentado por vários motivos que não são só políticos. O leitor desavisado deve de haver prestado atenção àquele trecho "vindo ao mundo com a alma formada pela fatalidade atávica". E mais: "ente gerado num meio abjeto", que poderiam completar os escassos dados da infância e adolescência de Eduardo Ribeiro. Sabe-se de fonte limpa haverem sido seus pais humildes e descendentes diretos de escravos negros no Maranhão. A ninguém era desconhecida essa faceta na Manaus de 1892. Posto que não fosse negro retinto, o dr. Eduardo Ribeiro o era por ascendência e pelos característicos somáticos. Em seu busto de mármore que encima o túmulo pode ver-se perfeitamente o lanudo do cabelo agarrado ao crânio. Mas

23

não é a essa particularidade que se refere o foliculário insatisfeito, e, sim, à notória condição humildosa do pobre menino gerado numa família sem condições financeiras. Além do mais, corria em Manaus uma notícia que parece ajustar-se àquela expressão dura "fatilidade atávica". Parece que o genitor do governador não era equilibrado mentalmente, e até nos causa certa estranheza nunca se referirem aos pais dele. Só se sabe de certo que o menino fora excepcionalmente dotado de predicados intelectuais muito generosos e alcançaria pelo mérito o posto no Exército pelos canais acadêmicos, e não por atos de bravura ou outros. É-se levado a admitir que a antipatia do moço militar pela política imperial advém de uma relação de causa e efeito com a escravidão negra.

Eduardo Ribeiro foi um marginal superior, destacando-se da linha de comportamento do homem de cor pela ambição de subir. É a sua negritude, seu proverbial amor pelo Maranhão, que o leva a amparar as populações miseráveis daquele Estado, a criar colônias em Manaus para locar os conterrâneos, a chamar para a administração maranhenses cultos. Excepcionalmente ele procura atrair gente de Pernambuco, mas não do Ceará e de outros Estados. Por isso, nas entrelinhas, o inquieto e trêfego major Araripe o estigmatizava com o sinal da loucura! O que sobra para dizer é muito pouco: não me convenço da retirada suasória do irmão Araripe do governo. Naquele tempo de concorrência assanhada? Não, a demissão foi dada por motivos que são óbvios: a estrada de ferro projetada e que nunca seria realizada. Aliás, o que ficou registrado não foi uma "estrada de ferro" e, sim, a estrada carroçável para o Rio Branco[21].

21 **Joaquim Huet de Bacelar, *Projeto de Estrada de Ferro estratégica de Manaus à fronteira do Rio Branco-Amazonas.***

Ora bem, por todas essas amostras de despeito, frustração, carência de espírito de disciplina, arrogância e outras causas possíveis e ocultas ou semostradas, não é de duvidar que os Araripe, contaminados pelas futricas dos pretensos açambarcadores do poder, houvessem preparado a conjura militar. Só que os Nery não eram da têmpera do coronel Guerreiro Antony, que agüentou com seus homens o bombardeio de sua casa da rua de Enrique Martins. Fugindo todos eles, com o padre Amâncio de Miranda à frente, deixaram o general Bento Fernandes Júnior como bode expiatório da convulsão política. Mas tanto o general como o tenente-coronel Geógrafo vieram a público cada qual contar sua história. História que é, naturalmente, unilateral, um criando motivos suspeitosos para justificar seu indébito ingresso na bernarda; o outro até levando-o no ridículo, increpando-o de joguete e outros conceitos depreciativos.

Enquanto durou a Província e o sistema de eleição, não houve barulho armado, embora houvesse cambalacho, como em 1878[22]. Depois da República, ou no início da República, têm começo os desaguisados, as intrigalhas, entre monarquistas e republicanos, estes crismados de jacobinos quando demasiado ferrenhos na defesa da "democracia". Essa luta entre partidos políticos, e daí entre elementos entre si, teve no dr. Domingos Teófilo de Carvalho Leal um representante incorformado. Logo mais a brega avulta e obriga o governador Ximeno de Villeroy a renunciar. Fervia o caldeirão político, estalavam as ambições de cargos elevados. Estouram as duas quarteladas contra Eduardo Ribeiro e um remanso sucede. Como as tempestades amazônicas que duram um máximo de sessenta minutos, a paz e a concórdia desceram sobre os partidos. Uma década mais ou menos de trabalho subterrâneo, mas o vulcão da discórdia está adquirindo forças e vai explodir em 1910 com força total. Aqui são ainda os militares que promovem o genocídio em Manaus, com aqueles calhambeques apelidados de navios de guerra, "Missões", "Taripe", carentes de guarnições

22 ***Exposição* em Manaus, 1870. Trata-se de recursos contra as eleições paroquiais daquela data e suas manobras.**

necessárias à manutenção da ordem pública, como disse o comandante da flotilha em resposta ao apelo do governador Eduardo Ribeiro para que as forças federais controlassem a bernarda[23].

Poderíamos ajuizar de outra forma a recusa em desembarcar, talvez por prudência ou parcialidade. De qualquer maneira, foi sempre uma medida ajuizada, pois o Estado mantinha de fogos acesos seus dois barquinhos de guerra, os avisos "Tefé" e "Jutaí", melhor armados que os napaflus (navios de patrulha fluvial) de então. Era fiado nessa garantia que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro oficiava ao comandante da flotilha, dando conta do que se passava e resistindo às pressões adversárias. Mas foi o capitão dr. Manuel Uchoa Rodrigues quem dirimiu o conflito, tomando a deliberação de propor pessoalmente ao governador do Estado as tréguas. Ele se encontrava prisioneiro dentro do quartel do 36.º BI, quando lá fora, por mera curiosidade, foi saber o que havia, por causa do tiroteio. É uma proposta de paz e concórdia que vai atamancar a dissidência e fazer valer a autoridade do dr. Eduardo Ribeiro e do comandante Geógrafo. Fê-lo entretanto com o conhecimento pleno do general Bento e sua concordância:

Amigo dr. Eduardo Ribeiro.
Acho-me no quartel desde ontem e tenho visto o que nestas horas de luto se tem dado de lastimável para o Estado do Amazonas. Acabo de saber que em breve continuarão as hostilidades. Por um dever de cidadão, ao qual não me posso eximir, mormente na crise que atravessamos, aguda como sabeis, eu como cidadão, e como soldado, concito-vos a suspender a luta até que eu tenha uma conferência convosco.
Aguardo vossa resposta urgente.
Do amigo e colega
Manuel Uchoa Rodrigues — Deputado Federal
Quartel do 36.º Batalhão de Infanteria em 27 de fevereiro de 1893, às 6 horas da tarde.

Diz o mesmo apaziguador que às oito da mesma noite recebeu do governador a resposta:

Manaus, 27 de fevereiro de 1893.
Amigo dr. Manuel Uchoa Rodrigues
Em resposta a vossa carta agora mesmo recebida declaro-vos que aguardo a vossa vinda a este Palácio para que possa ter lugar a conferência a que vos referis.
Espero que isso seja urgente porque toda a força do Estado está a postos até que seja restabelecido o império da lei. Não transijo.
Do amigo e colega — Eduardo G. Ribeiro

Não transigiu. Ao lado direito do Palácio, ancorados, estavam os dois avisos de guerra "Tefé" e "Jutaí", prontos e de fogos acesos para tomar parte no conflito se as canhoneiras o fizessem. Entrincheirada no telhado da Enfermaria Militar e Quartel-General, a guarda fazia fogo contra o Palácio, que àquele tempo era um mero quadrado de pedras

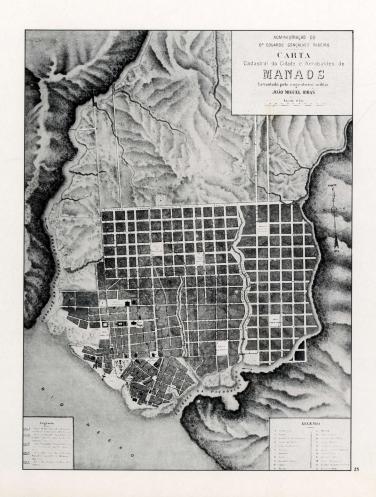
23
Havia mais navios, cerca de uns seis, inclusive sucatas memoráveis do tempo da guerra com o Paraguai e mandadas "servir" nesta terra de degredo. Que eu me lembre somente a canhoneira "Missões" de fundo chato, pouco calado, apresentava aspecto decente de navio de guerra.

robustas, só mais tarde acrescido de instalações melhores do que a cocheira e a baia. Em compensação, as forças estaduais ocupavam "pontos estratégicos" à entrada da praça da República e rua e cruzamento das ruas Municipal e Instalação da Província, e pelo lado norte guarnecendo a casa do governador, na rua de José Clemente Pereira. Quase fechados em um círculo de fogo, os soldados do 36º BI ainda resistiam pela honra da firma, comandados pelos amotinados que não eram todos os oficiais e mantendo como reféns o dr. Manuel Uchoa Rodrigues, tenente-coronel Geógrafo de Castro Silva, dr. Clarindo de Queirós, tenente João de Lemos e outros oficiais graduados não partícipes da camorra.

Antes de tomar corpo a idéia de terminar-se honrosamente o conflito armado, aparecera diante do quartel uma comissão de paz composta dos senadores Almino Álvares Affonso, do vice-governador dr. Moreira, do senador Joaquim Sarmento e do dr. Duarte da Silva, presidente do Superior Tribunal de Justiça, que fora vaiada pela populaça engajada no serviço particular dos Araripe e não conseguira falar com o general Bento José Fernandes Júnior. Essa mesma comissão publicara antes um manifesto ao país, relatando os episódios comprometedores em que estavam envolvidos oficiais e paisanos simpáticos à causa do major Constantino Nery e Tristão de Alencar Araripe.

De volta ao quartel amotinado, o dr. Uchoa Rodrigues conseguiria convencer o general-de-brigada Bento Fernandes Júnior da inutilidade da resistência diante de tantos mortos e feridos e da carência de munição existente. O relato diz que já havia sido distribuída entre os soldados toda a munição e, diante da inflexível tomada de posição do governador, considerava-se perdida a ingrata causa. Ingrata causa suscitada pelo delírio de grandezas e da qual já haviam fugido alguns dos elementos ditos líderes. A propósito, comentava o manifesto dirigido ao país e à Câmara dos Deputados: "O Hilário com os trezentos homens não apareceu, o Agesilau foi mudar a camisa e não voltou, o Miranda Araújo vinha depois do jantar e ainda não chegou". Esses eram partidários acérrimos da escaramuça, mas na hora do pega-pra-capar azularam. Voltariam depois com desculpas amarelas, quando tudo serenado, o general Bento demitido, os Araripe embarcados e o major Constantino Nery quieto em sua triste condição de governador desaclamado.

Os mazorqueiros fugiram ou silenciaram, amoitados em suas covas residenciais. O primeiro a dar às de vila-diogo foi o cônego Amâncio de Miranda. Havia sido vice-presidente da Província do Amazonas no período de 2 de julho a 12 de julho de 1888, e de 11 de novembro de 1888 a 12 de fevereiro de 1889 como presidente. Cometeu uma série de extravagâncias e é apontado como negociador de um carro de condução de água potável, que não merecia ser adquirido pela Presidência pelo mau estado em que estava. Negociatas desse tipo ou quiçá pior aconteciam nos governos da República até nossos dias. O cônego ou monsenhor arrenegaria da amizade dos Nery e isolou-se no conato de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém. Foi singularmente um dos mais cultos sacerdotes daquele tempo, sendo amazonense de Manaus, numa época de efervescência política. Foi professor de língua grega (catedrático) no Liceu Pais de Carvalho (Belém), jornalista polêmico e camareiro extranumerário do papa Leão XIII. O *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, parte referente ao Amazonas[24], diz que ele fora "perseguido por adversários políticos", o que não é verdade pelo menos na administração Eduardo Ribeiro, durante a qual sempre gozou de muita liberdade individual e religiosa. Pode ser que mais tarde, nos governos do coronel

24 **A parte referente ao Estado do Amazonas (v. II, p. 83 e segs.) foi redigida pelo dr. Luciano Pereira da Silva. O volume publicado no Rio de Janeiro tem a data de 1922.**

Ramalho Júnior e do tenente Fileto Pires, tenha sido molestado pelas correrias que arquitetasse com seus amigos do Partido Nacional.

O que é admirável (mas não me suscita admiração) é o convívio de políticos "decaídos" com os Nery governadores. De repente, os amigos do dr. Eduardo Ribeiro seguem um novo rumo, tornam-se vestais consagradas ao novo culto. Os amigos da mocidade ficam fiéis, como o dr. Pedro Freire e o dr. Serzedelo Correa. O que faria o dr. Silvério Nery com toda a herança recebida desse governo próspero e progressista? Que faria ele para contrabalançar o "demérito" das escavações contratadas a preços astronômicos e outros serviços? Resposta: nada. Nada. O que resultaria dessa política de desperpetuidade genial seria doloroso para todos nós de hoje. Muitos benefícios preparados pelo governo do dr. Eduardo Ribeiro foram cruel e morbidamente interrompidos ou deixados de executar na origem. Nem sequer o dr. Silvério Nery e antes dele o coronel Ramalho Júnior vislumbraram a solidez daquelas iniciativas.

Aconteceu, pois, que, seguindo o dogma de que "a vingança é o privilégio dos deuses", aqueles políticos reduziram a zero qualquer forma de sobrevivência da simpatia pública auferida pelos adversários políticos ou procuravam atrair políticos de expressão para seu grêmio. Isso aconteceu realmente e é histórico que nomes de políticos tidos por inimigos figadais passassem a conviver nos bródios suntuosos como aquele banquete em que o monsenhor Coutinho começa com um verso de Dante Alighieri para turibular ao chefe e conceder-lhe a aura de probo: "Há um verso de Dante, considerado por Salvattore Thomasi como o mais belo verso do mundo e que bem se poderia aplicar a v. excia., dr. Silvério Nery: *Sotto l'usbergo del sentirse puro*".

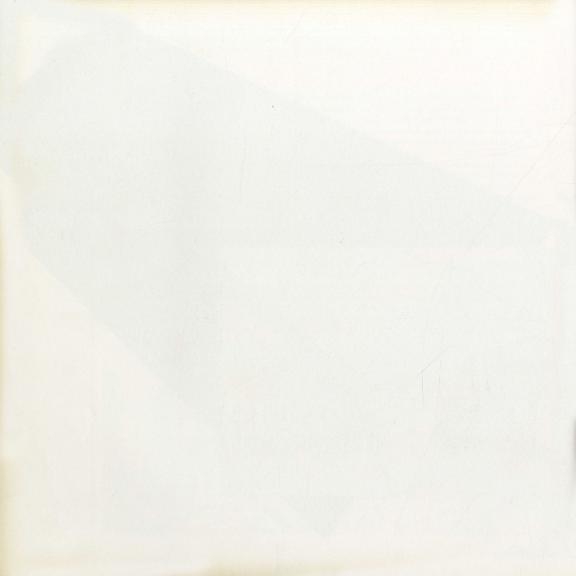
Não estamos inquinando dr. Silvério Nery de gastador atrabiliário dos dinheiros públicos, apenas convocando as notas históricas de sua própria lavra para que se fique sabendo que era comum a um governo discordar sem motivo sério das atividades financeiras de seu antecessor. Pelos menos os governos passados não ofereceram banquetes suntuosos para comemoração de aniversários de administração nem mandaram cunhar medalhas alusivas ao quadriênio. Isso requereria dinheiro e esse dinheiro não sairia do bolso particular do "homenageado" pelo povo.

Em 1902, um jornalista satírico que assinava "O Velho" escrevia no jornal *A Província do Pará* (13 de setembro) artigo titulado "Manaus" (sic), dizendo: "As 'histórias do Amazonas' hão de alcançar a mesma celebridade que as *histórias do arco da velha*, tão bizarras e fabulosas são elas! Não passa um só dia sem que, aqui, deixe de aparecer uma coisa engraçada e nova. Quando, em Manaus (sic), chegaram os números de *A Província*, *destabanado* colega da 'Secção Livre', L. O. despejou diante do público uma cornucópia de notícias estupefacientes, o meu velho e bom camarada Silvério iluminou-se e, com seu próprio punho, dizem, escreveu para o *Amazonas* (jornal) uma ameaça tremenda contra o governador do Pará e o redator-chefe d'*A Província*; e afirmou que aqueles artigos da 'Secção Livre' saíam da própria redação, que assim praticava uma farsa".

O caso é que naquele tempo os jornais de todo o Brasil comentavam os sucessos mais escandalosos dos governos amazonenses e só assim o país tomava conhecimento de ocorrências boas e más. Ora, o dr. Silvério Nery poderia orgulhar-se de não haver sido

bafejado pelo cálamo precioso do grande maranhense Coelho Neto, a quem encomendou a sátira jocosa escrita no periódico *A Cidade do Rio* de 10 de agosto de 1900 contra o governador Ramalho Júnior. Aquele Coelho Neto, que nos deslumbrou com sua prosa nos tímidos alvoreceres da literatura e depois nos deixou com náuseas, foi o mesmo que, aqui recebido com arras e estenderetes, saiu dizendo mal do Amazonas e de nossos símbolos, símbolos oficializados pelo governador Ramalho Júnior. Coelho Neto como Alberto Rangel escarraram na mão que os encheu de libras esterlinas. Aliás, foi sempre assim, não admira. O que admira é a crônica encomendada, crônica que, vazada em estilo do ano da graça de 1200, situa o coronel Ramalho Júnior na triste posição de emérito sibarita. O título da crônica é "Sete mil-réis", importância que se diz haver o dr. Silvério Nery encontrado de saldo no Tesouro. Extratamos apenas uns períodos: "Ele não era simplesmente o zastre elegante, era o rascoeiro de qualquer zabaneira, tanto aceitava a recambiada dos alcouces europeus como a lavadeira dos igarapés e, como em geral, a concubina é alagadeira iam-se os bens do Tesouro em presentes com que o balardo pagava os espasmos das suas noites". "Eu não lastimo somente o Amazonas, tenho pena, igualmente, do novo governador que vai, num trabalho hercúleo, tirar do lodo um Estado. Pobre coronel Silvério!"

Era visceral a campanha de difamação que presidia os atos de assunção do novo pretoriano. No entanto, quem lê a mensagem do dr. Silvério Nery chega à conclusão de que ele não operou nenhum milagre para satisfazer a todos os compromissos e pagar o funcionalismo em dia. Mas era a chave com que os governos abriam a porta da notoriedade e em nossos dias ouvimos a mesma cantiga. De mesmo que isso estava acontecendo com o governo Silvério Nery, agitavam-se na capital federal outras questões que pelo fato de estarem no passado não deixavam de causar pruridos incômodos nos falastrões da imprensa ou nos interessados na maledicência.

Do mundo nada se leva

Não elegemos o governo Silvério Nery como o mais visado pelas diatribes da imprensa. Parece-nos que até foi mais bem-sucedido quanto ao acervo de elogios. No entanto, foi nesse governo que vieram à tona acusações fundadas ou não sobre desmandos financeiros de Eduardo Ribeiro, Rui Barbosa, Serzedelo Correa e outros mais, menores em projeção política. A que se deve essa campanha difamatória ou justa ao coronel Ramalho Júnior, ao dr. Pedro Freire...? Certo que muita gente saída às carreiras de Manaus, de medo do chicote ou da ameaça de morte, teria motivos para desencadear mofinas e agressões contra governos e outras autoridades. Isso sempre foi uma constante nas administrações. Todavia, o *affaire* Eduardo Ribeiro-Rui Barbosa, ou Serzedelo Correa-Rui Barbosa, originado da "complacência" do governo do dr. Silvério Nery para com seus adversários políticos, deixa dúvidas no espírito mais eclético. De repente, uma notícia invulgar, capciosa, com aparência mediúnica (opinião de um dos polemistas), traz à tona o nome de Eduardo Ribeiro e umas notas desabonadoras contra as proclamadas virtudes morais do conselheiro Rui Barbosa, interessado em dois episódios rentáveis (em moeda sonante): o funcionamento do Banco do Estado (do Amazonas) e a questão do Acre.

Temos a impressão de que o estopim foi aceso pela nota discrepante aparecida no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de outubro de 1900, ineditorial assinado por A. J. de Sousa Botafogo, ao parecer acreditado junto a certas especulações espíritas (existem livros desse autor ou com pseudônimo semelhante), mas é só uma suspeição. Na verdade, o caso explodiu antes do referido ineditorial, dias antes, poucos dias antes, talvez um ou dois dias, mas de qualquer forma a ele se refere o dr. Serzedelo Correa, autor do artigo em que inicia o desagravo à pessoa do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro.

Vamos transcrever todo o material por ser de suma importância para a história póstuma do governador atacado pelos adversários políticos de ontem, que ainda eram muitos e como se sabe estavam na capital federal. Comecemos pela extravagante nota titulada "Espiritismo":

Evocado do outro mundo, onde vivo, *acudo ao apelo do sr. João Serzedelo Correa para declarar que nunca acusei o sr. Rui Barbosa de desonestidade; se tivesse motivos para fazê-lo, fá-lo-ia pela forma que imprimo a todos os meus atos; não sou homem de dize tu, direi eu.*

O que fiz, quando acusado de ato menos digno, foi defender-me, declarando que aceitava, como ainda hoje aceito, discussão a meu modo sobre todos os atos de minha vida pública ou particular: não por convencional respeito à sociedade, que não mo merece, e de quem nada quero, senão que me deixe morrer em paz; mas para legar respeitado a meus filhos o nome que respeitado herdei de meu Pai.

É realmente uma nota bem característica, mas não evoca nada que diga respeito a espiritismo e, sim, a velhacaria. O morto que assim "fala" é sem dúvida nenhuma o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, e a pessoa que publicou o ineditorial deveria ser algum "fantasma" de dentro do jornal. O leitor, que não conhece senão por alto a vida recoleta do governador extinto, ignora que ele teve um filho, mas não se fala de muitos filhos. Ou quem escreveu a nota ignorava essa particularidade? Outro fato é necessário aduzir a essas questões: o major Constantino Nery e seus amigos da bernarda viviam no Rio de Janeiro e não morriam de amores pelo dr. Serzedelo Correa, fiel guarda da memória do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, que defendeu com bravura. Tanto que viria a público com um longo artigo publicado no *Jornal do Commercio* de 22 de outubro de 1900, artigo que vamos transcrever *in totum*:

A MORTE DO DR. EDUARDO RIBEIRO
ÁGUIA OU ABUTRE?

Na minha qualidade de amigo do dr. Eduardo Ribeiro, deveria estar satisfeito com a resposta branda e tímida que o sr. conselheiro Rui Barbosa se dignou de dar ao meu artigo anterior subordinado ao título acima, resposta esta em que s. exa. atira para fora de si a responsabilidade das aleivosias contidas no local de A Imprensa, *contra a memória do meu amigo, para colocá-la toda sobre as costas de algum dos seus auxiliares de redação. Se, porém, a resposta de s. exa. se limitasse a isso, eu, ou ficaria calado, ou lhe mandaria daqui os meus agradecimentos por ter vindo a público, com o fulgor de seu nome, declarar que não havia insultado a memória de Eduardo Ribeiro.*

Acontece, porém, que s. exa., em defesa própria, tachou-me de detrator, e chamou de calúnias as afirmações que fiz da sua co-participação nos proventos da concessão do Banco do Amazonas.

Volte, pois, à imprensa para que o público saiba que não costumo dizer senão aquilo de que tenho plena consciência. Disse acima que a resposta do sr. Rui Barbosa era branda e tímida. Digo mais, é medrosa. Para que s. exa. me pudesse chamar de caluniador era preciso que provasse.

1.º — Que não escreveu a carta a Eduardo Ribeiro, pedindo a concessão do Banco a Manuel Floriano de Brito.
2.º — Que não escreveu carta idêntica ao dr. Ramalho.
3.º — Que o seu cunhado Carlito que era gerente de A Imprensa, *nesta ocasião, não recebeu 40% quando os outros sócios só tinham 20%, porque precisava repartir com s. exa.*
4.º — Que a organização e plano do Banco não fossem produtos da sua concepção.
5.º — Que o secretário da sua folha nessa época, o ilustre dr. Joaquim Pereira Teixeira, não fosse também um dos sócios na aludida concessão, cuja parte foi vendida aos srs. drs. João do Rego Barros e Lavrador.

Depois que s. exa. fizer isso poderá então provar que não é sócio nem tem o menor interesse na concessão do Banco do Amazonas. Isto será fácil de

provar a s. exa., porque talvez não haja documento da sua co-participação, o que virá confirmar o prolóquio popular que, não querendo ofender a s. exa., diz que "rato não deixa recibo".

E já que s. exa. veio em parte bater o mea culpa, *declarando que não escreveu nem mandou escrever a local insultosa à memória de Eduardo Ribeiro, novamente apelo para suas crenças de católico pedindo que assista à missa que eu, minha senhora e meus filhos mandamos rezar em sufrágio da alma desse grande cidadão, e que se realizará na terça-feira, 23 do corrente, às 9 1/2 horas da manhã na igreja de S. Francisco de Paula.*

Tenho o maior interesse de ver que s. exa. ora, e garante perante Deus, em que tanto crê, que nunca foi seu intento profanar a memória do meu grande e desventurado amigo Eduardo Ribeiro.

João Serzedelo Correa

P. S. — Só após ter escrito estas linhas é que um amigo chamou a minha atenção para um ineditorial do Jornal do Commercio *em que o sr. A. J. de Sousa Botafogo declarou nunca ter acusado o sr. Rui Barbosa de desonestidade. Daria resposta cabal a s. s. se não estivesse convencido de que semelhante declaração não partiu do seu punho, e sim de algum inimigo que porventura possui e que o quis fazer passar por um doido vulgar, servindo-se para isso abusivamente do seu nome. Realmente não se compreende como e por que uma resposta a assunto semelhante venha subordinada ao título de "Espiritismo".*

Não posso entender esta mistura: Eduardo Ribeiro, Rui Barbosa, Serzedelo, cartas, Banco do Amazonas e... espiritismo. A ser que o sr. Botafogo passou a si próprio semelhante atestado de alienação mental, devo declarar que nada tenho que ver com o caso. S. s. que recorra ao sr. dr. Teixeira Brandão, especialista na matéria e diretor da Assistência de Alienados, ou então que peça cômodos na casa de doidos da Gazeta de Notícias.

A segunda notícia não é menos interessante e foi publicada em *O Jornal* de 22 de outubro de 1900, do Rio de Janeiro:

AMAZONAS

Quer Fuão Correa, no seu proverbial e inglório afã de fazer escândalo, ser o iconoclasta dos créditos da nova e honrada administração amazonense.

Não admira, porém, Correa, por estas mesmas colunas já elevou o dr. Silvério Nery ao sétimo céu da glória política. Mas, naqueles tempos ainda se não havia dado o célebre encontro *de Belém; de Freire e Guapindaia ainda empunhavam qualquer coisa aí por Manaus ou Copacabana...*

Passaram-se os dias. Veio o fatídico encontro *e os cinqüenta contos não quiseram aceder aos meigos acenos do fariseu da nova espécie. O homem zangou-se e ei-lo a trovejar-nos* a pedidos. *Quando aparecerão outros* Barés*?!... Quem o sabe! Por estes quatro anos pelo menos... a tua alma será triste...*

Ao apetite insaciável, ao sabor satânico dos maldizentes de todos os tempos, não pode agradar a correção, a lisura, a integridade dos homens de bem.

O maior crime (sic) *do eminente governador do Amazonas é ter calafetado as enormes rachaduras que encontrou no cofre estadual, traçando rijo cordão sanitário entre a sua Tesouraria e os aventureiros gulosos que enxameavam nas ruas de Manaus.*

Estão fechados os escoadouros dos dinheiros públicos, tão prodigamente distribuídos durante as últimas administrações. Repressão, por isso, às paixões, crescem os olhos, pulula a difamação.

Descanse Fuão Correa.

A fumarada do seu despeito não maculará jamais a reputação e a conduta irrepreensíveis do ilustre dr. Silvério Nery, que neste momento dirige sábia e criteriosamente os destinos do seu futuroso Estado natal.

S. exa. tem o nome feito no país e fica absolutamente a cavaleiro dos botes da calúnia que ele sabe desprezar e percorre desassombrada e tranqüilamente a brilhante reta que se traçou como particular e como estadista de eleição na grande obra da regeneração financeira, administrativa e política do Amazonas, argamassando o imorredouro pedestal que perpetuará a glória de seu nome imaculado e querido.

Um conselho ao difamador: não envolva mais a respeitabilíssima família do dr. Nery nas suas misérias e diatribes.

Quem me avisa...

Ajuricaba.
Rio, outubro de 1900.

Realmente o escriba que preferiu mascarar-se sob pseudônimo tão amazonense e que seria, na pior das hipóteses, um fâmulo a soldo da família visada (a família não foi acusada de desmandos e, sim, o político dr. Silvério Nery) estaria em condições de realizar a ameaça pública contra o dr. Serzedelo Correa, ameaça, como se viu nas entrelinhas, de morte ou vapulação. Também os correligionários do eminente dr. Silvério Nery já haviam projetado erguer-lhe uma estátua, da mesma forma como haviam projetado erguer um monumento a Eduardo Ribeiro, monumento que para nossa maior vergonha só foi tornado realidade oitenta e oito anos depois de sua morte e mais ou menos no local onde ele iria chantar um dos maiores e mais belos palácios do Brasil. A glória e a fama pesam demais sobre as consciências medíocres: nunca mais falou-se no monumento projetado ao grande Lobo d'Almada, mas o que se vê nas nossas praças são (afora as homenagens justas) bustos de Floriano Peixoto, de Santa-Anna Nery, de Pedro I, de fulano e beltrano. A memória de Eduardo Ribeiro era para muitos um insulto que conviria afastar do caminho, relegar ao esquecimento, eliminar brutalmente como foi ele eliminado do número dos vivos por algum celerado a soldo. Voltamos a lamentar a carência de documentos nos arranjos improvisados do espólio da vítima duas vezes infeliz. Nunca se falou dos dois coches, dos cavalos de sela, da mobília cara da Chácara Pensador, dos outros empregados omitidos na relação feita para o processo policial. Quadros, animais raros — pavões, faisões, bichos amazonenses, pássaros canoros —, tudo quanto constituía a riqueza e a galhardia daquele recanto pitoresco desapareceu sem deixar vestígios. Roubado.

LA LIGURE BRASILIANA

Sociedade Anonima de Navegação a Vapor

ENTRE

ITALIA e BRAZIL

PRESIDENTE

GUSTAVO GAVOTTI

Sahida regular de GENOVA 10 de cada mez

PARA

Parà e Mànaos e portos intermediarios

com Escala para os portos

MARSELHA - BARCELONA - TANGER - LISBOA - MADEIRA

Excellentes accommodações de Primeira e Terceira Classe

VICTO ABUNDANTE E DE PRIMEIRA QUALIDADE

COMPLETO SORTIMENTO DE VINHOS E LICORES

Serviço especial de Hospital e Pharmacia confiado a habil Professional

Administração e Direcção
GENOVA
Praça Nunziata, 41

DIRECTOR
ANDREA BRENTA

Endereço Telegraphico
LIGUBRASI
Caixa do Correio, N. 337

AGENTES

GENOVA

Sede della Società, Piazza Nunziata, 41 Per Passeggieri di 1° Classe
La Ligure Americana, Vico Giannini, 1 Per Passeggieri di 3° Classe
Marini & Brichetto, Piazza Banchi Per Merci

NAPOLI

Francesco Trapani fu Domenico Per Merci
La Ligure Americana, Marina Nuova Per Merci e Passegg.

FRANCIA

Agenti Generali **Gondrand Frères**,
Rue de la Republique. 89, Marsiglia.
Sylvie Trotebas, Marsiglia . . . . . Per Passeggieri
E. Sanguinetti, Parigi . . . . . . Per Merci
G. Delzons, Parigi . . . . Per Passeggieri
Charles Koehlep, Bordeaux . . . . . Per Merci
Cahen & Strauss, Havre . . . . . Per Merci

BELGIO

Eiffe & C. Anversa . . . . Per Merci e Passeggieri

SVIZZERA

Agenti Generali **Girard Frères & Gondrand Frères** a Bâle.
» » **Gondrand Frères**, Lucerna e Zurigo.

AUSTRIA

Agenti Generali **Gondrand Frères**, Fiume.

SPAGNA

Comm. **Francisco Mascarò**, Barcellona. Per Merci e Passeggieri

AFRICA

Achille Petri, Tangeri. . . . . . . Per Merci e Passegg.

PORTOGALLO

Josè Antunes Dos Santos & C., Lisbona. Per Merci e Passegg.
Xavier Esteves, Oporto. . . . . . . Per Merci e Passegg.

MADERA

M. A. de Silva Passos . . . . . . Per Merci e Passegg.

PARÀ

A. Fiorita & C. . . . . Per Merci e Passegg.

MANÀOS

A. Fiorita & C. . . . . Per Merci e Passegg.

CEARÀ

Confucio Pamplona & C. . . . . . . Per Merci e Passegg.

27

CAFÉ DOS TERRIVEIS

Praça do Commercio (Canto da R. Demetrio Ribeiro)

END. TEL.: TERRIVEIS

CAIXA 433

BEBIDAS FINAS
CARNES FRIAS,
CHA, CHOCOLATE,
CAFÉ, OVOS

CONFORTO,
BOM SERVIÇO

TELEPH. 82

CANJA
A QUALQUER HORA
DA NOITE

RAPIDEZ
E ACEIO

ALFREDO RODRIGUES SOEIRO

MANAOS

28

Lab

DE Viuva

END. TELE

CA

Febres

Este cido e Arauj nados nado. lares, que ca de app promp

Perolas de Saude. — Contra as irregularidades da menstruação, anemia e chlorose.

Globulos de Jalapa da Terra. — Como depurativo e purgativo.

Balsamo do Barão. — Especifico do rheumatismo agudo ou chronico.

Pilulas Velasco. — Contra a desynteria.

Elixir Anti-Rheumatico de Abel. — De effeito certo contra o rheumatismo agudo ou chronico.

Vinho de quina, genciana e ferro. — Como tonico nas convalescencias das molestias longas e especialmente das febres intermittentes.

Gottas de dentes.
Emulsão geral, chroni
Tonico da vegeta lustro
Elixir Eu tra tod
Licor iod — Sub de figa recons ral.

XAROPE PEITORAL BALSAMICO DE MATRUZ

Asthma, Rouquidão, Tisica pulmonar e d

oratorio Pharmaceutico

ABEL

Abel A. C. de Araujo & C.ᴬ
Praça Frei Caetano Brandão, 4-A
GR.: LEBA .... CAIXA POSTAL N.º 645
BELEM DO PARÁ — BRAZIL

TONICO FEBRIFUGO "ABEL"

DE

É VERDE, Quina, Angelica e Limão

REMEDIO SOBERANO CONTRA AS

ntermittentes, remittentes, larvadas e paludosas

precioso medicamento, de formula do conhe-
consciencioso pharmaceutico **Abel A. C. de**
, é composto de plantas cujos effeitos combi-
satisfazem plenamente ao fim a que é desti-
ão tem o inconveniente dos preparados simi-
ue primam principalmente pela repugnancia
sam e pelas irritabilidades que produzem. É
rencia agradavel, gosto muito suave e effeito
o e seguro.

' venda em todas as bôas Pharmacias
e Drogarias do Pará e Amazonas

Diro. — Especifico das dôres de

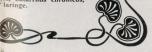
e Amapá. — Contra debilidade
raqueza pulmonar, bronchites
as e molestias do estomago.

Amazonas. — O melhor tonico
para amaciar, fortificar, dar
impedir a queda do cabello.

eptico de Abel. — Infallivel con-
s as affecções do estomago.

-tannico phosphatado de Abel.
itue vantajosamente o oleo
do de bacalhau e é poderoso
tuinte nas debilidades em ge-

ontra as Tosses, Bronchi-
tes, Catarrhos chronicos,
laringe.

29

JOALHARIA - RELOJOARIA - LUNETARIA

Premiada com 2 medalhas de prata
na Exposição do Rio de Janeiro, de 1908

Roberti & Pelosi

TELEGRAMMAS: ROBERTI-MANAOS | A. B. C. 4.ᴴᵀ 5.ᴴᵀ / LIEBER-RIBEIRO | CODES USED

GRANDE SORTIMENTO DE JOIAS FINAS

Compras feitas directamente nas primeiras fabricas da Europa

Objectos d'arte para presentes em electro e bronze

RELOGIOS
DAS MARCAS MAIS AFAMADAS

GRANDE DEPOSITO
DE
ARTIGOS DE LUNETARIA

OFFICINA DE PRIMEIRA ORDEM
PARA
TRABALHOS DE JOALHARIA
(ESPECIALIDADE EM GRAVURAS)

Representantes dos automoveis marca FIAT
e ISOTTA-FRASCHINI
Depositarios dos pneumaticos MICHELIN e dos pianos
RICHARD LIPP & SOHN, Stuttgart

RUA MUNICIPAL, 64
CAIXA POSTAL 355 TELEPHONE N.º 221
MANAOS

30

Havia na Manaus do meu tempo de estudante de Direito um cidadão português de nome Joaquim Fanal, que havia sido cocheiro e tratador dos cavalos na baia da Chácara, depois motorneiro de bonde e, finalmente, operário nas obras do velódromo da Cachoeirinha, de propriedade do dr. Deodoro Freire. Com aquele senhor de sessenta anos mais ou menos tivemos nós conversas demoradas, a que às vezes assistia o dr. Deodoro Freire. Sempre foi nosso costume não escrever história a partir de depoimentos pessoais. Sabemos como procedem as pessoas entrevistadas: ou omitem propositadamente fatos ou criam sugestões fantásticas. Aquele Fanal falava de um barco ancorado atrás da Chácara, no igarapé Manaú, que servia a Eduardo Ribeiro nos seus passeios águas abaixo até próximo do igarapé da Cachoeira Grande. Possibilidades que não são contrárias ao estamento da verdade e que não têm importância senão pelo fato de que dita embarcação (se é verdade que existiu) não aparece catalogada no inventário dos bens do falecido, como outros objetos raros e custosos trazidos por ele da Europa: quadros, porcelanas etc.

Depois da morte de Eduardo Ribeiro, os amigos e adversários políticos passaram à lixívia. Lavaram a roupa suja em público. Queimaram a imagem popular do ex-governador, ou tentaram fazê-lo em nome de uma coisa repelente que se chama politicagem, com o único objetivo de cimeirar outros ícones. Dizem dos assírios que apedrejavam o Sol quando o ocaso começava a obscurecer a natureza. E louvavam-no entusiasticamente quando renascia. No Amazonas, como deixamos dito e repetido, o Sol dos agraciados padecia desse ritual. Não houve um só governador, nem antes nem depois de Eduardo Ribeiro, que não fosse ultrajado e/ou não recebesse epinícios no antes e pedradas no após. É o costume das qualidades envolvidas no mistifório da política.

Agora, veremos como se defenderia o conselheiro Rui Barbosa, no seu jornal *A Imprensa*, das objurgatórias amáveis do sr. Serzedelo Correa, também um homem ilustre[25] e devotado amigo do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro:

[25] **Serzedelo Correa, *O rio Acre*.**

AO PÚBLICO

Dizendo que as locais de uma folha não são escritas nem revistas pelo seu redator em chefe, teria dito o que ninguém ignora. A Imprensa *não é diversa dos outros jornais. Tem, como eles, numeroso corpo de redação, a quem incumbe essa tarefa, na qual não intervém o seu diretor senão excepcionalmente, quando a importância do caso o reclama, ou os seus auxiliares o consultam. Não se tendo dado esta hipótese, nem sendo ocasião daquela, a notícia, que me valeu a furiosa diatribe de ontem, é tanto obra minha como do meu espontâneo detrator.*

Para defesa tão óbvia não valeria a pena de acudir com o meu nome aos prelos. O que a eles me traz é simplesmente opor a verdade a uma calúnia nova, cuja iniqüidade emparelha com a da suposição, que armou contra a minha honra mais este gratuito agressor. Nunca fui parte em concessão oficial de espécie nenhuma. *No Banco do Amazonas, a que ali se alude, não tive, não tenho sociedade alguma. Minha amizade com o seu concessionário, o sr. MANUEL DE BRITO, vem da mais respeitável origem. Conheci-o no exílio, em Buenos Aires. Sou-lhe grato pelo carinho com que acolheu o desterrado. Nunca lhe recusarei os legítimos serviços da amizade.*

Mas nos seus negócios com o governo daquele estado nunca me tocou, nem me toca absolutamente o menor interesse.

Rio, 20 de outubro.

Rui Barbosa

(A Imprensa, *Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1900)*

É estranho que o conselheiro firmasse opinião tão aberta, ele que já havia embolsado, como se disse antes, dinheiro do Amazonas para promover defesas que não foram muito corretas do ponto de vista da história dos nossos limites, haja vista que não era perito em azimutes. Mas o tópico acima ainda revela outras falhas: o conselheiro simplesmente não se defendeu das acusações do dr. Serzedelo Correa. O hábil advogado e jurista costumado a polêmicas arrasadoras, ficou devendo ao público uma satisfação moral que a nota capciosa acima não soluciona a contento. Recebeu ou não recebeu os bagarotes? O homem que se finaria louco havia muitas razões para enlouquecer... e uma delas foi a ingratidão dos corvos.

Vejamos agora o primeiro artigo do dr. Serzedelo Correa, aquele que deixaria dançando na corda bamba o conselheiro dr. Rui Barbosa:

A MORTE DO DR. EDUARDO RIBEIRO
ÁGUIA OU ABUTRE?

Sob o peso ainda da dolorosíssima impressão que me causou a notícia da morte imprevista do meu querido amigo dr. Eduardo Ribeiro, com o coração retalhado aos golpes da desoladora tragédia com que terminou a existência terrena daquele grande coração de patriota, é que pego da pena para remover da estrada que ele tem de percorrer até a posteridade o lixo com que o querem aterrar e as pedras com que pretendem evitar a sua passagem gloriosa e desassombrada.

Morreu Eduardo Ribeiro! Morreu, porque procurou pelas suas próprias mãos livrar-se do espetáculo degradante que lhe forneciam todos os dias aqueles a quem ele, na sua grande magnanimidade, tinha arrancado da lama e da miséria, para colocar na posição de homem.

Não é, porém, contra esses que se locupletaram com seu prestígio e com as sobras da sua generosidade que me venho postar na defensiva.

Esses, bem os conheço eu. Sei perfeitamente que o papel de Eduardo Ribeiro na política do Amazonas foi da avestruz meiga e incauta, que errou de ninho e foi incubar nas margens do grande rio ovos de crocodilo, sem se lembrar de que da eclosão desses ovos surgiriam os seus mais ferozes algozes, aqueles que o deveriam devorar. Esses, os atuais dominadores da política amazonense, que foram encontrados por Eduardo Ribeiro entre as torturas da miséria e as transigências do caráter, já são de há muito conhecidos de todos e aplaudidos por aqueles que acham que a ingratidão é a independência do coração.

A minha principal revolta é contra o sr. conselheiro Rui Barbosa, que, descendo da sua costumeira altura de águia, veio corvejar como um

Manaus 1900

abutre vulgar sobre os destroços do meu infeliz amigo. É-me realmente doloroso ser obrigado a contrapor ao respeito e à admiração que sempre tive pelo talento do redator-chefe da A Imprensa, *e que julgo uma das maiores glórias da intelectualidade brasileira, a repugnância que me inspirou a leitura das linhas com que noticiou a morte de Eduardo Ribeiro.*

É de uma pungentíssima ironia a frase última desta local publicada pelo órgão em que o sr. Rui Barbosa defende os seus erros e a sua personalidade, abusando para isso da confiança dos que fundaram uma empresa jornalística, da qual lhe entregaram a direção suprema.

"Agora, segundo a comunicação telegráfica, sabemos que o dr. Eduardo Ribeiro, iludindo a vigilança dos que certamente o cercavam, enforcou-se, saltando da vida, satisfazendo o seu último sonho de potentado e milionário."

Potentado! Milionário! Estas duas simples palavras revelam todo um mundo de infâmias e de calúnias.

Abastado, era Eduardo Ribeiro, e, como de simples capitão do Exército, chegou a essa abastança, eu o poderei provar sem um único indício que possa ser deprimente para o seu caráter. O sr. conselheiro Rui Barbosa esqueceu-se provavelmente, quando escreveu ou mandou escrever aquele período com que rematou a fatídica local, de que esse potentado, esse milionário que se chamou Eduardo Ribeiro foi o mesmo homem que recebeu, quando presidente do Congresso Amazonense, uma carta de s. exa. pedindo seus bons favores para que o senhor Manuel Floriano de Brito[26] *obtivesse dos seus amigos do governo a concessão do Banco do Amazonas uma das mais escandalosas que se tem visto. E não admira que o sr. Rui Barbosa tivesse essa falta de memória, quando falha muito mais grave teve v. exa. escrevendo carta idêntica ao sr. Ramalho, a quem nunca conhecera e com quem não entretinha relações nem de simples cortesia.*

De ambas essas cartas tenho eu conhecimento não só por tê-las lido, como também por ouvir comentários sobre elas. Tão famosas se tornaram no Amazonas, que por lá havia quem delas soubesse trechos inteiros de cor. Essa célebre concessão do Banco do Amazonas, de que o sr. Rui Barbosa é sócio, porque o associado Carlos Bandeira, cunhado de s. exa., foi contemplado com 40% dos proventos, não foi provavelmente que concorreu para que Eduardo Ribeiro se tornasse potentado e milionário.

Estou aqui, estou a ver o sr. Rui Barbosa declarar em artigo puxado a longos períodos brilhantes que o fato do seu cunhado ser sócio de uma empresa não quer dizer que s. exa. o seja. Eu, porém, conheço muito bem a história toda e sei, portanto, que o sr. Carlito teve 40% porque tinha de dar metade a s. exa.

Sei mais que após o recebimento da primeira prestação do governo amazonense, na importância de três mil e tantos contos, o sr. Nery rescindiu o contrato e os concessionários ficaram calados, por lhes haver o sr. Rui Barbosa acenado com a possibilidade de uma indenização.

Quem será mais potentado, o dr. Eduardo Ribeiro, que acumulou os seus haveres pelos seus hábitos de economia, ganhando durante sete anos de seu governo a soma de trinta contos anuais, ou o sr. Rui Barbosa, que meses antes da proclamação da

26
Esse ilustre desconhecido havia obtido, pelo Decreto nº 416 de 2 de abril de 1900, a concessão por espaço de cinqüenta anos dos terrenos marginais dos rios Negro, Branco e Japurá a fim de explorar o solo e subsolo. A Lei nº 306 de 10 de agosto de 1900, do governador Silvério Nery, anulou a concessão.

República se quis atirar de uma janela abaixo por atrasos em aluguéis de casa e agora afronta a opinião pública com carruagens? S. exa., antes de ir cuspir sobre um cadáver respeitável; antes de faltar com o respeito que deve a si próprio, à posição que ocupa e ao nome que adquiriu, deve vir a público para responder ao sr. Botafogo e destruir as acusações de desonestidade que lhe foram feitas por aquele senhor.

Por que não o fez s. exa.?

Porque tinha certeza que nesses fatos seriam impotentes todos os seus recursos de imaginação.

Só admitirei aleives partidos do sr. Rui Barbosa depois que s. exa. provar que é o imaculado que apregoa.

Potentado Eduardo Ribeiro?

E foi para a manifestação promovida a esse potentado que o sr. Floriano de Brito, sócio do sr. Rui Barbosa, no Banco do Amazonas, concorreu com 500$000.

Milionário o homem que só se aproveitou dos seus sete anos de administração para transformar a cidade de Manaus, e deixá-la no ponto em que hoje se acha, coisa que bastava para fazer o nome e a glória do administrador!

Por que motivo acha o sr. Rui Barbosa que Eduardo Ribeiro morreu com o sonho de potentado e milionário? Será, porventura, porque nunca esteve ameaçado de penhora por dívidas em confeitarias? O que é que pode levar mais facilmente à grande riqueza? Comprar terrenos a preços ínfimos pelo seu nenhum valor e valorizá-los depois por meio de melhoramentos, ou encher as arcas do tesouro (de) moeda falsa com que se inundou o país durante a gestão do sr. Rui Barbosa na pasta da fazenda?

S. exa. leva diariamente a arrancar do fundo do seu tinteiro queixas amargas porque o injuriaram e porque lhe atiram ao nome calúnias sobre calúnias.

Se é que injúrias e calúnias doem tanto a s. exa. é caso de perguntar por que motivo as exerce até contra os mortos?

É que o sr. Rui Barbosa, na sua dupla doença de delírio de perseguição e megalomania, julga-se o único injuriado e o único que pela sua superioridade não o pode ser.

Na sua fase de delírio e de perseguição acha que é caluniado quando se lhe atira à face a responsabilidade, que lhe cabe exclusivamente, da desgraçada situação financeira atual.

Nos períodos de megalomania julga-se um inacessível supremo, e não admite que neste país haja o cérebro que tenha o direito de pensar em desacordo com os seus dogmas. Tenho plena certeza de que o sr. Rui Barbosa, pondo a mão na consciência, compreenderá que cometeu um ato de suprema desumanidade insultando assim a memória de um morto, e que reconhecerá, pelo menos, a nobreza da minha atitude defendente, por espírito de gratidão, um homem, diante do qual, se existissem interesses, tais interesses estão fechados no túmulo. Não fui dos apaniguados do dr. Eduardo Ribeiro; nunca explorei a sua posição. Tenho, ao

contrário, cartas dele, como posso provar, agradecendo os poucos serviços que porventura lhe pude prestar. Quando, porém, a fatalidade política me atirou daqui por imposição da ditadura, durante a revolta, eu encontrei em Eduardo Ribeiro um seio amigo que me acolheu, e que soube ser reconhecido dando-me, nesta difícil ocasião, uma colocação que, além de honrosa, representava a subsistência de minha família.

Agora, que a senha política do Amazonas está cumprida, e que era esta — "É preciso eliminar o negro custe o que custar" —, posso dizer ao sr. Rui Barbosa que Eduardo Ribeiro, morrendo, deixou ao menos um amigo que ainda não penalizou a honra de que defenderá a sua memória, custe o que custar.

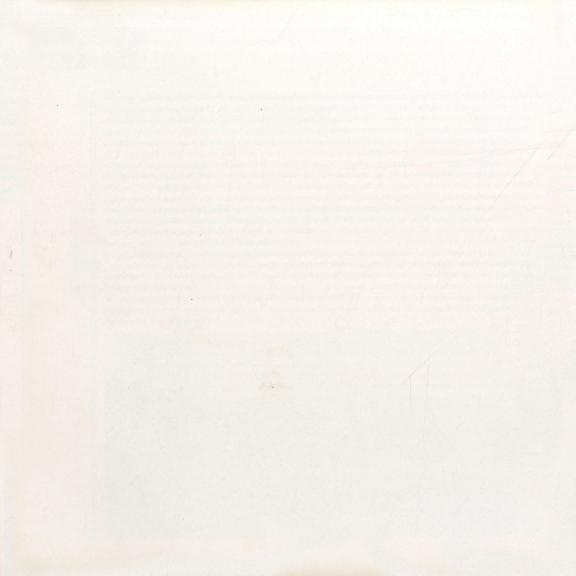
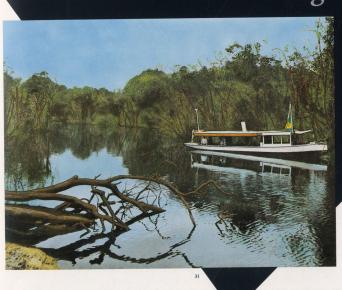
Que o sr. conselheiro Rui Barbosa me permita, ao terminar, um apelo às qualidades, que sei ainda existem na sua alma pessimista. S. exa. é um pai tão extremoso, quanto eu o sou. É um amigo inexcedível da família. É para o lar a personificação do carinho e do respeito. Pois bem. É em nome dessas coisas sagradas da família, que eu peço a s. exa. que, na sua qualidade de crente fervoroso e de católico superior, vá assistir à missa que eu, minha senhora e meus filhos mandamos rezar em sufrágio daquele grande e desventurado amigo.

S. exa. mostrará assim que não foi seu intento e que não está na sua generosidade cuspir insultos sobre um cadáver.
João Serzedelo Correa
(Rio, Jornal do Commercio, *20 de outubro de 1900)*

O leitor estaria na iminência de requerer comentário breve, ao menos, para certos parágrafos do artigo acima transcrito, artigo que, pela lógica, deveria vir antes do primeiro. À circunstância de haver-se extraviado este primeiro artigo do dr. Serzedelo Correa, deve-se a alternância, que não modificou em coisa alguma a querela travada na imprensa. O dr. Rui Barbosa não responderia aos quesitos formulados pelo amigo do dr. Eduardo Ribeiro porque não teve condições morais para fazê-lo. Calar-se e engolir as reprimendas era o melhor alvitre, resguardando o nome de possíveis avacalhações, pois é muito certo o ditado: quem tem rabo de palha não toca fogo no do vizinho. Pretendendo turvar a memória do dr. Eduardo Ribeiro por despeito, o grande jurista nunca viria a público dizer quanto embolsou do governo amazonense para certas transações como aquela do Banco Amazonense. Sua defesa pública foi mascarada pelo receio de ser apontado à irrisão popular. Não era novidade, na época, e o dr. Rui Barbosa era apenas um mortal que necessitava comer, andar de carruagem numa cidade em que não havia muitos tipos de condução, sustentar a casa e o seu estadão de gênio, de "águia de Haia". É por isso que o dr. Serzedelo Correa seguia indeciso entre depenar a águia e torcer o pescoço ao abutre. As duas aves de presa se conluiavam no mesmo processo fisiológico de comer viva a vítima e depois defecar em cima do cadáver. Era a regra geral e não há por que admirar, se já deixamos escrito dessa filáucia.

Entretanto, há a considerar no artigo acima uns dois ou três tópicos que o leitor desavisado de assuntos da história do Amazonas não percebeu nem de longe... Referimo-nos primeiramente à senha — aliás uma réplica do *delenda Cartago!* — em que se

reclama a destruição do negro, custasse o que custasse! Refraseando o que foi dito: "É preciso eliminar o negro, custe o que custar". O negro que obstaculizava a marcha gloriosa dos nepotes para a imortalidade ao menos terrena era o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. E quem servia de acólito para os Coelho Neto e os Rui Barbosa dizerem mal da terra e da gente era nada mais nada menos do que os eternos descontentes, os que não puderam abocanhar fabulosos lucros com as concessões disso e daquilo. O dr. Serzedelo estava com razão e procedeu à altura desmascarando a águia famelga. Um outro tópico bastante pitoresco a que não podemos deixar de fazer alusão é aquele em que se fala de "ovos de crocodilo", chocados pelo erro da avestruz. Havia um sujeito sem cultura e até sem muito crédito moral, visado numa crônica célebre pelo maroto escritor Coelho Neto, cujo apelido era "Jacaré". Esse indivíduo, cujo pai português enriqueceu honestamente em Manaus (era pedreiro), chegando a mestre construtor de obras e contratante de serviços rentáveis do governo (vários governos, desde a Província), jogou fora, nos cassinos de Paris e de Manaus, a fortuna do pai, a da mulher e a sua particular, que fizera com encampações etcétera e tal.

Era um mote alusivo a sua chocante postura para com as fêmeas de qualquer escala social, até criadinhas de cesta sob o braço. Morreu numa dependura de Pedro Sem e não podia jactar-se de ser branco, apesar do pai português. Foi um dos que, eclipsado o sol que o protegera sempre, transferiram-se com armas e bagagens para os Nery, de quem se fizera parente por afinidade. O fato de gastar o que era seu não perturba a consciência de ninguém; o que se torna estranhável é que quase todos eles trasfegassem as bagagens para o adversário de ontem, tripudiando sobre a desgraça do benfeitor. É como diria o poeta Augusto dos Anjos: "A mão que afaga é a mesma que apedreja".

Segredos e mistérios

Quem foi a pena que se lembrou de memorizar a pessoa de Eduardo Ribeiro? Quem foi o governo que se lembraria de erguer uma simples herma ao grande benfeitor da cidade? Existe uma lei, não revogada, que autorizou construir-se um monumento ao ex-governador e ex-deputado estadual. Igualmente foi autorizada a feitura dos retratos do dr. Eduardo Ribeiro e coronel Ramalho Júnior para a Intendência Municipal, porém é duvidoso que tais retratos ainda existam depois da lavagem despectiva dos governos sucessores[27]. Nenhum deles se deu ao empenho de erigir o monumento porque ainda estava fresca a ojeriza ao grande morto. Nenhum. Os que sucederam ao coronel Ramalho (e este está incluído no rol dos ingratos) faziam causa comum com a atmosfera de antipatia à memória de Eduardo Ribeiro, e não duvidamos de escrever a causa: eram ainda os velhos inimigos, os promotores das arruaças de 1892-1893. Outros apenas compraram a briga: Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, Jônatas Pedrosa, Pedro de Alcântara Bacelar e o velho "chinês paliteiro" César Augusto do Rego Monteiro, o caloteiro-mor do funcionalismo, que por ocasião das festas da Independência do Brasil ofereceu aos gozadores sociais um baile à Segundo Império no Palácio Rio Negro, enquanto lá fora o povo morria de fome.

A propósito, cabem aqui mais duas versões sobre a morte misteriosa do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Uma das mais antigas versões populares que conheci dizia que o Pensador fora envenenado com um charuto. A segunda, só recentemente conhecida, afirma havê-lo sido "a mandado do barão de Santa-Anna Nery". Não apoiando a segunda, por muito incoerente, deixamos de lado a primeira por não comprovada. Entretanto ela é verossímil. Tanto quanto a velha desconfiança de que fora envenenado com ervas trazidas de Santarém. O que não podemos deixar de confirmar é que havia dolo na afirmação "é preciso liquidar o negro".

O que nos resta opinar, e isto é uma opinião pessoal, é que Eduardo Ribeiro deixou uma obra à vista, uma mensagem de sua capacidade criativa, enquanto muitos dos seus detratores só nos legaram leis, decretos, papéis, projetos, vítimas imoladas, empastelamentos de jornais, dívidas, calotes. Fazemos uma exceção para o coronel Constantino Nery: aí estão os edifícios da Biblioteca Pública e da Penitenciária, mas também ele se afundou nas negociatas dos empréstimos e da emissão de apólices, um craque nas rendas do Estado.

Mas, à procura da verdade, devemos levar em consideração umas tantas circunstâncias ainda referentes à morte do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Cerca de três meses após a assunção do cargo de governador do Estado, o sr. Silvério José Nery teria de haver-se com o problema da morte suspeita do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, o inimigo número 1 da família. As desconfianças se aproximam muito, embora não estejamos pretendendo afiançar nada de definitivo nem acusar ninguém sem provas. O sr. Silvério Nery dá o comando do Batalhão de Segurança ao major Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa, comissionado tenente-coronel. O primeiro ato daquele péssimo cidadão amigo do dr. Constantino Nery é elaborar um relatório sobre o estado

27
Lei nº 418 de 20 de agosto de 1905. Era superintendente municipal o major do Exército comissionado coronel Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa, e por isso a lei não foi executada.

32

"indisciplinado e péssimo" dos soldados sob seu comando. Começou mal, numa sórdida vingança contra os mesmos soldados que puseram cerco ao 36º BI. Aliás, o caráter desse militar que depois passaria a superintendente da capital era repugnante: sua folha corrida acusava atos pregressos de violência inaudita, no Pará, e seria ele o comandador dos empastelamentos dos jornais de Manaus e do assassinato do primeiro jornalista manauara, Osvaldo Batista, do *Correio do Norte*, jornal da oposição. Nessa atmosfera de arbitrariedades, de assaltos ao Tesouro, de mandonismo e de politiquice desvairada feita na base da traição e do sabujismo, havia foliculários com capacidade de coragem para escrever o que segue, referindo-se ao sr. Silvério José Nery:

*Por que os não deporta para o Rio Branco, como fez a Luís Galvez? Por que não os assassina, como fez ao malogrado Pensador? Por que não os vende a retalho como está fazendo ao Amazonas, hipotecado a ingleses e norte-americanos? — L. O. (*A Província do Pará, *10 de outubro de 1902).*

Havia ambientação para o sinistro desfecho? Havia... O antigo alferes "parlamentar" Adolfo Guilherme de Miranda Lisboa, que muito serviria aos patrões Constantino Nery e general Bento, durante a sarrafascada de 1892-1893, agora dispunha de crédito político, era cumpridor de ordens do governador Silvério. Enriqueceu, foi a Paris, foi nomeado superintendente da capital, deixou nome, construiu um palácio na Vila Municipal Operária e se foi depois. Cerca de cinqüenta metros adiante o coronel Constantino Nery mandou construir também o seu palácio, que ficou apenas nos muros, na esquina das ruas Teresina e Maceió. É que, como diz a sabedoria popular, "casa de esquina, morte ou ruína". O mandonismo expirou e com ele os frutos maléficos. Todos eles se foram, amaldiçoados pelo povo. Mas o coronel Constantino Nery teve sorte mais ingrata: dentro do seu palácio — sinfonia inacabada — cresceu uma árvore, que eu, ginasiano, cansei de ouvir dizer ser o "fantasma do velho Dinis"[28].

A alma humana possui uma individuação imprevisível. O mesmo militar que causaria tantos danos a pessoas físicas, em Manaus e Belém, seria, como superintendente de Manaus, um homem operoso. A ele se devem mais coisas dignas de mostradas do que ao sr. Silvério Nery governador e senador. Mas desejo especialmente referir aqui a lembrança que teve o superintendente Adolfo Lisboa (o Mercado Municipal leva seu nome na fachada) de ir a Paris e de lá trazer todos os ornamentos para o grande Carnaval de 1902... E não era carnavalesco, a julgar o que dele escreveu o professor Agnelo Bittencourt: "(...) que foi um esquisitão, um hermético, espiritualmente trancado em si mesmo (...)".

E todavia dele se dizem outras maravilhas: mandou embelezar os bairros denominados Vila Municipal Operária (onde está o chalé estilo *art nouveau*, pelo povo conhecido como Castelinho) e a Vila Lisboa, no bairro do Plano Inclinado. Lá construiu algumas casas para operários, bonitas residências que nunca foram de operários, realmente, e... apossou-se democraticamente de cinco mil contos de réis, de que jamais prestou contas, seguindo à risca as lições, ainda democráticas e republicanas, dos seus patrões.

Ejusdem farinae...

28 **Trata-se certamente de Sebastião Dinis, um dos mais antigos concessionários da abertura da estrada carroçável Manaus—Rio Branco e a quem os governos seguidamente calotearam até a gestão do coronel Constantino Nery inclusive e etc. e tal. A viúva, lesada em cerca de quatro mil contos de réis, mexeu com todos os santos do inferno e diabos do céu, mas nada recebeu de volta. O velho Sebastião Dinis acabou esticando as botas e amaldiçoando os Nery, com outros fornecedores do tipo daquele português Florêncio Rodrigues de Almeida, morto na miséria em Portugal. O mesmo fim teve o construtor do Teatro Amazonas e de outras obras majestáticas, Manuel Coelho de Castro.**

33

Há muitos anos foi-me dado de presente por descendente do cidadão Tecelino de Almeida uma coletânea de produções desse poeta, poucas em manuscrito, a maioria em recortes de jornais não-identificados. Eu andava interessado em resgatar a memória dos intelectuais da terra e consegui publicar pequeno livro sobre o sergipano Cid Lins, *In memoriam de Cid Lins*. Apenas há as iniciais T. A., que não duvido sejam do citado poeta. Igualmente não podemos afiançar fosse publicado o soneto, muito descoberto o tema para ser ignorado dos janízaros da política persecutora. Tecelino de Almeida não era, creio eu, pelas informações obtidas de membros da família já distantes de sua época, um homem voltado à luta, nem mesmo daquela espécie de político que se torna insensível às diatribes dos adversários. Se o poema abaixo transcrito foi publicado não houve repercussão, pois não consegui alcançar nenhuma nota de referência. Em todo o caso, vale como um documento à parte, pois é intransigentemente acusativo, não escondendo a participação criminosa da mente e da mão humanas. É de crer-se haja sido o soneto escrito sob a impressão primeira do impacto da morte do Pensador. É de acreditar-se também que ninguém esperasse aquele desfecho trágico. E sobretudo não resta nenhuma dúvida de que o povo jamais pôs crédito num autocídio. Não se apontavam nomes porque num caso semelhante em que a Justiça se empenhou em destruir as provas, nada restaria senão a suspeita tenaz, firme, imorredoura de que "liquidaram o negro" a fim de se pouparem à maledicência pública.

DIGNA CEDRO

Morreu o Pensador! É o dolorido
grito que se ouve em toda parte aflito,
no lar, na rua, como um eco, o grito
da revolta na dor humana ungido.

O silêncio da cova abscondito
guarda um mistério e o impune olvido
dos seus cruéis algozes, mas duvido
que o remorso se afaste do precito.

Era um justo e amou a terra estranha
que embelezou com seu trabalho insano,
dos maus ganhando a invejosa sanha.

A mão que o fulminou não tem memória,
mas a vítima aguarda lá no arcano
"a Justiça de Deus na Voz da História"...[29]

T. A.

[29] **Essa "chave de ouro" emprestada é de um soneto antológico de dom Pedro II no exílio, colocado na ortografia moderna.**

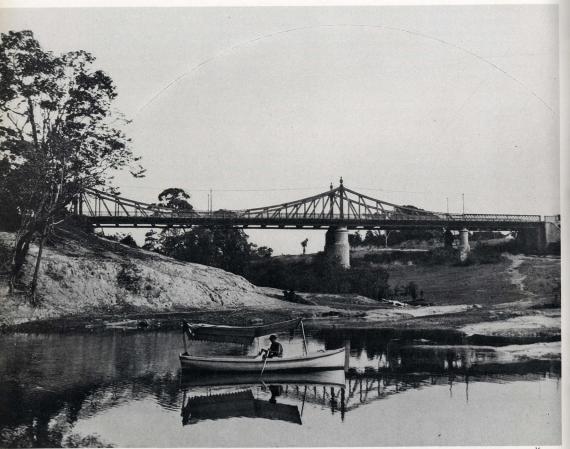
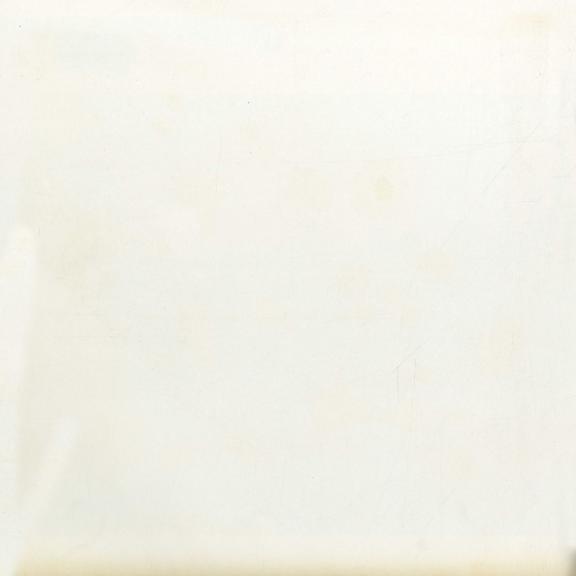
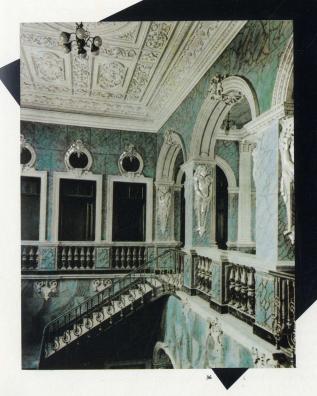
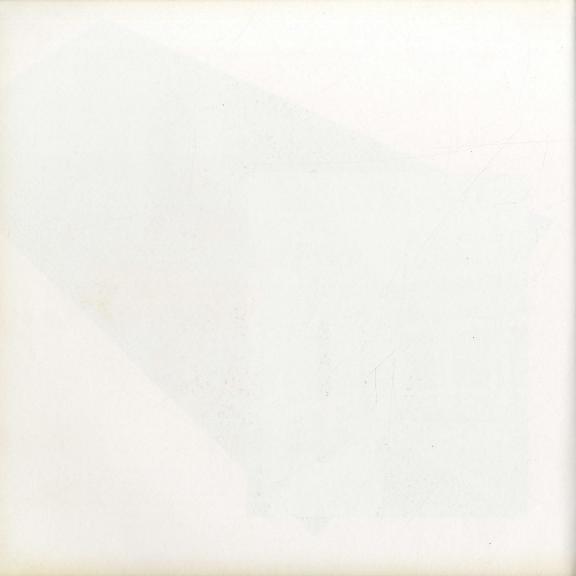
Uma de nossas cruciais curiosidades veio a ser que tipo era o homem Eduardo Gonçalves Ribeiro. Pelas fotos mais expressivas, obtidas quando do apogeu, vê-se que seria baixo e entroncado, pois essa é a impressão que dá sua cabeça inteligente enterrada nos ombros, quase escondendo o pescoço. Alhures fizemos menção a uma possível semelhança, mas sua biotipia de moço não é idêntica à foto mais comum. Valemo-nos para registrar essa distinção do breve retrato que dele fez seu professor Manuel de Béthencourt, em artigo publicado no jornal *A Federação* de 18 de setembro de 1898, por via da passagem muito badalada do aniversário do Pensador, quando lhe foram prestadas muitas honras, até um banquete no Hotel de França. Naquela altura, e pelo que salienta o articulista, Eduardo Ribeiro andaria pelos trinta e seis anos, pois nascera, como se disse antes, a 18 de setembro de 1862. Uma idade assaz conveniente para as grandes ilusões com a política e os homens. Manuel de Béthencourt alude de passagem à ingratidão dos homens.

O que nos interessa mesmo no artigo de três laudas e um terço, composição batida, é a imagem física de Eduardo Ribeiro, descrita sucintamente: dizia que há vinte anos, portanto em 1878, era ele articulista professor particular no Maranhão, quando um dia bate-lhe à porta um "rapaz de estatura mediana, magro, de voz abaritonada, fluente no dizer, rápido na emissão do pensamento". Eduardo Ribeiro queria estudar francês e matemática. Naquela altura deveria estar o pretendente com dezesseis anos, portanto era preparatoriano e estaria já com intenções de cursar a Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Na escola particular do professor Manuel de Béthencourt, segundo ele próprio o diz no artigo referido, já andavam os estudantes Pedro Freire, "que se nutria da leitura de Hugo"; Pacífico Cunha "alimentava-se com o credo transformista de Haeckel"; Domingos Machado "preludiava ao seu amor pela gramática e filologia portuguesa"; e Paulo Pereira "se deliciava com a feitura de uns versos". Só se fala no nome de Aluísio Azevedo de passagem, quando da comemoração do centenário de Luís de Camões. Essa plêiade possuía uma academia ou associação literária de que Eduardo Ribeiro era o presidente, talvez líder, associação que disputava o prestígio da atmosfera cultural do Maranhão com outra de igual teor onde Aluísio Azevedo era pessoa de influência. Desses jovens magnatas do pensamento eclético (o articulista deixa entender que seria assim mesmo), tanto o dr. Pedro Freire como Eduardo Ribeiro moviam-se sob a inspiração do triângulo e dos três pontinhos mágicos, ou da pá e compasso.

Um dos particulares da vida de Eduardo Ribeiro, envolvido em nebuloso mistério, é sua ascendência. Parece que ninguém quer falar ou ousa transpor os limites da confidência. Daí supor-se inevitavelmente que sua origem fosse do tipo daquela que humilhava o grande Machado de Assis, filho de lavadeira e de mata-cachorro. As palavras estigmatizantes do major Araripe naquele artigo transcrito parecem levantar a ponta do véu que obscurece o mistério: filho de quem, pobre e sem nome, fez-se graças a um estímulo interior, escravo com toda certeza alforriado e também arrastando uma tara que se manifestaria no homem adulto. E qual seria, ao fim e ao cabo, a impressão do major Araripe ao saber do "suicídio" do dr. Eduardo Ribeiro? Não possuímos nem motivos nem documentos para dizê-lo. O major Araripe manteve-se aparentemente em silêncio durante o resto de sua vida.

34

35

Cinzas e diamantes

Taumaturgo, Eduardo Ribeiro, Fileto, José Ramalho, fizeram de Manaus a mais confortável e moderna cidade brasileira daquela época. Abandonemos, duma vez por todas, essoutra lenda de que Manaus é obra exclusiva da administração do "Pensador", pois que, se durante os seis anos de seu governo pôde efetuar a maior parte da construção da capital, nem por isso outros governadores, igualmente valorosos e capazes, deixaram de trazer extraordinária contribuição ao admirável esforço comum para o progresso da cidade-chave da barelândia.

Júlio Nery, Um governador do Amazonas.

Tornou-se lugar-comum admitir-se tudo quanto Manaus possui de bonito e de moderno ao governador dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Esse processo de julgamento distorce a imagem de administrações provinciais e obscurece igualmente a paisagem progressista de Manaus no tempo da monarquia. Não se pode deixar de levar em conta que a Província está na órbita da História quando se deseja formular uma opinião decisória. Precisamente é durante o período pós-colonial que têm início as tentativas bem-sucedidas de melhorar a fisionomia da chamada "urbes aquática". Essas tentativas se tornam realmente melhores quando ao Amazonas é dada a condição de governar-se, isto é, passa à condição de Província autônoma, pois, enquanto esteve sob a tutela do Pará, nada foi realizado em proveito, tirante o governo dinâmico do dr. Manuel da Gama Lobo d'Almada, um homem de visão que por isso mesmo foi impedido de trabalhar.

É suficiente uma leitura rápida pelos Anais da Assembéia Legislativa do Amazonas, no período de 1852 a 1889, para ter-se uma idéia geral do entusiasmo com que nacionais e estrangeiros pretendiam modificar a *facies* da cidade, a cultura, a administração emperrada e os serviços que viriam beneficiar a população e o comércio. Não é vocação da República nem de governos ditos democratas-republicanos, apenas, e refraseamos: apenas, as iniciativas tomadas em ordem a dotar a cidade de serviços e instalações adequadas, que correspondessem às exigências do comodismo e às necessidades implantadas já no Velho Mundo.

O dr. Júlio Nery, filho do sr. Silvério José Nery, mostrou-se bem aparelhado a informar aquilo que sempre dissemos sem tentar menosprezar a obra de Eduardo Ribeiro mas com vistas a um primado de justiça histórica: muitas realidades que alcançamos e muitas comodidades que usufruímos foram pensadas e admitidas no regime monárquico, discutidas e aceitas pelos nossos deputados provinciais e pelos presidentes da Província. Eles também cuidavam dos problemas angustiantes da navegação a vapor, do transporte urbano, do fornecimento de água potável direta à população, dos serviços de esgotos, do aterro das ruas, da abertura de estradas carroçáveis, da iluminação pelo sistema elétrico, da oferta de divertimentos sadios ao povo, da educação e instrução primária, secundária e técnica, dos orfanatos e casas de saúde, do bem-estar da população, e essa

política aberta não excluía o jornal, a biblioteca, o seminário episcopal, o aterro inicial de igarapés, a construção de pontes de madeira, a abertura de ruas e praças, a ajuda de custo a todas as propostas consideradas necessárias ao bem-estar da população, o incentivo a estudantes pobres, a construção de igrejas na capital e no interior, de escolas primárias diurnas e noturnas, incentivo à agricultura, alinhamento das casas, proibição de abusos contra a higiene pública, coleta do lixo particular e público etc. Poder-se-ia argumentar não haver misoneísmo da parte dos responsáveis pelo que pareceria novidade. Em uma época em que a carência de profilaxia e de higiene estumava a proliferação de doenças fatais, os chamados médicos de partido atendiam a população civil e os militares até que fossem instalados os hospitais para o que a Província concorria com grande numerário.

Repetimos, muita idéia que pareceria nova e recente ao surgir da República já era explorada com rendimento e sucesso nos idos da Província. Seria erro histórico apadrinhar uma primazia afeta ao dinamismo do governador dr. Eduardo Ribeiro. O curioso é que até se exorbita, atribuindo ao malogrado homem certas conquistas utilitárias que tiveram o apoio antes da República, de mesmo que a ele se atribuem inovações justamente partidas de sucessores. Até esse ponto o dr. Júlio Nery está correto no julgamento. Entretanto que não seria verdade, por exemplo, chamar para aqui a pessoa do seu genitor na qualidade de construtor de Manaus. É certo que ao coronel José Cardoso Ramalho e aos governantes Taumaturgo de Azevedo e Fileto Pires Ferreira, àquele mais que a estes, que governaram pouco tempo, o Amazonas pode dever alguma coisa do que resta do seu patrimônio histórico. Mas ao sr. Silvério Nery não. Pelo contrário, como deixamos dito, suas idéias não passaram do papelório, embora fossem na verdade grandes projetos, admiráveis projetos, faraônicos projetos... Já a seu irmão Constantino Nery se pode com justiça considerar um benfeitor da cidade, haja vista os imponentes prédios da Biblioteca Pública e da Penitenciária do Estado.

A situação era, ou é, esta: a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. O jornal amazonense *A Federação*, de 30 de setembro de 1898, publicou uma lista das obras realizadas pelo dr. Eduardo Ribeiro, lista que foi reproduzida na revista italiana *L' Amazzonia*, de 15 de outubro do mesmo ano, portanto com uma diferença de apenas quinze dias! Desse rol constam trinta trabalhos iniciados ou reformulados, assim enumerados:

— Nivelamento e embelezamento de dois terrenos na cidade de Manaus
— Abertura e nivelamento dos bairros novos da Cachoeira Grande e Cachoeirinha[30]
— Pavimentação com paralelepípedo de granito das praças da República e da Constituição
— Pavimentação a paralelepípedo das ruas da Instalação, Municipal e da plataforma da Catedral
— Pavimentação a pedra tosca de várias ruas adjacentes
— Construção da avenida de Eduardo Ribeiro
— Construção do jardim da praça da República
— Construção do jardim e gradeamento da Catedral
— Levantamento da planta cadastral da cidade[31]
— Edifício do Diário Oficial e respectivo jornal[32]
— Edifício do Instituto Benjamim Constant para órfãs[33]
— Seis escolas públicas primárias em Manacapuru, Humaitá e Lábrea

30 **O serviço, uma urbanização técnica invejável, foi executado pelo engenheiro João Miguel Ribas.**

31 **Essa planta não seria concluída. O Decreto nº 447, de 22 de setembro de 1900, de autoria do sr. Silvério Nery, declarou nulo o contrato sob a alegação de que era oneroso para o Estado.**

32 **Ver Mário Ypiranga Monteiro, *Notas sobre a Imprensa Oficial.***

33 **O prédio, consoante ilustração, seria colonial e de propriedade do barão de São Leonardo.**

— Reorganização radical do ensino no Ginásio e Escola Normal
— Ereção não terminada do Instituto dos Educandos
— Reorganização da Biblioteca Pública
— Criação de um hospício para alienados — Hospício Eduardo Ribeiro — sob direção das irmãs de Santa Ana[34]
— Ereção não concluída do Palácio do Governo
— Novo edifício do Quartel do Regimento Militar do Estado[35]
— Teatro Amazonas
— Reservatório de água do Mocó
— Contrato de navegação para o Mediterrâneo, com escalas
— Distribuição das terras baldias do Estado para cultivo
— Abertura da estrada Manaus — Campos Gerais do Rio Branco
— Pontes de ferro da Cachoeirinha e Cachoeira Grande
— Pontes romanas da rua Municipal
— Ponte de madeira no bairro da Cachoeirinha
— Fonte monumental da praça 15 de Novembro[36]
— Iluminação elétrica a arco voltaico, a primeira implantada no Brasil
— Telégrafo subfluvial
— Projeto do Código de Processo Criminal

Lendo-se o que acima ficou escrito, tem-se a impressão imediata de haver sido escamoteada grande parte do rol de coisas doadas à cidade pelo ilustre administrador. E que não são coisas despiciendas. Faltam ali precisamente os elementos mais essenciais a um governo: a Instrução e a Saúde. Disso cuidou religiosamente Eduardo Ribeiro, bem como do Transporte, da Colonização, da equânime distribuição de terras aos menos afortunados, muitas vezes por preço inferior ao tabelado ou até de graça; a ver as terras marginais das estradas da colônia Maracaju e da estrada carroçável para o Rio Branco, munificência já apontada no rol acima, mas de maneira insuficiente. Pois na verdade o grande mérito da colonização do Amazonas no governo Eduardo Ribeiro foi, posto ter sido ela preocupação anterior, a partir de 1877-1888 — diga-se justo —, a criação da Colônia Santa Maria do Janauacá, onde ele conseguiu plantar engenhos de moer cana e fabricação de açúcar mascavo e aguardente. Outros benefícios maiores e menores serão aqui e ali apontados, em ordem a um possível completo balanço do que ele encontrou por fazer e terminou, do que fez (suas idéias próprias) e deixou por fazer, e que outros, sob a máscara da negligência ou da maldade, corromperam, destruíram, abandonaram ao lixo, à rapina. Refiro-me muito especialmente ao majestoso Palácio do Governo, no alto da avenida de Eduardo Ribeiro, sobre cujos sólidos alicerces foi contruído o Instituto de Educação do Amazonas (Escola Normal), uma obra destinada à contemplação e serventia dos pósteros, sem dúvida alguma um dos maiores edifícios do Brasil.

Efetivamente, a dívida pública deixada por Eduardo Ribeiro foi insignificante, comparada com os desvarios orçamentários de seus sucessores, pois houve um saldo no Tesouro, reduzindo-se a dívida, que era 1.580:550$006 em 1893, para 321:116$575 no orçamento 1896-1897[37]. Na verdade, Eduardo Ribeiro deixou de satisfazer a certos compromissos

34

Foi instalado na chácara adquirida ao dr. Miranda Leão, na rua de Ramos Ferreira, em frente ao antigo forno crematório.

35

O edifício do Quartel foi ampliado para o lado direito, pois havia sido o palacete do argentário Garcia.

36

Por praça 15 de Novembro entende-se o antigo largo da Imperatriz. Após a proclamação da República, o exagero patriótico tratou de eliminar tudo quanto rescendia a monárquico, a fim de que governos e autoridades não ficassem comprometidos.

37

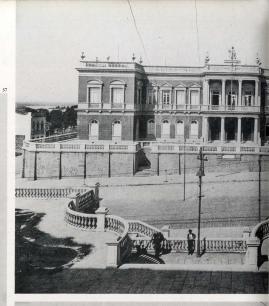
Oficialmente diz-se: 141:875$637...

37

40

38

39

41

... réis, débito público de que ele não fez mistério, pois no inventário, entre seus papéis, aparecem lembretes referentes a dívidas a esse e àquele, que deixou de satisfazer em tempo hábil mas não esqueceria.

assumidos em sua gestão, por exemplo, alugueres de casas para repartições, mas isso consta lisamente dos papéis oficiais exibidos no Auto de Avaliação de seus bens. O desgaste do Tesouro começa no governo Ramalho Júnior e alcança o cataclismático na gestão do coronel Constantino Nery. O governo seguinte, do dr. Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, vai encontrar o Estado em franca bancarrota, com uma dívida flutuante de 27.878:030$167. Esse bem-intencionado governador, que vinha das hostes do Partido Nacional, nada pôde fazer em benefício da cidade, pois primeiramente cumpria enfrentar a enorme lacuna deixada no erário público. E, para cúmulo, os eternos inimigos do regime, os arruaceiros que vinham de décadas atrás, promoveram a mais sangrenta rebelião que a cidade de Manaus já suportou, com centenas de vítimas inocentes, destruição da fazenda particular causada pelo bombardeio de Manaus no dia 8 de outubro de 1910.

A atuação política de Eduardo Ribeiro pode não haver tido beneplácito dos que o cercavam, daí as traições costumeiras, mas a orientação administrativa foi modelar. Não se poderia exigir de um quatriênio e de mais alguns meses maior rentabilidade em termos de expansão construtiva. Isso é que sabidamente incomodava a muitos. Ele possuía a febre da criação, seguia contaminado do vírus da capacidade construtiva. Mais que nenhum outro chefe de Estado, seu tempo de governo foi dedicado ao trabalho de dotar a cidade de melhoramentos e de comodidades. Já fizemos valer essa notória capacidade de trabalho, essa energia contaminadora, que o levava a estabelecer linha de navegação para o Maranhão, a mandar vir colonos e operários maranhenses, pois as obras novas exigiam mão-de-obra especializada, adjutórios extras, tantas as disponibilidades chamarizes do braço trabalhador, tantas as escavações, as paredes, os tetos, as valas, os aterros, as pontes, os desmontes, aqui, acolá. Em seu governo, a migração foi a mais bem-dirigida, a mais bem-condicionada às circunstâncias, sem indisciplina, elevada ao ponto da dignidade transumântica elegida.

Não foi aquele êxodo motivado pela geografia das calamidades que atirou na Amazônia uma chusma de cegos, aleijados, famintos, retirados apressadamente das prisões e mandados povoar uma terra que se encarregou da seleção natural, eliminando os fracos e enriquecendo os fortes, porque houve igualmente centenas de privilegiados, de honestos trabalhadores. Para acolher toda aquela mesnada o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro estabeleceu três colônias distantes de Manaus: uma em Paricatuba, à margem direita do rio Negro, outra no Umirizal e a terceira ao longo da estrada então conhecida por de Epaminondas. A princípio, aquela gente vinha para a lavoura. Seria uma época de prosperidade econômica, à outra luz, não fosse a imperdoável mania dos administradores de modificar a seu talante a política encaminhada pelo antecessor[38]. A colônia de João Alfredo, que veio a ser a de Campos Sales, possuía todas as condições para manter a população de Manaus sem necessidade de importar enlatados, de recorrer às fontes de produção escassa do Careiro, dos Autazes, da colônia de Santa Maria do Janauacá, fundada por Eduardo Ribeiro (*Diário Oficial*, 17 de janeiro de 1896) e logo mais homologada a Lei nº 148, de 31 de maio do mesmo ano, que contrata linha de navegação para aquela localidade. Não seria apenas esta a preocupação do administrador para com os colonos. Antes já fora publicada a lei subvencionadora da linha de navegação a vapor para os lagos Autazes, onde frutificava uma excelente colônia (hoje é município) dedicada ao pastoreio e à agricultura. É ainda a região do leite e dos bons queijos e

38 Lei nº 51 de 23 de dezembro de 1893.

42

42

PROJECTO

DO EDIFICIO DESTINADO AO CONGRESSO

ADMINISTRAÇÃO DO EXmo Snr

Dr. Silverio José Nery

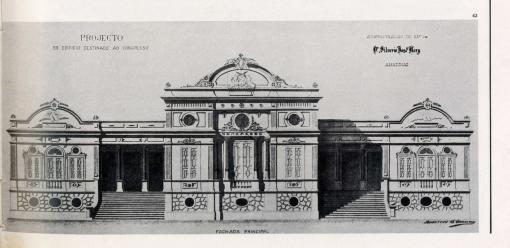
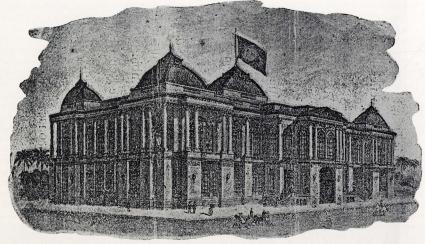
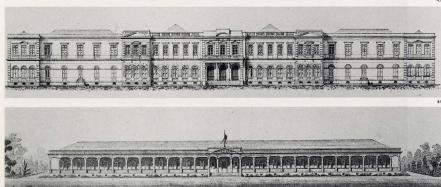
AMAZONAS

CONGRESSO

FACHADA PRINCIPAL

43

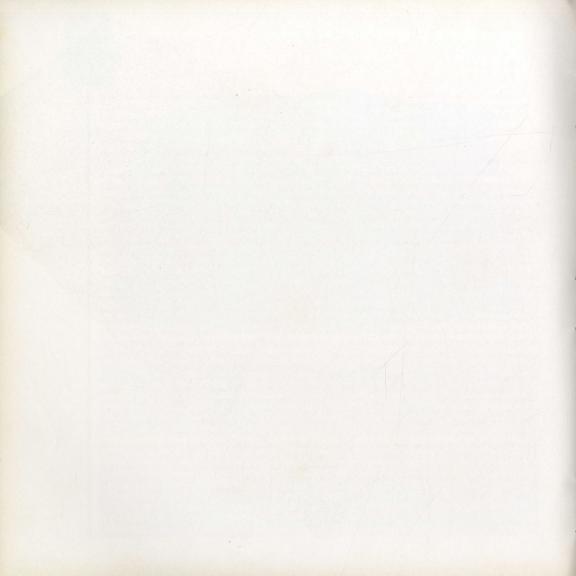
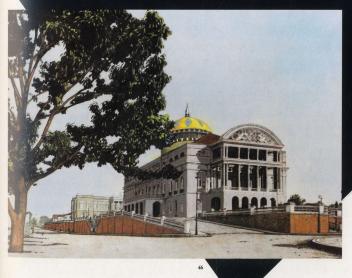
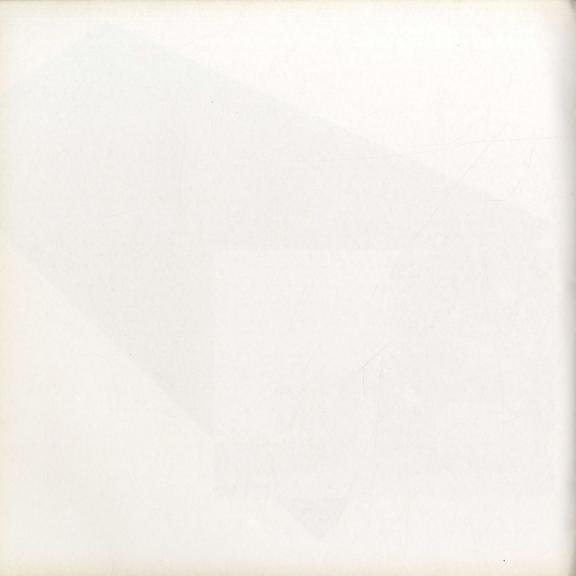
44

45

manteiga. Mas na colônia do lago Janauacá ele providenciou o estabelecimento de engenhos de moer cana, engenhos que viveram até o advento da revolução de outubro de 1930 (e até mais tarde), quando o caudilho Getúlio Vargas mandou acabar com os engenhos produtores de álcool, cachaça e açúcar mascavo, a fim de proteger-se o Nordeste e São Paulo! Política nociva de boicote da economia de um Estado pobre.

O que é bom ressaltar nas idéias de expansão econômica lateral ao produto-rei (borracha) eram as soluções administrativas. Por exemplo, a Lei n.º 120, de 1º de maio de 1895, autoriza o Poder Executivo a introduzir no Estado famílias de imigrantes naturais das Antilhas, ilhas Baleares, Canárias, Açores, Espanha e Japão, dando-se preferência "àqueles que forem chamados por parentes já estabelecidos no Estado". E outras sábias providências. Para essas famílias constituídas havia passagem gratuita e locação na Hospedaria de Imigrantes, um vasto prédio situado no aprazível recanto de Paricatuba, perto da capital, prédio que mais tarde seria convertido em lazareto e penitenciária. Imagine-se a razão pela qual utilizo a referência às obras de Eduardo Ribeiro pelo binômio "Terra-Homem" e não pela comum e cediça tarefa de reconstrução da cidade.

O que acredito seja mais importante na obra do administrador consciente foi a inclinação para o elemento humano desamparado, uma vocação protecionista que declina muito bem sua negritude, pois, além dos branquióides europeus e insulares, não esqueceu as gentes de cor das Antilhas, como não esqueceria as do Maranhão. Os barbadianos, cubanos, haitianos, tanto quanto açorianos e ilhéus do Mediterrâneo europeu e árabe não foram em pequeno número solicitados. A colonização dirigida com prudência reservava aos casados com filhos menores uma parcela de consideração, pois além dos destinados à lavoura, que recebiam seu chão de graça, permitia-se que os operários de qualquer ofício ficassem por decisão própria onde melhor lhes conviesse o trabalho remunerado. Antes dessa disposição legal, as migrações desordenadas, sacudidas pelo interesse particular nos rios produtores de goma elástica, não se apoiavam em regulamentação proficiente.

A abertura do mundo amazônico para esse tipo de transumância encontrava no administrador um compromisso de honra, e pode ler-se nas coleções de leis outras providências para o estabelecimento de linhas de navegação a vapor para Maués, Purus, Rio Negro, e para o estrangeiro e portos nacionais. Não se cuide numa elementar e exclusiva inclinação para o majestoso, o monumental fixado em termos de arquitetura apenas. Havia igualmente o monumental em obras destinadas a fixar o homem na terra, a dar-lhe trabalho condigno, a fazer a terra explodir em fartura de cereais e tubérculos, pomares e quintais. Uma contrapartida à fácil tradição do extrativismo, que a alguns parecia a galinha dos ovos de ouro mas a outros mais prudentes não convencia, chegava até a causar medo pânico. Seriam necessárias muitas páginas para transcrevermos os documentos referentes a essa atividade, até os regulamentos das leis de terras que os administradores modernos nem conhecem nem fazem questão de conhecer, embora muitos se intitulem arrogantemente "amigos do trabalhador rural", "intérpretes da necessidade pública" e outros arrancos demagógicos. Em Eduardo Gonçalves Ribeiro não havia promessas, havia o sentido lúcido e atual da implantação dos serviços utilitários. Até suas mensagens são esquisitamente breves e pouco volumosas em comparação com as mensagens campanudas dos sucessores até nossos dias. Este é, a par da documentação escrita, o pano de amostra da fotografia nítida, graúda, convincente.

Antes do apenas moderno

A renovação da política de governo começa realmente com a administração do tenente Augusto Ximeno de Villeroy, que, sendo uma figura ignorada ainda dos amazonenses e praticamente ignorando a terra e seus homens, necessitava de arrimo, de um conselheiro sério e experimentado. Valeu-se do colega de farda, dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, e parece-nos a nós que todos os atos do novel governador republicano trazem o influxo dinâmico do seu secretário, que era igualmente o responsável pela pasta das obras públicas. E, sendo assim, o primeiro decreto que vai atingir a questão da colonização é o Ato n.º 6, de 11 de janeiro de 1890, que modifica em parte a orientação provincial do serviço. É criada a Inspetoria Geral das Colônias, cargo exercido por um engenheiro auxiliado por ajudante. Cada colônia seria administrada por um diretor imediatamente subordinado ao Inspetor Geral. Além do mais, cada colônia seria servida por um médico e ambulância necessária. Era já uma reforma em profundidade. Em seguida, o Decreto n.º 9, de 11 de janeiro do mesmo ano, dava "instruções provisórias" à Inspetoria Geral das Colônias enquanto não fosse baixado o Regulamento. A partir do mês de novembro de 1890, a responsabilidade dos atos governamentais cabe inteira ao dr. Eduardo Ribeiro, com o afastamento do tenente Ximeno de Villeroy. Podemos dizer que começam a aparecer certas medidas muito avançadas para a época, como a instalação de telefones urbanos, concessão feita ao cidadão Joaquim Caribé Rocha, por espaço de 25 anos. Posto que essa concessão não houvesse frutificado, ela chanta o primeiro marco nas atividades do excelente administrador[39]. E, em seguida, aplica o grande golpe político que foi a promulgação da Constituição de 1891, que o Decreto n.º 86, de 13 de março, asila. Para consolidar o feito, o Decreto n.º 87, de 13 do mesmo mês e ano, declara feriado o grande dia!

Continuemos a discretear sobre os atos referentes ao problema do tráfego fluvial, problema que era, como o das estradas carroçáveis, de exigente prioridade e a que Eduardo Ribeiro deu invulgar atenção, continuando a aspiração dos governos anteriores da Província. A Lei n.º 8, de 21 de setembro de 1892, concede passagens de terceira classe a artistas nacionais ou estrangeiros que desejarem fixar residência em Manaus. Davam-se-lhes dois mil réis para o sustento no primeiro mês, se não obtivessem logo trabalho. Artistas no sentido de operários especializados. Muitos vieram e ficaram. A Lei n.º 11, de 30 de setembro de 1892, aprovava o tratado de navegação do rio Javari (Lei de 10 de outubro de 1891). A de número 15, de 5 de outubro de 1892, eleva para três contos de réis a subvenção estabelecida no artigo 3.º da Lei n.º 16, de 11 de setembro de 1891. A de número 21, de 15 de outubro de 1892, autoriza o governador a chamar concorrentes ao estabelecimento da linha de navegação a vapor de Manaus a Caapiranga no rio Autás, com a subvenção de quinze contos de réis para os quatro primeiros anos e dez para os três últimos. A de número 22, de 16 de outubro de 1892, autoriza o governo a contratar linha de navegação a vapor entre os portos de Manaus e rio Aripuanã e outros afluentes do rio Madeira, com a subvenção anual de doze contos de réis. A 7 de agosto de 1893 é publicada a Lei n.º 38 que subvenciona a Companhia

39

Com o Decreto n.º 6, de 9 de novembro de 1891, o dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo homologou o decreto anterior e ampliou-o. A sede iria ser no triângulo formado pelas ruas hoje do dr. José Paranaguá, de Marcílio Dias e avenida Sete de Setembro, praça denominada imbecilmente de Roosevelt. Com a fundação da Universidade Livre de Manaus, a Escola Agronômica foi inaugurada no dia 29 de abril de 1912, com a denominação oficial de Escola Média de Agricultura, mais tarde Escola Agronômica de Manaus.

Frigorífica Pastoril Brasileira com três contos e quinhentos mil-réis mensais, com direito o governo a duas passagens gratuitas a ré e seis na proa, durante cinco anos. Essa companhia transportava carnes congeladas e prensadas, alimentos de vários tipos e bebidas alcoólicas. Supria vantajosamente o mercado consumidor de Manaus, pois a agricultura era de todo modo insuficiente, apesar das colônias próximas. Um governador posteriormente alegava que os terrenos dessas colônias eram impróprios para a agricultura, mas o propósito de desfazer-se delas está mais do que evidente, pois o fator edáfico nunca obstou o cultivo de árvores frutíferas nem de cereais e legumes nos arrabaldes de Manaus, precisamente ali onde outrora foram as grandes plantações de anil, café[40].

A par dessa preocupação do abastecimento de Manaus, o governador dr. Eduardo Ribeiro não se descuidou do acostamento para navios de grandes tonelagens, os quais, por imperativos técnicos, ficavam ancorados no quadro da baía do rio Negro. Mandou construir trapiches em Manaus, Itaquatiara e Parintins, trapiches de madeira, sólidos, para navios fluviais de cabotagem, e dotar os portos do rio Branco de alvarengas de ferro, muito antes que a companhia Manaus Harbour o fizesse em Manaus (Lei nº 42, de 26 de agosto de 1893).

Uma linha de navegação a vapor entre Manaus e o Ceará, com a subvenção anual de cinqüenta contos de réis, é o que pretendia a Lei nº 46, de 30 de agosto de 1893. O Estado teria a vantagem de três passagens a ré, dez de proa e mais cinco toneladas de carga, gratuitamente. Essa medida prometida na Lei e em outras de igual teor era visando a um novo interesse migratório sem fumaradas de propaganda. Navegação a vapor mista entre Manaus e São Joaquim do Rio Branco: Lei nº 50, de 19 de setembro de 1893, exigindo-se as tais alvarengas referidas acima (de ferro e não as persingangas de madeira que eram comuns) para transporte de gado-em-pé. O contratante teria ainda de construir uma estrada de ferro através dos campos gerais do Rio Branco (Caracaraí), pelos quais receberia a subvenção anual de cem contos de réis.

Alhures fizemos referências a esses projetos de estrada de ferro, uma contaminação que incompatibilizou indivíduos e acabou em distúrbio de quartel. Não que a montagem de uma via férrea fosse discrepante para a região, não era, mas sentia-se que o projeto acalentado muitas vezes não possuía uma infra-estrutura moral suficiente a sustentá-la. O projeto era viável, mas os que a ele aderiam como caramujo em casco de navio eram imponderáveis. Imagine-se que no *Diário Oficial* do Estado, edição de 26 de fevereiro de 1896, há uma notícia da inauguração da estrada de ferro! Quer dizer que cerca de três anos depois inaugurava-se o que não existia, o que estava apenas na estaca zero! A Lei nº 56, de 30 de setembro de 1893, mandava contratar uma linha de navegação a vapor para Maués e rios Aripuanã e Manicoré, com subvenção anual de quarenta e oito contos de réis e viagens mensais aos portos (barrancos) dos lugares Maués, Canumã, Borba, aldeia do rio Autás, foz do rio Aripuanã, Capintuba, Prainha, Areal, Cantão, Manicoré, nos meses de janeiro a junho; e São José do Amatari, Itaquatiara, Silves, Urucará, Parintins, Barreirinha, Maçanari e Maués nos meses de julho a dezembro.

Uma preocupação muito cabal essa de aproximar as riquezas naturais dos rios distantes que lutavam contra a nulidade de expansão econômica. Não há que duvidar: as medidas tomadas por nossos deputados eram ótimas e oportunas e, sancionadas pelo governador dr. Eduardo Ribeiro, faziam jus àquele conceito de mutirão para o engrandecimento da terra.

40
Mário Ypiranga Monteiro, ***Fundação de Manaus.***

A Lei nº 58, de 6 de outubro de 1893, autorizava o contrato de linha de navegação a vapor entre Manaus e Caiçara (Tefé, rio Solimões) com a subvenção de trinta e seis contos de réis anuais. Em 1894 é publicada a Lei nº 64, de 13 de agosto, que advoga a favor dos produtos naturais e artísticos, uma espécie de antecipação das instituições de amostras de artesanato popular com matéria-prima local. Esses produtos naturais já vinham negociados de longa data, como *souvenirs*, pela cabocada inteligente, nos navios a vapor que começaram a circular pelos cafundós do Judas. Mas realmente nunca tiveram apoio legal, era um escambo de iniciativa própria. O interesse do governo pela agricultura e suas áreas mais aproximadas levou o dr. Eduardo Ribeiro a sancionar (e talvez fosse sua a idéia) a Lei nº 69, de 24 de agosto de 1894, que mandava anexar ao Ginásio Amazonense o curso de Agrimensura. Esse curso funcionou realmente e deve de haver sido muito útil à juventude que necessitava deslocar-se para fora de Manaus. O sentido de sua criação e instalação não pode deixar de ser óbvio e atual: o governo passara a distribuir terras aos migrantes ou a quem as desejasse (durante a vez da Comarca e da Província, as célebres cartas de datas concediam "braças de chões" aos impetrantes, para edificação e cultivo, mas agora nomeavam-se metros e até quilômetros).

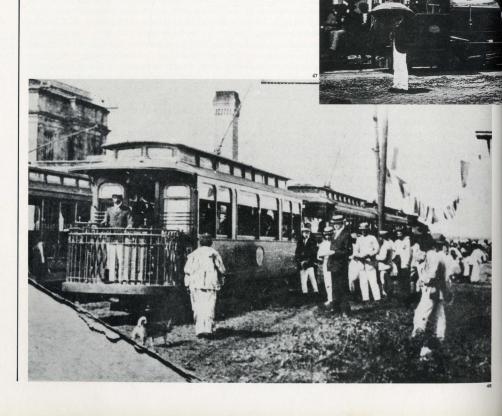
Já a Lei nº 68, de 23 de agosto de 1896, autorizava o Poder Executivo a contratar linha de navegação a vapor entre o porto de Manaus e o do Ceará, pelo tempo de oito anos, com a subvenção anual de dez contos de réis. A Lei nº 93, de 6 de outubro do mesmo ano, autorizava o governador a contratar linha de navegação a vapor, mensal, entre Manaus e portos do Mediterrâneo, com escalas obrigatórias em Gênova (partida), Marselha, Barcelona, Vigo, Açores, Parintins, Itaquatiara, com a subvenção anual de duzentos e quarenta contos de réis, com a duração de dez anos. Esta lei é uma revisão da anterior 117 de 27 de abril de 1895, modificada no artigo 1º, que omitiu o porto de Belém do Pará. Sem dúvida foi essa uma das mais brilhantes concessões no gênero, que possibilitou a vinda para a Amazônia de centenas de migrantes italianos, franceses, espanhóis, açorianos. Os navios mais modernos da época, com gelo a bordo, foram colocados naquela linha, os famosos "piroscafos", de que damos aqui uma idéia com os belos navios "Re Uberto" e "Rio Amazonas".

A Lei nº 101, de 15 de outubro de 1894, mandava o governo contratar duas linhas de navegação a vapor entre os portos de Manaus e Maués, com a subvenção anual de quarenta e oito contos de réis. A de número 127, de 4 de setembro de 1895, autorizava o Poder Executivo a contratar com I. C. Veloso & Cia., ou empresa por ele organizada, diversas linhas de navegação a vapor entre Manaus e a boca dos rios Gregório, Juruá, Jutaí, Maués, mediante oito contos de subvenção cada viagem e outra entre Manaus e o rio Japurá, com subvenção de quatro contos de réis por viagem, especificando que os navios teriam capacidade mínima de cento e vinte toneladas. Contrato de seis anos. A Lei nº 141, de 12 de maio de 1896, autorizava o governador a contratar linha de navegação a vapor para o rio Purus com os armadores A. Berneaud & Cia., até Cachoeira, com subvenção anual nunca superior a cento e vinte contos de réis e nunca menos de cinco anos de prazo.

Vamos alcançando o término do mandato do governador dr. Eduardo Ribeiro e somente mais duas concessões desse tipo são sancionadas por ele: a

47

48

49

Lei nº 148, de 31 de maio de 1896, autoriza o governo a contratar linha de navegação a vapor para o Janauacá, com Ribeiro Gameiro & Cia., ou quem mais vantagens oferecesse, entre Manaus e Janauacá (lago), com a subvenção anual de trinta e seis contos de réis ou três contos mensais. E, por último, a Lei nº 149, de 2 de junho de 1896, autoriza o governo a modificar o contrato com a Companhia de Navegação do Maranhão. Estas e outras leis amparadoras do comércio e da colonização do Amazonas especialmente não são levadas em consideração quando se nomeiam as obras marcantes de Eduardo Ribeiro, pois ninguém põe em dúvida o fato de que muitas dessas iniciativas foram de sua lavra. Ele enxergava longe a necessidade de oferecer ao produtor e ao comerciante exportador condições mais avançadas e rápidas como seriam no caso presente as linhas de navegação a vapor.

Como deixamos dito alhures, não seria essa uma inovação do seu governo, pois que durante o período provincial já os nossos deputados sabiam lidar com o problema, quer estabelecendo linhas de navegação a vapor, quer premiando os agricultores. Mas com o dr. Eduardo Ribeiro o surto de progresso advindo com o funcionamento da máquina fluvial e marítima não só a colonização assumiu aspecto exponencial como as lideranças comercistas do interior e da capital adquiriram maior confiança e poder de investimentos na terra. Não seria despropositado citar aqui uma de suas idéias magníficas para salientar sua esperança no futuro da agricultura. Embora já houvéssemos tocado de leve no assunto, e não seja exatamente aqui o lugar apropriado para fazê-lo, releva lembrar que muita gente, quando destaca o problema educacional no Amazonas, esquece-se de que houve, antes da criação em 1904 e instalação em 1909 da primeira Universidade brasileira em Manaus, um embrião dessa fuga para o curso superior reconhecido, o que vem destacar o papel da sociedade amazonense na prioridade da emancipação universitária.

Naquele então, o saudável Ministério da Educação (aliás todos os ministérios vigentes e posteriores) não andava implicando com as avançadas idéias partidas do Amazonas, como aconteceria com a nossa Universidade Livre referida. O fato é que essa idéia providencial serviu para mais tarde acionar as molas da formação estrutural da nossa Universidade, que incluía também uma Faculdade de Agronomia funcionando até a década de 50, cuja sede ficava na rua de Luís Antony, à praça do General Osório. Sendo o dr. Eduardo Ribeiro engenheiro, não lhe faltariam os instrumentos materiais de sua especialidade. No inventário dos seus bens, página sessenta e cinco, aparece uma modesta relação de aparelhos técnicos: um estojo com cem bússolas, um sextante, uma caixa com aparelhos geodésicos, três tripeças, oito estacas de mira, uma caixa de flandres com papéis, plantas e objetos de engenharia, um estojo pequeno para desenho, um trânsito e mais caixas com jornais e papéis etc.

Mais ou menos figurada essa disposição para o trabalho de implantação do homem na terra e da terra capacitada a produzir para sustento de todos, passamos a outro setor de sua atividade realizadora, um outro motivo para que fossem gastos numerários vultosos e nem sempre bem-aplicados ou aplicados sem sucesso. Referimo-nos ao problema da comunicação terrestre, ou seja, àquele problema que vinha preocupando o homem desde muito antes: a descida do gado das fazendas do Rio Branco para abastecimento da capital. Na gestão do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro o primeiro ato referente à estrada de rodagem é a Lei nº 16, de 8 de outubro de 1892, que autoriza o "governador do Estado a mandar chamar concorrentes para a execução

da exploração de uma estrada de Manaus à vila da Boa Vista do Rio Branco". Nessa lei se exige que a picada da exploração tenha pelo menos cinco metros de largura. O que nos parece interessante é a preocupação pelo resguardo da árvore majestosa, dando-se preferência, no artigo 3º, para o corte de "todas as árvores, cujos troncos forem inferiores a cinqüenta centímetros". Deveria ser estabelecida concorrência pública na base de dez quilômetros de trecho preparado, cujo pagamento ocorreria após a sanção do engenheiro fiscal. No artigo 5º diz-se que, não ocorrendo concorrentes, far-se-ia o trabalho por administração. Foi essa estrada que mais dor de cabeça deu ao governo e entrou pelos anos sem solução, apesar de que a cada gestão se falasse dela como problema equacionado. Foi seguramente a maior bandalheira em que se despejaram milhões, parecendo só perder para as obras contra as secas do Nordeste, ou para a célebre estrada do Telégrafo, que, partindo misteriosamente de Manaus e internando-se pela mata bruta, dizia-se ir terminar próximo ao paraná do Boto, em Parintins[41].

Mas a grande novidade — que de novidade só havia o mérito de parecer destinada à realidade — foi a Lei nº 124, de 26 de agosto de 1895, que autorizava o governo do Estado à construção de uma via férrea suburbana de bitola estreita e por tração a vapor. Esta não ficou no papel, transformou-se em realidade usufrutária, pois os moradores dos subúrbios só possuíam as vias aquáticas para deslocar-se ou o lombo do cavalo, do jegue e do boi. A magnífica idéia de dotar-se a cidade e o subúrbio principal de via férrea não era, como se disse alhures, nenhuma novidade para os manauaras. Em 1879, na sessão extraordinária da Câmara Municipal, do dia 24 de maio, o vereador dr. Aprígio Martins de Meneses (tem nome de rua) apresentou a proposta para a vulgarização dos *trolleys*, "que são atualmente reconhecidos como o meio de viação mais apropriado nos terrenos acidentados como os desta cidade". A proposta, que autorizava adquiri-los no Rio de Janeiro ou São Paulo, "onde tal melhoramento está em larga escala introduzido", foi aprovada mas não se tomou deliberação para pô-la em prática. Por isso, em 1880, voltou à Câmara Municipal de Manaus, na sessão do dia 18 de junho. A despesa com a compra seria de um conto e quinhentos mil-réis e a via ligaria a cidade à colônia de Maracaju, com duas viagens por dia. Ainda assim não foi cumprido o projeto porque, em 1882, o cidadão Bernardo Antônio de Oliveira Braga solicitava à Câmara concessão para assentamento de trilhos em ruas, praças e estradas de Manaus, por dez anos. Transportaria cargas e passageiros. Concedido, não foi realizado o projeto. Foi na sessão da Câmara Municipal dos dias 6 e 11 de setembro.

Depois dessa entusiástica promoção, só a Lei nº 124, de 26 de agosto de 1895, autorizou a "construção de uma via férrea suburbana de bitola estreita e por tração a vapor", pelo Congresso Amazonense, projeto que Eduardo Gonçalves Ribeiro pôs logo em execução. Foi esse sem dúvida alguma o melhor presente que o povo recebeu em termos de transporte citadino-suburbano à época, depois da instalação dos bondes elétricos. Digo assim pelo fato de haver sido recebida a novidade com euforia rara a que não faltou a crismá-la a verve popular. Foi logo denominada "maxambomba" e para ela e sobre ela se fizeram cantigas e versos alusivos. A lei referida diz:

Eduardo Gonçalves Ribeiro, Bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas, Capitão do Estado-Maior de 1.ª classe e Governador do Estado do Amazonas etc. etc.

41 **Essa linha telegráfica terrestre só foi inaugurada com aparato no dia 9 de julho de 1901, no governo do sr. Silvério José Nery. Muitas coisas deixaram de sê-lo por quem as havia elaborado.**

Faço saber a todos os seus habitantes que o Congresso dos Representantes do Estado do Amazonas decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Artigo 1.º — O Poder Executivo do Estado fica autorizado a conceder ao engenheiro civil Frank Hirst Hebblethwaite, ou à empresa ou companhia que este organizar, ou quem mais vantagens oferecer, a construção de uma via férrea suburbana de bitola estreita e por tração a vapor com uma ou mais linhas, partindo do perímetro urbano para os bairros da Cachoeira Grande e Pequena, circulando a cidade, prolongando-se pelas terras da extinta colônia "João Alfredo" e dando derivação a outros ramais de reconhecida necessidade pelo Governo do Estado, sem prejuízo da viação urbana do bonde.

Artigo 2.º — O concessionário abrirá o tráfego de vinte quilômetros de via férrea no prazo de dez meses, sendo dez nos seis primeiros meses e os outros dez nos quatro restantes e estabelecerá as estações e oficinas em lugares determinados, de acordo com o Governo, e submeterá à aprovação prévia deste o plano e planta da estrada e seus ramais.

Artigo 3.º — Ao concessionário serão garantidos por trinta anos o livre e exclusivo gozo da via férrea e favores da zona por ela beneficiada, e, por igual prazo de tempo, 7% de juros sobre o capital empregado na construção das linhas, oficinas, dependências e trem rodante até o valor de 2.000:000$000 réis.

Artigo 4.º — O Governo do Estado venderá, nos termos da lei em vigor, ou permutará os terrenos do Estado com os do concessionário ou seus prepostos para estações, oficinas e outras dependências da via férrea e cederá para os mesmos fins ao concessionário o direito de desapropriar os terrenos particulares, segundo a lei federal.

Artigo 5.º — No caso de prolongamento das linhas de que trata a presente lei, serão garantidos ao concessionário, sem prejuízos de terceiros e direitos adquiridos, todos os favores especificados no art. 4.º, precedendo, porém, nova concessão legislativa.

Artigo 6.º — Findo o prazo da concessão, todo o material fixo e rodante reverterá ao Estado sem mais ônus.

Artigo 7.º — O Governo, na confecção do contrato com o concessionário, firmará as demais condições, garantindo os interesses do Estado.

Artigo 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumpri-la fielmente.

O Secretário de Estado a mande imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 26 de agosto de 1895, 7.º da República.
Eduardo Gonçalves Ribeiro

Publicada a presente lei nesta Secretaria do Governo do Estado do Amazonas, aos vinte e seis dias do mês de agosto de mil oitocentos e noventa e cinco.
Pedro Freire.

Algumas idéias acalentadas pelo governador dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro e depois dele por outros administradores não seriam novas. Essa do estabelecimento de bondes na capital era antiga, implantada durante o regime monárquico. A Lei nº 811, de 30 de junho de 1889, assinada pelo presidente da Província, Joaquim de Oliveira Machado, autorizava a "contratar uma linha de bondes na capital". Só não explicava que tipo de tração, se animal ou a vapor ou elétrica. Entretanto a idéia vem de mais longe, de 1882, quando a Assembléia Provincial do Amazonas recebeu uma proposta dos comerciantes do Pará, Almeida & Fialho, "pedindo um privilégio para estabelecer um sistema completo de viação por meio de trilhos de ferro no perímetro urbano". Na sessão ordinária de 9 de maio de 1884, o deputado provincial Alípio Fleury apresenta projeto idêntico, justificado pela dificuldade de locomoção dos habitantes de Manaus e pelo progresso que os *tramways* elétricos estavam proporcionando aos países. Embora aprovada, a medida só seria realidade no advento da República. Em todo o caso, escapamos de ter aquela imagem pitoresca dos coletivos puxados a burros, como se verificam de ilustrações, do Rio de Janeiro e de Belém do Pará. Os bondes puxados por muares não tiveram aplicação em Manaus, pois deu-se preferência ao célebre locomóvel, uma locomotiva de tamanho médio (conforme foto original) dotada de composição do tipo *combine*, de madeira, importada de Chicago. De acordo com a planta publicada pelo dr. Miguel Ribas, a "maxambomba" fazia duas linhas, a número um e a dois, para os populosos bairros de Vila Municipal Operária-Cachoeira Grande e a então Zona de Demarcação e Limpeza (Cachoeirinha).

A bitola dessas linhas iria sofrer modificações quando se implantasse o serviço regular de bondes elétricos, que era igualmente uma preocupação dos nossos deputados provinciais, admitida pelos congressistas na jovem República, juntamente com a instalação da luz elétrica, em substituição ao gás Globo. Ora, só havia, para exemplo, em 1888, uma empresa de carros de luxo, de propriedade de Manuel Martins da Costa Serra, com sete veículos tirados por parelhas de cavalos. Com esse diminuto parque de transportes públicos não seria possível à população dos bairros afastados cerca de sete a quinze léguas transferir-se para a cidade e vice-versa sem ônus pesado. Aliás, esse sistema de transporte individual já vinha sendo proposto desde 1870.

A instituição do sistema de locomoção, de caráter coletivo, em Manaus, tem início realmente em 1896, oficialmente. O pitoresco é que os fundamentos para a realidade já existente no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e em São Paulo, em pequena escala, diziam respeito a uma bitola diversificada, larga e estreita, com vistas à futura implantação da linha de *trolleys* ou como veio a chamar-se depois — bondes. O contrato, muito extenso, assim se refere e o perfil dos trilhos poderia ser em forma de U. Nós outros ainda alcançamos esse tipo de bitola e o trilho cavado ou em forma de U. O pitoresco é que mais tarde os automóveis, a partir de 1900, utilizavam, por comodidade (o calçamento era de paralelepípedos de granito originários de Lisboa), a curva macia dos trilhos. Comecemos por um anúncio interessante, estampado no jornal *A Federação*, de 22 de outubro de 1898, que dizia haverem os moradores da estrada de Epaminondas apresentado queixa contra as "desconjuntadas locomotivas" do sr. Hebblethwaite (o concessionário) que não deixavam dormir. O jornal solicitava que as "infernais máquinas" andassem mais devagar.

A estrada de Epaminondas (avenida desde a gestão do prefeito Araújo Lima) era o que é hoje a duplicidade Constantino Nery-João Coelho, e o

locomóvel citado fazia a linha para o bairro de Cachoeira Grande, ou seja, a primeira linha. Esse tipo de locomoção, que viria à época resolver o problema agudo do transporte coletivo, para passageiros e carga, possuía sua estação primeira na rua que ele mesmo começaria a aterrar, ou seja, no igarapé do Espírito Santo, chamado antes dos Correios e da Alfândega, em vista da presença do prédio destinado às repartições federais. Existe uma notícia da inauguração do locomóvel no jornal *Amazonas* de 7 de setembro de 1893:

Inaugurou-se no dia 5 do corrente o serviço de aterro do igarapé da Alfândega de que é contratante o sr. capitão Antônio Teixeira de Sousa, sendo a terra necessária para esse trabalho conduzida por um locomóvel a vapor. Depois de lançada a bênção, pelo revmo. sr. cônego Luís Gonzaga de Oliveira, auxiliado pelo revmo. sr. cônego Coutinho, partiu a máquina para o seu destino e voltou, pouco depois, sem acidente algum.

Desse primeiro trabalho, as duas locomotivas passaram a tirar as composições destinadas aos usuários até que fosse instalado o serviço de bondes elétricos, cujo contrato antigo coincidia nos mesmos termos com o do locomóvel. Mas os acidentes não seriam de lamentar, talvez até servissem de motivo para muitas piadas, de que a verve popular anda sempre bem servida. Não seria por menos que um poeta escreveu e alguém musicou a seguinte cançoneta que foi muito conhecida naqueles idos: "*A maxambomba virou, / não foi culpa do vagão, / foi por causa da madame / com seu largo barracão*". São quatro estrofes alusivas aos enormes chapéus femininos usados naquela época e não propriamente à locomotiva.

Mas não durou muito tempo a experiência, pois o contrato, que previa a instalação dos bondes elétricos, passou a constituir realidade muito mais proveitosa e quiçá de âmbito mais amplo, resolvendo mesmo o problema do tráfego. Só não ajudava de um modo mais profícuo a questão da carga. Para isso ficou convencionada a adição de um bonde cargueiro, que já no meu tempo seria eliminado da circulação porque a profusão de carroças de condução, por tração animal, veio aliviar a população daquela dor de cabeça diária. Certamente que este último veículo não foi introduzido em Manaus em razão da instalação dos bondes: já havia carroças em Manaus desde 1870, pois nesta data já se sabe da existência de carros de pão, carros de luxo, carros para isso e aquilo, até para o transporte de excrementos animais. Mas as carroças tiradas a burro proliferaram tanto que se constituíram um pesadelo idêntico ao motivado pelos aguadeiros desaparecidos por força da implantação dos serviços de água encanada. Tanto que em 1917, numa pesquisa realizada no arquivo da Associação Comercial do Amazonas, encontrei uma nota sobre a greve levantada pelos carroceiros, que causaria sério transtorno ao comércio de Manaus e aos particulares que dependiam deles para serviços de transporte de bagagens e de carga dos subúrbios.

A instalação do serviço regular de bondes não pertence justo ao período governamental de Eduardo Ribeiro, embora ele haja contribuído para a inauguração efetuada no dia 1º de agosto de 1899. Mas, em 1894, já se lê um edital no *Diário Oficial* do Estado de 10 de outubro, chamando concorrentes. Pitoresco é que a seguir, em novembro daquele ano, dia 30, já eram enviadas as propostas ao governador. Tanto corria o progresso na região!

Entre as boas iniciativas propostas e/ou executadas pelo capitão dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, figura cimeiramente o cuidado pela Educação. Não se pode deixar de convir que aos governos anteriores esse cuidado fosse relegado, isso não, a prova é que já haviam sido instalados o Seminário Episcopal, o Instituto de Educandos Artífices, o Museu Botânico do Amazonas, o Liceu Provincial e Escola Normal, além de que abundavam as sociedades de interesse cultural, incluso uma Academia de Belas Artes. Tudo isso, porém, ainda não era o verdadeiro programa educativo, que deveria começar pelo primário e secundário. Se é verdade que a educação e a instrução não foram desassistidas nos governos provinciais, é também verdade que as sedes escolares em todo o Estado e principalmente na capital deixavam a desejar pela carência de instalações adequadas e de professores credenciados. Depois daqueles célebres "professores régios" que, suntuariamente no período colonial, rareavam na região, ficando a cargo dos jesuítas a educação primária, a Província começa a dilatar o esquema de educação e instrução do povo. Seu primeiro presidente, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, é também o pioneiro na outorga de um plano eficiente de educação, publicado quando de sua ocupação presidencial.

Mas antes da República os governos provinciais ajudavam os jovens com mesadas para estudos na Europa e não foram poucos os que se beneficiaram com isso. A República entretanto estava mais aquinhoada com os modelos europeus, principalmente franceses e alemães, e poderia deixar-se emancipar da tradicional Coimbra. Pelo menos é o que surge de novo na iniciativa dos governos republicanos, sem que isso nos leve a perdoar o republicanismo pelos erros cometidos contra o monarquismo, isto é, contra as iniciativas tomadas durante a Província, como o fechamento do Museu Botânico do Amazonas e a extinção da Academia de Belas Artes. Talvez com isso pretendesse o governo dar uma satisfação "política" ao novo regime, o que nos parece discordante e até certo ponto perigoso. Em todo o caso, outros benefícios, como o hospício para alienados e o dedicado às moças órfãs (este um produto da Província), tiveram nele, Eduardo Ribeiro, e ainda em homenagem à jovem República, piedoso acolhimento. Mas esse "piedoso" acolhimento não possui uma virtual compensação senão da parte do mérito positivista, pois eliminou o conceito religião para adotar o conceito racionalismo. O que havia de substrato cristão na educação colonial-provincial foi varrido quase ostensivamente pela novel República. Entende-se que estamos raciocinando em termos de cristianismo experimental e não em obediência a um esquema filosófico-teológico. O espírito de humanidade não foi obstado nem recolhido; ao contrário, tornou-se mais humanizado na forma de benefícios diretos, porém a religião catecismática foi relegada aos ambientes nitidamente religiosos, do tipo igrejas, asilos, onde pontificavam irmãs de caridade contratadas.

A fim de sustentar esses princípios racionalistas, o governador dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro deu nova orientação ao ensino público, porém fez melhor do que haviam realizado seus antecessores: mandou construir escolas apropriadas, amplas, ventiladas, com terrenos adjacentes para o recreio das crianças. Escolas que começaram por obedecer a um estilo arquitetônico unificado, com frontaria simpática e uma figuração em relevo; um livro aberto a que se apoiava uma pena, o *calamus* de ave. Mais tarde, esse estilo seria refugado pelos inovadores, mas isso não oferece motivo para críticas, uma vez que foi ensaiado um novo estilo mais inclinado para o colonial, com teorias de lambrequins, escadarias de pedra liós de Lisboa, grades e portões trabalhados,

51

53

50

52

54

de importação inglesa, conforme ilustrações. Por isso, a Lei n.º 24, de 22 de outubro de 1892, autorizava o governador do Estado a reformar a Instrução Pública. Mas reformar para melhor. A lei seguinte, número 55, de 28 de setembro de 1893, autoriza o governador a "restabelecer e transferir escolas do ensino primário em diversas localidades do Estado", quer dizer: em resumo, criar uma escola de ensino misto primário na povoação de Uariri, rio Solimões; boca do rio Aripuanã; São José do Amatari; Esperança no rio Javari; e outra na foz do rio Apucuitaua (município de Maués). Restabeleceu as escolas de Moreira no rio Negro, e mista de Badajós (lago); transferida a do quarto distrito policial de Quari para o lugar de Torocai e do quarteirão de Pariatuba, município de Manaus, para o lugar denominado Santo Antônio, no mesmo quarteirão. Nesse mesmo ato declarou receber o professor titulado pela Escola Normal os vencimentos de terceira entrância em qualquer cadeira em que estiver sediado. A Lei n.º 48, de 2 de setembro de 1893, aumentou os vencimentos dos professores do ensino primário, equiparando às entrâncias das cidades e vilas.

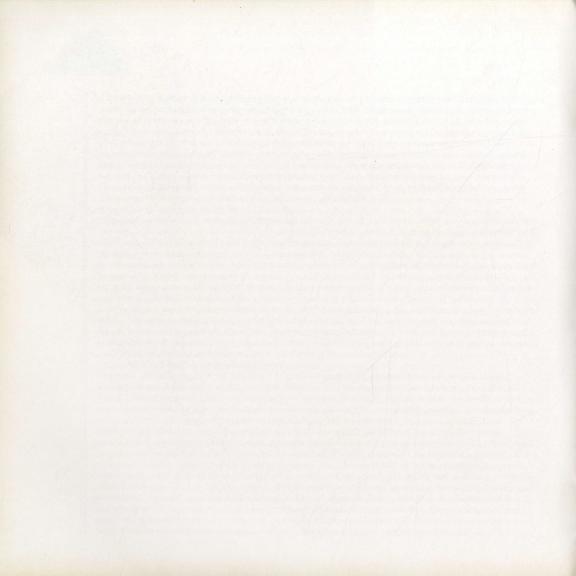
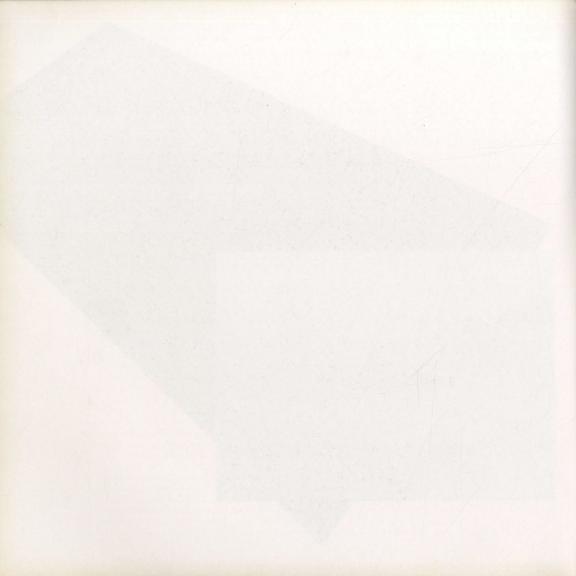
Essa preocupação com o ensino estadual não ficava somente em transferir, por comodidade, escolas de um lugar para outro, atendendo muitas vezes a conveniências particulares (não no caso), mas estendia benefícios a escolas de primeiras letras particulares, colégios orientados por processos avançados imitados da Europa. Verdade que muitos dos colégios existentes já foram instalados no tempo da Província, mas o governo ajudava financeiramente, isto é, subvencionava-os e, ainda mais, custeava estudos de moças e rapazes pobres, tanto em Manaus como no estrangeiro. Já se falou nisso antes, de passagem. Igualmente já fizemos referência àquele curso de Agrimensura, que a Lei n.º 69, de 24 de agosto de 1894, mandava criar e anexar ao currículo do Ginásio Amazonense e que funcionaria belamente como o primeiro e bem-inspirado anexo de caráter superior, pois os cidadãos formados gozavam dos "privilégios" dos agrimensores titulados pelas escolas militar e politécnica do Brasil. Seria naquele então uma grande aventura pelo ainda virgem caminho universitário, caminho que só seria realmente aberto em 1904, com a idealização da primeira Universidade brasileira em Manaus, universidade que só começaria a funcionar em 1909.

Já a Lei n.º 82, de 24 de setembro de 1894, autorizava o governador do Estado a restabelecer as escolas do sexo masculino de São Paulo de Olivença e Camará (município de Quari) e criar outras em Boa Esperança, paraná de Silves; Carauari, município do Rio Branco (hoje Roraima); uma em Urucurituba; outra em Tarumãmiri (Manaus); outra no Careiro (da boca do Cambixe para baixo); em Amaturá (São Paulo de Olivença); Terra Nova; paraná do Pantaleão, no rio Autá-açu (grafava-se certo, naquele tempo); uma no Aiapuá; uma na povoação "que fica à margem da Cachoeira Grande"; uma no Cacau Pirera (está grafado Pireira); outra no Jabará, foz do rio Japurá, município de Tefé; uma no Rosarinho, município de Borba; uma na povoação de Sacambu, no rio Solimões; e uma mista no lugar Campinas, segundo distrito de Manacapuru.
O parágrafo único dessa lei manda extinguir as escolas mistas das vilas de Silves, Urucará, Moura, São Gabriel e Antimari do rio Anumã, e em seu lugar criadas duas, uma para cada sexo. Não se pode dizer menos de um governo que instalava nos longínquos limites do território amazonense — Sacambu — uma escola para as crianças. O lago Sacambu (peruano) ainda é hoje deserto, uma imensidão de vazio.

A Lei n.º 85, de 1.º de outubro de 1894, autoriza o governo a mandar construir prédios para escolas e cadeias. Na impossibilidade de citarmos a

lei completa, resumimos, a fim de não prejudicar o volume deste trabalho: o artigo 1º autoriza o governo a mandar construir dois prédios em Canutama, sendo um para a cadeia e outro para escola; o mesmo nas vilas de Silves, Urucará, Barreirinha, e dois para a de Manicoré, despendendo-se a quantia de duzentos contos de réis cada um prédio. A Lei nº 86, de 1º de outubro de 1894, manda construir em Maués um prédio com capacidade para a instalação da coletoria com duas partes para escolas. Isso que se lê acima não conclui a prova de capacidade administrativa do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro. Será preciso indicar, logo aqui, que sua atenção estava voltada igualmente para certos problemas que estavam em analogia com a educação, como, por exemplo, o desentupimento dos canais em frente à cidade de Tefé e de Barreirinha, a aquisição de um quadro magnífico (óleo sobre tela) de Aurélio de Figueiredo, aposto no hall da Biblioteca Pública do Estado etc.

A Lei nº 122, de 16 de agosto de 1895, manda criar escolas mistas nos lugares Fortaleza, Beruri, Bom Lugar; rio Purus; Ressaca, Urucurituba; Janauacá, Terra Vermelha; uma no igarapé do Boto, em Parintins; duas em Manaus, uma no bairro da Cachoeira Grande e outra no bairro da Cachoeirinha; uma no Tabocal, uma em Urariquera, Rio Branco, lugar denominado Aparecida; e outra no rio Japurá, lugar Jabará. De outro governo não se tem notícia de haver dedicado tanta atenção pela instrução primária e secundária, pois que o Ginásio Amazonense só foi concluído em sua gestão. Além do mais, foi ele o criador de uma primeira escola para rapazes empregados do comércio ou que desejassem seguir naquela estrada. Monumentos como o da praça de São Sebastião, Tenreiro Aranha e outros que não chegaram a ser adquiridos — estátua a Floriano Peixoto — são inspirações do seu governo. A Lei nº 128, de 9 de setembro de 1895, manda reformar o regulamento do Ginásio Amazonense e Escola Normal "na parte que julgar conveniente". A Lei nº 130, de 30 de setembro de 1895, manda criar várias escolas no Estado do Amazonas: uma mista na povoação de Boa Vista, rio Negro; uma para o sexo masculino no lugar Lajes, próximo de Manaus; uma mista em Arapapá; e uma para o sexo feminino no bairro dos Remédios.

Após essas digressões pela seara da educação, ainda falta dizermos algo sobre o Instituto Benjamim Constant, elevado por Eduardo Ribeiro à dignidade de estabelecimento-padrão para moças órfãs. Esse magnífico instituto — que como o de Afonso Pena, em Paricatuba, para rapazes, compatibilizou o governo maçônico de Eduardo Ribeiro com a atmosfera religiosa de Manaus, tirando aos maliciosos a vontade de menosprezar a obra —, essa instituição valiosa, hoje transformada em unidade escolar de primeiro grau, foi uma inspiração provincial. Criou-a o erudito dr. Teodureto Carlos de Faria Souto com a denominação de Asilo Orfanológico Elisa Souto (homenagem à sua senhora), mas era, naquele então, um prédio acanhado da rua de Saldanha Marinho, ao lado do atual Colégio Salesiano. Eduardo Gonçalves Ribeiro adquiriu por compra o prédio do barão de São Leonardo, que constituía uma quinta ocupando todo o quarteirão entre atuais ruas de Ramos Ferreira-Leonardo Malcher e de Torquato Tapajós-Ferreira Pena. Seu ideário era construir em um espaço mais amplo o majestoso edifício do futuro Palácio do Governo, levantado realmente no local onde está o malconstruído Instituto de Educação, ex-Escola Normal. Ao mesmo tempo, Eduardo Ribeiro mandou construir a ala direita do referido prédio residencial do barão de São Leonardo, ampliá-lo, ajardiná-lo e dotá-lo convenientemente, passando-o à direção das irmãs de Santa Ana, o que prova não haver da parte dele nenhuma má vontade para com o catolicismo.

À sombra da palmeira que ainda há

Iremos agora considerar as obras maiores atacadas no governo de Eduardo Ribeiro em Manaus, pois sabemos que de obras menores foi bem contemplado o interior do Estado, do tipo pontes de madeira, cais de desembarque, estradas carroçáveis, como também em Manaus uma porção de pontes de madeira no bairro da Cachoeirinha haviam sido reconstruídas ou mandadas construir para favorecer a população.

Nesse assunto pontes, convém logo explicar que as mais bonitas e resistentes que temos atualmente são as que ele mandou construir na antiga rua Municipal, hoje avenida Sete de Setembro, e na estrada de Epaminondas, região do igarapé da Cachoeira Grande. As duas primeiras pontes romanas, em arco de pedra e gradis comuns localizadas nessa artéria, são denominadas Floriano Peixoto (primeira ponte), sobre o igarapé de Manaus; Marechal Deodoro (segunda, sobre o igarapé Bittencourt); ponte do Barroso, sobre o igarapé do Espírito Santo, começo, que a Sphan (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) um dia destruiu. A terceira ponte, também chamada de ponte metálica, é a de Benjamim Constant, mandada construir na Inglaterra, como também a chamada do Pensador, no seguimento da antiga estrada de Epaminondas. Além dessas, havia a ponte Itaquatiara sobre a região palustre do Aterro, terrível pantanal que o povo chamava, tapando o nariz, Pitiú. Igualmente a ponte de madeira denominada dos Ipixunas, na rua do mesmo nome, desaparecida.

Para dar um retoque de beleza à cidade eram precisos alguns trabalhos fundamentais, aterros e desaterros, nivelamentos, calçamentos à pedra tosca e a paralelepípedos de granito de Lisboa. As mensagens estão repletas de contratos para esses fins e daí Manaus passou a ter suas ruas, avenidas, praças e calçadas niveladas e pavimentadas com esmero. Não foi um trabalho executado sem sacrifício, pois sabemos pelos noticiários dos jornais que, após a governança de Eduardo Ribeiro, o fornecedor desses paralelepípedos, cidadão luso Manuel Florêncio, fora caloteado e morreu na miséria em Lisboa. Naturalmente que o dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro nada tem a ver com o caso, pois em sua administração os fornecedores foram pagos, havendo, como se viu antes, uma pequena falha nesse sistema de pagamento por parte dele, mas os compromissos aparecem transcritos em suas notas pessoais para serem pagos.

Também viajou pelas regiões mais próximas de Manaus e pelas cidades de Parintins, Itaquatiara, Maués e outras, a fim de consolidar sua candidatura a senador ou para verificar o andamento de certas obras tidas por necessárias e merecedoras de perfeição técnica, como ancoradouros de madeira, escolas, casas para delegacias de polícia, conforme já ficou salientado. Isso pouca gente sabe, realmente, e para essas viagens rápidas adquirira a lancha "Florinda", homenagem a sua velha "mãe" residente em São Luís do Maranhão. Mas Eduardo Ribeiro não foi eleito senador pelo Amazonas. Essa é uma história um pouco suja, em que o homem destinado a prosseguir seus métodos de apoio ao progresso do Amazonas de repente passa a terceiro plano, subjugado naquela

luta de interesses pelos politiqueiros contumazes. Eduardo Ribeiro volta a ser presidente do Congresso Amazonense, a fim de assistir a tremenda defasagem e a luta desenfreada pelo poder, luta que acabou com a eleição de seu adversário: a família Nery; aliás, o clã Nery formado pelos nomes Malcher, Ramalho, Antony, Nery e subalternos.

Deixamos para o final as melhores informações sobre o Teatro Amazonas. Gostaríamos de refrasear que a vocação do povo amazonense pelo teatro operístico não é uma alegre novidade no ano da inauguração do majestoso edifício. Também não seria uma extensão cultural do passado jesuítico, apesar de que nosso índio soubesse fazer pantomimas heróicas. O vício pelas gambiarras veio da Europa culta, pois o verdadeiro teatro — um teatro português autóctone ou traduzido do francês — não faria sentido numa capital sem teatro, isto é, sem instalações adequadas. Somente depois de 1850 é que o cidadão Casemiro do Prado levantou uma "arapuca" na região compreendida atualmente pela sede da Capitania dos Portos, teatrinho de madeira muito modesto. Depois alguns empresários afortunados levantaram o teatro de madeira, maior, denominado Éden Teatro, este a que alude o viajante Avé-Lallemant, em 1859[42]. Pois lá começou a representar-se, sem ambientação própria, o teatro europeu não-cantado. Mais tarde, a partir de 1870, apareceram as primeiras óperas líricas, que não sabemos informar se completas. Foi a imagem triste daquele teatro de madeira que levou o cidadão deputado provincial A. J. Fernandes Júnior a propor, em 1881, a construção de um teatro de alvenaria. O artigo primeiro do projeto e respectiva lei reza: "Fica o presidente da Província autorizado a despender no exercício de 1881 a 1882 a quantia de 60 contos com a construção de um teatro de alvenaria nesta cidade, e aquisição de terreno preciso". Etc.

42 **Robert Avé-Lallemant, *Viagem pelo Norte do Brasil*, 2º v., p. 149.**

A obra começou, depois de longas discussões barulhentas e formulação e reformulação de contratos, e estacionou nos fundamentos até a primeira cornija inferior. Em 1892, quando Eduardo Ribeiro assume a direção das obras públicas no governo do tenente Augusto Ximeno de Villeroy, deita suas vistas para a construção paralisada e dedica-lhe grande interesse. Uma lei sancionada sob o seu patronato autoriza encampar os serviços, indenizar o contratante Rossi & Irmãos, do Rio de Janeiro (atuantes em Manaus, em várias obras oficiais), e tocar para frente a obra. Pagou-se ao advogado provisionado dr. Ermano Stradelli (representante da firma) a quantia de sessenta contos de réis, e ora por contrato firmado ora por administração, a mole gigantesca subiu e personalizou-se como cartão-postal do Amazonas. O fato de Eduardo Ribeiro interessar-se pelo monumento possui alguma coisa de pitoresco e talvez venha a servir de *leitmotiv* para alguém inclinado a estudos psicanalíticos. Mas isso é uma questão que foge ao nosso programa. Trabalharam no teatro como artistas exornadores Henrique Mazzolani, exterior, Crispim do Amaral, interior, pinturas, ornamentação e obras de relevo, pano de boca, rompimentos, pernas, cortina de Molière etc. Domenico de Angelis ficou encarregado da ornamentação do salão nobre, com tudo quanto lá existiu de bom e de belo (os ladrões desta terra baixaram as mãos corruptas nas riquezas do tipo vasos de Sèvres, cristais da Bohêmia, espelhos e candelabros). Depois do falecimento de Eduardo Ribeiro, quando muita coisa encomendada antes chegava, não houve mais nenhum interesse em acabar ou completar a riqueza interna dos edifícios nobres. Basta dizer que uma porção de caixas com candelabros de louça ficaram retidas na Alfândega de Manaus até depois de 1900, sem que mãos piedosas se ocupassem em resgatar o que a perversa antipatia de governos adversários negligenciou. Depois disto o que nos resta dizer? Para

Auto da inauguração do Theatro Amazonas

Aos trinta e um dias do mez de Desembro de mil oitocentos noventa e seis, oitavo da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no edificio "Theatro Amazonas", recentemente construido na praça de S. Sebastião n'esta Capital, presentes o Excellentissimo Senhor Doutor Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado, Coronel José Cardoso Ramalho Junior, Vice Governador do Estado, o doutor Eduardo Gonçalves Ribeiro, ex-governador do Estado, Chefe de Segurança Publica Doutor Guido Gomes de Souza, Representantes Federaes e Estaduaes, Magistrados, Representantes da Imprensa, das Forças do Estado e da União, Excellentissimas Senhoras da Sociedade Amazonense, Funccionarios Publicos, Superintendente e Intendentes Municipaes, Officiaes da Guarda Nacional, Commerciantes, Artistas, Operarios, industriaes e grande numero de cidadãos da Republica, foi pelo mesmo Excellentissimo Senhor Doutor Governador inaugurado o "Theatro Amazonas". Para constar lavrou-se o presente auto que vae assignado pelo mesmo Excellentissimo Senhor Doutor Governador e pessoas presentes. E eu, Raymundo de Vasconcellos, secretario interino do Estado o subscrevo e assigno.

Fileto Pires
Eduardo G. Ribeiro
Raymundo de Vasconcellos
Raul de Azevedo

Luiz Hypolito Cluny
José Ramos Machado
Raul de Azevedo

56

onde foram essas caixas com seu rico conteúdo? Não se admirem disto. Eu estou me perguntando aonde foi bater o riquíssimo lustre do Tribunal de Justiça, desaparecido já nos nossos dias. Porque os espelhos do teatro, que o povo ignaro teima em asseverar estão no Salão dos Espelhos do Rio Negro, o que nunca foi verdade, devem ainda estar sendo "recuperados" por quem os levou a Paris numa fuga turística.

O Teatro Amazonas, soberbo na sua mole aparatosa, guarda a imagem e os ecos da abastança do Estado, mas como toda casa que se arruína pela incapacidade dos responsáveis, teve sua glória malversada pela assídua corrupção de governos mais interessados em fazer seu pé-de-meia do que em cuidar do patrimônio público. Por isso sofreu a injúria do tempo e não podia deixar de sofrer com a contaminação de mãos sacrílegas. Também não escaparia ao circunlóquio da lenda, das mentiras frescas do tipo daquela registrada pela *Encyclopaedia Britannica*. Não seria demais dizer-se que ficou mais famoso pelo enxerto de tantas mentiras deslavadas, mentiras sustentadas por hábeis manipuladores da palavra fácil, da literatura oral, da impostura, reflexo sintomático de debilidade mental congênita. Existem pessoas em Manaus que se comprazem em criar situações para si próprias sob o prestígio daquele edifício. Se no passado (e ainda hoje) todo artista nacional e estrangeiro sonhava com uma apresentação nele e faziam eles propostas singulares ao governo, não é demais admitir-se que pessoas medíocres se instalassem à sombra do majestoso Teatro Amazonas. Daí aquela tautologia coletiva "eu vi a cor rosa do teatro no dia da sua inauguração"; "eu vi a cúpula do teatro girar"; "eu vi as escadas de ferro fabricadas pelo engenheiro Eiffel". Isto não é de hoje e nem vai parar, nunca mais. Um outro, conhecido mitômano, espalha a notícia bárbara de que Sarah Bernhardt cantou *L'Aiglon* no dia da inauguração do teatro! Esta miséria vem escrita num livro indecente do jornalista francês Claude Mossé, mas não é dele a patuscada.

O dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro não teve chances de inaugurar o Teatro Amazonas. Deixou o governo em meado de 1896, passando-o a seu pupilo, tenente (depois capitão) Fileto Pires Ferreira, um ilustre *playboy* que, não fosse a mania de grandeza e o desperdício de talento, agravado com a nomeação de seu cunhado para carrasco da Polícia Civil, teria granjeado fama e consideração. Estava a ele destinada a oportunidade de inaugurar o Teatro Amazonas, e fê-lo no dia 31 de dezembro de 1896, exibindo-se programa variado. A ópera mesmo só teria início no dia 7 de janeiro de 1897, com o teatro não concluído na parte exterior nem no salão nobre. Cantou-se a ópera *Gioconda*, de Amilcar Ponchielli, com a cantatrice Líbia Drog no papel de Gioconda. Teatro à cunha, um festival de luxo, luzes e mulheres bonitas. Todo o mundo oficial presente, segundo a ata da inauguração. Somente em 1897 é que o governador dr. Fileto Pires Ferreira expede a Ordem de Serviço nº 32 autorizando o concessionário Henrique Mazzolani a executar a pintura externa, de cores cinza e branco.

Quando da publicação dos três volumes ilustrados de minha obra *Teatro Amazonas*, eu não conhecia o documento transcrito e, mesmo que o conhecesse àquela altura, não poderia positivar a cor da pintura original do teatro. A indicação das pontes de ferro pintadas de cinza, porém, me conduziu à mensagem do dr. Anísio de Carvalho Palhano e ao contrato celebrado com o cidadão Florêncio Rodrigues de Almeida, contrato que tem o número 11, assinado no dia 14 de setembro de 1897, mas com a indicação do pagamento dos emolumentos no dia

31 de julho de 1897. A ponte da Cachoeirinha é a popularmente chamada terceira ponte ou de Benjamim Constant, inaugurada no dia 7 de setembro de 1895, conforme documento:

Ordem de serviço n.º 32
Mandando que Hqe. Mazzolani, contractador das Obras do Theatro Amazonas, execute ā pintura externa pello systhema impermeāvel, utilizando o mesmo material empregado nas novas pontes de ferro & somente olleo de linhasa na pintura branca de portas & janellas, frizos e rellevos ficando advertido de que o praso para entrega das referidas Obras não poderā exceder de seis mezes contados desta data, e que deverā levantar por sua conta & risco os andaimes que mandou retirar. O pagamento serā feito sob apresentação de medidas approvadas pello fiscal e em cinco parcellas de quinze contos e desanove mil rēis cada (Rs 15:019$000), perfazendo o total de setenta e cinco contos e noventa e cinco mil rēis (Rs 75:095$000).
Manāos, 25 de agosto de 1897
Fileto Pires Ferreira
Governador

O contrato número 11, celebrado com o cidadão Florêncio Rodrigues de Almeida no dia 14 de setembro de 1897, reza implicitamente a cor cinza da pintura das duas pontes de ferro, da Cachoeirinha e Cachoeira Grande[43]. Mas o contratador pagou os emolumentos, conforme o texto, em 31 de julho do mesmo ano. Não se pode, diante dos documentos, aceitar considerações de ordem fantasista. Muito se teria ainda que dizer a respeito da pintura cor-de-rosa, que é recente, da autoria do engenheiro Victor Troncoso, o reformador, autor da nova teoria de se pintarem pedra e colunas, que deformou a estética dos edifícios nobres de Manaus, Teatro Amazonas, Palácio da Justiça e Reservatório de Água.

Uma vista de olhos sobre o passado demonstra que as gerações que sucederam àquela brilhante plêiade de construtores civis, Eduardo Ribeiro, Taumaturgo de Azevedo, Fileto Pires Ferreira, José Cardoso Ramalho Júnior, Silvério José Nery e Constantino Nery, até aí, imantaram influxos nas gerações posteriores. Talvez haja mesmo uma manifesta preocupação de imitá-los e, quem sabe, até de superá-los; esse orgulho que faria dizer a Apeles: "Eu também sou pintor!". Não estamos promovendo demarches no sentido de trazer para o momento atual a imagem santificada daqueles homens que uma situação econômica e política elegeu e lhes deu oportunidades para engrandecer Manaus. Mas o vulto de Eduardo Ribeiro começou a ser endeusado em vida, quando à parte leste do igarapé popularmente chamado do Mestre Chico e oficialmente Limite de Demarcação da Zona Urbana-Suburbana foi dado, sem nome oficial ainda, o nome de avenida de Eduardo Ribeiro, depois oficializado por ato da Câmara Municipal de Manaus, número 1, de 20 de fevereiro de 1904, quando superintendente aquele seu amigo dr. Manuel Uchoa Rodrigues. Assim se fez porque era pensamento de Eduardo Ribeiro mandar aterrar os igarapés centrais de Manaus, fazendo deles "uma outra Veneza". O que teria sido ótimo, pelo menos se evitariam os conglomerados palafíticos que mudam para pior a imagem de Manaus-Cidade Risonha e tolerados e estimulados por governos negligentes.

43 **Mário Ypiranga Monteiro, *Teatro Amazonas.***

Mais tarde, possivelmente em 1897, foi dada à artéria-eixo Sul—Norte a nomenclatura avenida de Eduardo Ribeiro, pois a ele coube a metade da glória de aterrá-la e calçá-la a paralelepípedos de granito de Lisboa. Outrossim, à região onde esteve sua célebre chácara e onde morreu foi dado o nome de Chapada de Eduardo Ribeiro ou do Pensador, nomenclatura que não conseguimos estabelecer oficialmente, mas à ponte de ferro também se estendeu o nome popular de Pensador[44]. Essas memorizações advogam a favor de uma religião do sentimento afetivo, evidência clara da gratidão dos povos.

Não se pode deixar de admitir, por outro lado, que todas as suas invenções resultaram em benefício coletivo e, ainda que muitas hajam padecido do mal da introdução do progresso violento (refiro-me à mania de restaurações, "melhoramentos" perfeitamente dispensáveis), o vínculo sentimental com aquela figura inteligente de mulato operoso não foi nem será esquecido. Pelo menos o vulto majestático do Teatro Amazonas será uma constante e atual presença do benfeitor do Amazonas.

44 **Mário Ypiranga Monteiro, *Roteiro histórico de Manaus.***

57

Notas sobre o Brasil do século XIX

A trinta e seis léguas abaixo da última aldeia dos Tupinambás descendo o Rio Amazonas, encontra-se ao norte, um rio que vem da província do mesmo nome e que é conhecido pelos habitantes da região pelo nome de Cunuris. Esse rio recebe seu nome das tribos de índios que habitam perto de sua embocadura. Acima destes se encontram os Apotos, que falam a "língua geral" (*o tupi-guarani*). Depois deles se acham os Tagaris, depois os Guacaris, a tribo bem-aventurada que goza dos favores das valentes Amazonas. Os Guacaris construíram sua aldeia em montanhas de altura prodigiosa (*as Cordilheiras da Guiana*). Entre elas se encontra um monte, chamado Tocamiaba, cujo cume se eleva muito acima dos outros, e que é estéril, porque é incessantemente batido pelos ventos. Aí habitam as Amazonas.

Essas mulheres vivem sozinhas e se protegem sem a ajuda dos homens. Apenas, em certas épocas determinadas, recebem a visita de seus vizinhos, os Guacaris. Quando estes chegam, elas correm às armas, temerosas de serem surpreendidas. Mas logo que reconhecem os amigos, precipitam-se em direção aos barcos dos recém chegados. Cada uma pega uma "itamaca" (*rede*) e vai armá-la em sua casa, esperando os homens. Ao fim de alguns dias, os hóspedes das Amazonas voltam à sua aldeia, não deixando nunca de retornar na próxima estação. As filhas que nascem dessas uniões são criadas por suas mães. Ensinam-lhes a trabalhar e manejar armas. Quanto aos meninos, não se sabe ao certo qual o seu destino. Ouvi dizer por um índio que, quando jovem, tinha ido com seu pai a um desses encontros, que as Amazonas entregam ao pai, no ano seguinte, o menino nascido da união. Mas acredita-se geralmente, que esses meninos são mortos. Eu não saberia dar a resposta certa. De qualquer forma essas mulheres possuem tesouros capazes de enriquecer o mundo inteiro. A barra do rio em cujas margens habitam as Amazonas se encontra a 2 graus e meio de latitude meridional (Nery, 1979).

No país das amazonas lendas e saques se confundem

São infindáveis as histórias, mas elas dão uma noção aproximada da febre que assolou a Europa a partir do século XVI em relação ao novo continente.

O país das amazonas permaneceu desde então transitando — e assim, parece, continuará ainda por muitos séculos — na escala que vai do mito à realidade. É o drama da esfinge às avessas: decifra-me ou serei devorado! Quando o barão de Santa-Anna Nery publicou em Paris, no ano de 1884, O país das amazonas *— promontório destinado a atrair os olhares europeus para as misteriosas plagas dos trópicos úmidos — já era antiga a cobiça e o fascínio de além-mar sobre a região.*

No princípio do século XIX, por aqui já haviam passado, de acordo com as desavenças européias, aliados e inimigos dos portugueses, estes proprietários "legítimos" da colônia. Assim é que franceses, holandeses e ingleses deixaram, uns mais que os outros, marcas de sua civilização saqueadora.

As províncias do vale amazônico — Grão-Pará e Maranhão —, colocadas nos manuais de história e nas preocupações governamentais sempre distantes e em segundo plano, enfrentaram largos períodos de oscilações econômicas condicionadas às convulsões políticas e de mercado da Europa, sendo compelidas, como se verá adiante, a recorrer ao braço escravo africano para minimamente estabilizar suas finanças.

O país das amazonas do século XIX tem algumas peculiaridades em relação ao resto do Brasil. Sabe-se que na província do Maranhão e do Grão-Pará os ventos ditos emancipacionistas do 7 de Setembro de 1822 demoraram a soprar. O peso da Matriz para esses lados teve um impacto econômico, social, cultural e político muito mais significativo que em qualquer outra parte do Brasil colonial. O atraso foi maior. Portugal estava atento às possibilidades infinitas cantadas em verso e prosa por todos os que aqui vieram — nessa hora cabiam preocupações — e apostou certo no assentamento de forças produtivas na região. Teve aí papel determinante a implantação, no fim do século XVIII, da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

Não é farta a historiografia sobre o país das amazonas. A existente, quase toda, está mais para o fantástico que para o científico-investigativo. E se presta muito mais à divulgação do que à compreensão do mistério. É impressionante como são monarquistas e burocratas alguns relatos, lembrando mais o discurso oficial de gabinete do que propriamente uma reflexão mais consistente sobre as origens, processo histórico e peculiaridades da região. Dois relatos de viagem, porém, merecem destaque, pela qualidade de seu conteúdo e pela importância histórica que representam: A viagem filosófica, *de Alexandre Rodrigues Ferreira, e* Viagem ao Brasil, *de Louis Agassiz.*

Sobre a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, afirma Márcio Souza em sua Expressão amazonense*: "(...) somente a resistência inesperada de homens naturais, fracionando esta unidade, suscitava e mantinha os levantamentos de vendedores numa emergência.* Diário da Viagem Filosófica *é a grande forma em devir, na qual a paisagem recebe finalmente um sentido, uma catalogação marcada pela eficácia mercantilista e tomada em uso, numa nova força de ordenação epistemológica (...) É o primeiro lance para superar o desafio dos apagados gestos do exotismo aventureiro".*

Já o trabalho do casal Elizabeth e Louis Agassiz é um registro dos mais sérios feitos no século XIX, tendo como leitmotiv *a saborosa curiosidade de quem se aproxima do mistério. Com uma equipe de geólogos, ornitologistas, desenhistas etc., o casal empreende uma viagem pelo Brasil em 1865-66, com ênfase na Amazônia, narrando depois ao longo de quase setecentas páginas o desafio do conhecimento e outras alternativas de relação com a chamada "terra das possibilidades e promessas".*

No Maranhão da segunda metade do século XIX, o clero e a coroa tentam inutilmente frear o vagão da história

Quem desembarcasse no Maranhão na segunda metade do século passado tomaria contato com as questões sociais, econômicas e políticas mais determinantes que iriam provocar, no decorrer dos anos, as mudanças estruturais da virada do século: o Brasil vive aí o secular conflito entre o velho e o novo, os esquemas arcaicos de poder tentando resistir aos ares de modernidade e liberdade soprados de além-mar, particularmente da França.

O leitor dos jornais da província de São Luís do Maranhão certamente se deliciava com debates e intrigas envolvendo Igreja Católica, maçonaria, grupos abolicionistas e/ou republicanos, escravocratas e monarquistas convictos, enfim, os confrontos todos que permearam a história desse período no Brasil, freqüentemente contada sob a ótica suspeita de quem acabou conseguindo imprimir suas verdades. Importa, todavia, uma constatação preliminar: o Brasil experimenta nesse momento um penoso processo de afirmação nacional, trazendo já em sua bagagem o registro de uma trajetória de lutas e de mobilização no caminho de instauração da brasilidade. Incomodava as consciências mais lúcidas o latifúndio imperial mal-administrado que era o Brasil do século XIX. Naquele momento os apelos de autonomia nacional começavam a se confundir com a idéia da República, valor reforçado pelos exemplos vindos da Europa e dos países vizinhos.

No mesmo vagão da República viajavam agitados e inconformados passageiros abolicionistas da São Luís dos anos 1860-70. Muitas lutas maranhenses precederam ao desafio da questão do abolicionismo. Assim, não se pode negligenciar — se se quer compreender a luta antiescravagista brasileira e os contornos particulares que ela assumiu no Norte do país — o histórico desses conflitos, muitas vezes mal-registrados, ocorridos desde o período colonial. Começando pela Revolta de Beckmann, a Balaiada, o movimento dos Bem-te-vis, a Insurreição Praieira, a Cabanagem, para falar de alguns, concluímos que o Norte é pródigo em recusas sempre que se lhe aplicou carga desumanamente pesada e tropicalmente sem sentido. É por aí que se pode ler com mais propriedade a questão da abolição da escravatura, mas foge ao objetivo destas notas remontar com detalhes o quadro socioeconômico que explicou a vigência da estrutura escravocrata, seus paradoxos e sua desorganizada desmontagem. Um fato aparentemente isolado, contudo, nos permitirá compreender a quantas andava pelo Maranhão a luta abolicionista alguns anos antes do controvertido 13 de Maio de 1888.

Um dos grandes momentos da luta abolicionista foi o que se convencionou chamar a "questão Inocêncio" no final de 1876 e início de 1877. No dia 14 de novembro de 1876, Ana Rosa Viana Ribeiro, na ausência de seu marido, o doutor Carlos Fernando Ribeiro, o Barão de Grajaú, chefe do Partido Liberal, mandou enterrar em grande sigilo, antes das seis horas da manhã, o pequeno escravo Inocêncio, que falecera na véspera, vítima de maus tratos administrados em circunstâncias misteriosas. Foi denunciada alguns dias depois por escravos e negros emancipados. Esta não seria a primeira vez que a acusada praticava atos de violência sobre os escravos (...) As provas contra a acusada eram arrasadoras, porém os maiores médicos da cidade foram chamados para praticar a autópsia. A personalidade da acusada conferiu ao debate jurídico um tom político e a opinião pública de São Luís inflamou-se, dividindo-se em dois campos adversos. O processo seria o próprio sistema escravagista, a imprensa publicou páginas inteiras sobre a audição das testemunhas, das investigações, das autópsias, dos debates científicos e jurídicos (Mérien, 1988).

Nesta celeuma, jornalistas, escritores, poetas e pequena parte da opinião pública defendiam a condenação do sistema escravagista. A luta assumia dimensões acentuadas em todo o país e já contava com algumas batalhas vencidas, embora suspeitas e

sempre interpretadas como concessão dos brancos: a abolição do tráfico negreiro, ou Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários etc. Entre as figuras envolvidas no chamado caso Inocêncio está o maranhense Celso Magalhães, escritor, poeta, advogado, abolicionista militante, que tomou a frente da querela, mandando prender, na qualidade de promotor público, a acusada. Isso lhe custou a demissão tão logo assumiu o governo da província, no ano seguinte, o esposo da criminosa. Em contrapartida, ganhou a adesão e o reconhecimento de toda uma geração de intelectuais cujo desempenho vai dar destaque ao Maranhão no cenário político e literário nacional.

Abolicionistas e republicanos, nem sempre identificados, tinham uma influência comum que orientava sua prática: a filosofia positivista do francês Augusto Comte, recurso importante para se contrapor ao discurso espiritualista/escravagista da Santa Madre, que legitimava o modelo político monárquico.

Na esteira da militância e da produção lítero-filosófica de Celso Magalhães, que por sua vez recebia da chamada Escola de Recife — Tobias Barreto, Sílvio Romero etc. — forte influência cultural, aglutinam-se figuras do porte de Manuel de Béthencourt, Aluísio Azevedo, Eduardo Ribeiro, Pedro Freire, Arthur Jansen Tavares, Sá Viana, Paulo Moreira da Silva, Agripino Azevedo, entre outros. Quase todos jovens e ávidos por ares de renovação nacional, mais tarde se reuniram em torno da publicação do jornal O Pensador *— "órgão dos interesses da sociedade moderna" —, peça decisiva na remontagem da trama histórica desse período.*

A força da grana que ergue e destrói... a pólis maranhense

Para compreender o modo de pensar e o estilo do "burgo" maranhense, há que se recorrer a sua história, em particular às bases materiais que lhe deram influência e face. As elites maranhenses da segunda metade do século XIX já haviam experimentado considerável apogeu econômico e cultural e, por razões diversas — todas elas explicáveis em nome de interesses estranhos à terra —, passaram a vivenciar a decadência em todos os níveis. Restaram-lhes a lembrança e a vaidade.

A economia maranhense, baseada no algodão, arroz e comércio em geral, foi incapaz de resistir às mudanças internas e do mercado internacional. No Brasil vive-se então um deslocamento do poder econômico em direção ao Sul do país, determinando a migração para lá da mão-de-obra disponível, principalmente a escrava. No mercado internacional, a concorrência do algodão produzido na América do Norte faz despencar a cotação do algodão maranhense. Nem mesmo o curto período de recuperação econômica (1863-64), decorrente da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, redundou em medidas de modernização e diversificação do mercado; ao contrário, o que se viu na seqüência foram os danos provocados por uma administração pública incapaz, sem planejamento e descompromissada com os interesses locais. Celso Magalhães dá o retrato desse processo em sua coluna "Carranquinhas", no jornal O País, *em São Luís, no ano de 1873:*

Quando de 1850 em diante começou a produzir-se em maior e sempre crescente escala a procura de escravos para o trabalho dos cafezais no Sul, a nossa lavoura vendeu escravos, abandonou, entrou como que em liquidação desesperada e ingrata da vida, que era a sua tão nobre, tão independente, e aceitou condições novas de existência mais

precária, mais dependente, menos lucrativa e de nenhum futuro, porque o capital apurado ou fosse nos excessos de usura ou na renda regular de outros empregos apenas dava para ocorrer à despesa, que logo foi outra e maior, deixando o dono da casa de ser produtor para ser consumidor do próprio patrimônio (Mérien, 1988).

Na retina das lembranças dos maranhenses que viveram o fausto de São Luís, vemos retratados os depoimentos saudosistas e até melancólicos de figuras como Graça Aranha e Dunshee de Abranches. Este, em seu livro O cativeiro, *memórias dedicadas ao centenário da Balaiada, reproduz diálogos interessantíssimos mantidos com D. Emília Branco, mãe de Aluísio Azevedo, e assim descreve sua cidade:*

Recordando-me essa phase faustosa de Athenas Brasileira, os lindos olhos de D. Emília Branco cintilavam em um fulgor estranho. A sua narrativa como que me dava a impressão de estar presenceando esses dias venturosos da renascença maranhense. Vivia-se em São Luíz, affirmava-me ella. Grandes costureiras francezas ahi se tinham estabelecido. Madame Esmeralda, Madame Ory e sua formosa filha, mantinham a fama e todos os requintes da moda parisiense. Fortunato e Luiz Ory, cabelleireiros de senhoras, tinham, todas as horas occupadas. A Notre Dame de Paris era o empório das sedas mais caras e das mais finas perfumarias. Os irmão Blhun, filhos da Allemanha, mas educados na Inglaterra, fabricavam chapéos do mais alto estylo britânico para homens que se trajavam rigorosamente à moda londrina. As joalherias Chevance, Ferdinand Fonque, Phouverez e Krause vendiam annualmente milhares de contos em jóias. O trabalho escravo dava para tudo isso: tornara o Maranhão uma das províncias mais fartas do Império pela sua riqueza econômica e pela pujança intellectual dos seus filhos (Abranches, 1941).

"A calma, o luxo e a volúpia" dos salões e dos solares não permitiam a percepção da chegada da turma de São Benedito

Satélite da Europa, São Luís contempla sua metamorfose arquitetônica e cultural: o luxo dos sobradões de mirantes e azulejos de alcantaria, habitados por consumidores da moda, do teatro e da "perfumaria" do Velho Mundo. Obviamente, tais consumidores representavam uma parcela minoritária de uma sociedade constituída de escravos negros e de mestiços em quase sua totalidade. Àqueles consumidores, casta de comerciantes e senhores de engenho e fazenda, convinha ser letrados, ter os próprios filhos formados na Europa, ter sua imprensa, importar literatura ou fazê-la, de segunda mão, aqui mesmo. Em suma, cultuar a cópia, mesmo em detrimento do original. Não importava. Um milhão de libras esterlinas, cifra alcançada pela exportação maranhense na primeira metade do século XIX, permitiu outros tantos atos que visavam fincar novos costumes nos trópicos: o Teatro de São Luís, o melhor do país à época, o Liceu Maranhense, o Colégio Nossa Senhora da Glória, o Gabinete Português de Leitura, as melhores gráficas do país etc.

O esplendor do fausto maranhense, a se refletir no espelho europeu, seu modo de vida e de felicidade, faz São Luís virar as costas para o Brasil e, o que é mais delicado, negligenciar as condições que permitiriam perpetuar este fausto. Baseado numa frágil e desorganizada economia, cujo fundamento maior é o regime escravocrata, não haveria de muito durar esse ciclo de opulência. Nem mesmo o rigor com que a burguesia luso-maranhense legitimava a ordem

escravocrata, sem falar das bênçãos episcopais e justificações teológicas a ela dadas, nada disso conseguiria evitar a ruína que se ia configurando. A Atenas do Norte era uma ilha de fantasia satisfeita e deslumbrada com a reprodução grosseira do vestuário francês.

Não se levou em consideração o significado primeiro da Balaiada, do Levante de Itapicuru, da Revolução de Viana, da efervescência e mobilização dos quilombos, movimentos que denunciaram a segregação violenta da maioria responsável pela geração do banquete e que não tinha acesso sequer às suas sobras. Para a burguesia maranhense, figuras como Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, o preto Cosme, Raimundo Gomes, Francisco, o tenente dos pretos — entre tantos outros que a história silenciou —, não passavam de bandidos sanguinários, malfeitores, miseráveis incômodos a quem se deveria tratar com chicote, cadeia e morte. "A calma, o luxo e a volúpia" dos salões e dos solares, o revezamento entre os prazeres da cama e da mesa, o alívio espiritual da Santa Missa e do Te-Deum *em templos solenizados, onde os santos tinham ares de nobreza áurea ou púrpura, tudo contribuía para impedir a percepção de um Brasil que estava irrompendo, mulato e insolente, devoto de São Benedito.*

A civilização do Pensador: Comte e Bakunin tomam de assalto a sacristia

Fran Paxeco, citado por Joaquim Vieira da Luz em seu livro Fran Paxeco e as figuras maranhenses, *atribui a Eduardo Ribeiro a fundação do jornal* O Pensador, *epíteto, aliás, que o acompanhará até seu desaparecimento em Manaus no ano de 1900. Estamos em 1880. Os devotos de São Benedito, protetor dos mulatos e acorrentados, há alguns anos haviam fundado uma sociedade manumissora que arrecadava fundos para alforriar alguns escravos na festa de seu padroeiro. O significado dessa festa é um dos tantos ingredientes da encrenca que precedeu o surgimento do virulento jornal* O Pensador *e de seu contraponto indignado, o jornal* A Civilisação *(era grafado com s). Até nossos dias São Benedito não transita na mesma calçada em que desfila o andor de Santo Antônio de Lisboa, o santo dos portugueses e dos jesuítas, ordem religiosa odiada por negros e mulatos desde os tempos de Beckmann. Ainda hoje em Manaus, na praça 14 de Janeiro, comemora-se a festa de São Benedito, o santo dos pretos, e são mantidas suas peculiaridades e tradições por descendentes dos maranhenses que Eduardo Ribeiro fez vir para Manaus para viabilizar seu projeto arquitetônico da cidade.*

Publicado com o loquaz subtítulo "órgão dos interesses da sociedade moderna", O Pensador *abrigava a efervescência e a insatisfação de uma geração marcada pela necessidade de sacudir a poeira da hipocrisia social, do banquete elitista, da ordem "natural" abençoada por Deus e legitimada pelo rei.*

Não é difícil imaginar, às vésperas do dia 10 de setembro de 1880, ali na rua das Palmas nº 30, em São Luís do Maranhão, sede da redação, as discussões em torno do primeiro número do jornal. Resultou daí o contundente posicionamento através do qual o jornal diz a que veio:

O presente jornal tem um fim: combater esse espírito sacerdotal que tanto sangue tem custado à humanidade. Não batemos os homens que o defendem, vimos apenas declarar guerra à idéia de que se fazem sustentáculos. Combatemos a reação.

ANNO I

ASSIGNATURAS

Trimestre	2$000
Semestre	4$000
Anno	8$000

O PENSADOR.

NUMERO 2

PUBLICA-SE

Tres vezes por mez, nos dias 10, 20 e 30.

ORGÃO DOS INTERESSES DA SOCIEDADE MODERNA

Ut jam non simus parvuli fluctuantes, et circumferamur omni vento doctrinæ, in nequitia hominum, in astucia ad circumventionem erroris.
(S. Paulo, ad Ephesos, Epistola Cap. V, v. 14).

Maranhão, 20 de Setembro de 1880 — Propriedade de uma associação

AVISO.

Tratam-se todos os negocios deste jornal no escriptorio da redacção à rua da Palma n. 30, A, proximo à Relação, desde as 9 horas da manhã às 3 da tarde.

O PENSADOR.

MARANHÃO, 20 DE SETEMBRO DE 1880.

Mais sagrada do que os templos, mais santa do que as religiões, mais divina do que todas as forças que animam a terra, uma luz irradia no ceo da humanidade — a consciencia.

E é esta luz, unica que pode guiar o homem para o novo-mundo—porvir, que as religiões e os templos hão em todos os tempos procurado empanar. Eis o astro que a entidade sacerdotal procurou supprimir no mundo moral, deixando o homem na treva, para, como o tigre que arrasta a preza para as profundezas de sua caverna, poder dilaceral-o à vontade. Com a consciencia o homem seria um capital improductivo nas mãos dos tyrannos. E o sacerdote, o grande parasita da humanidade, queria fazel-o render...

Amputada a consciencia, o impostor religioso substituiria esse orgão essencial por outro—a superstição. E a superstição erguendo-se no lugar em que esteve a consciencia, como liana que se apodera de um vegetal util, entregaria manietado o homem à rapacidade sacerdotal. A superstição era o meio de fazer render esse grande capital—homem, e o meio d'estabelecer a superstição era abusar de uma grande ideia—Deus.

[...]

CIVILISAÇÃO

Periodico Hebdomadario, Orgão dos Interesses Catholicos.

«Cognoscetis veritatem et veritas liberabit vos.»
S. JOÃO VIII, 32.

ANNO I — Maranhão—Sabbado 6 de Novembro de 1880. — NUMERO 13.

Assignaturas

Por anno	12$000
Por semestre	6$000
Por trimestre	3$000
Por mez	1$000
Numero avulso	320

REDACÇÃO E TYPOGRAPHIA, SEMINARIO DE SANTO ANTONIO.

Publicam-se gratis os artigos de interesse publico. Os mais conforme o ajuste.

A officina não trabalha nos dias santificados.

A «Civilisação» publica-se aos sabbados.

Calendario da diocese.

6—Sabbado. Sexto dia da oitava de Todos os Santos.
7—Domingo. Vigesima-quinta Domingo depois de Pentecoste.
8—Segunda-feira—Oitava de Todos os Santos.
9—Terça-feira. Dedicação da Basilica do Salvador.
10—Quarta-feira. S. André Avellino.
11—Quinta-feira. S. Martinho, Bispo.
12—Sexta-feira. S. Martinho, Papa.

CIVILISAÇÃO.

MARANHÃO, 6 DE NOVEMBRO DE 1880.

Propaganda anti-catholica.

(Continuação do n. 12.)

IV

A questão dos cemiterios foi o pretexto tomado pelo Sr. Ruy Barbosa para atacar a Igreja do Estado.

Debatia-se apparentemente na camara temporaria a questão da secularisação dos cemiterios, mas na substancia o ponto objectivo era ferir os dogmas catholicos e calumniar as instituições da Igreja.

O Sr. Ruy Barbosa tem ao menos o merito da franqueza, não encobre seus reprovados intentos, diz claramente que vae lacar a roupa ecclesiastica, e pretende desmoronar o Catholicismo romano.

[...]

V

O Sr. Ruy Barbosa quer o atheismo nos Cemiterios.

Concebemos tres especies de Cemiterios, o religioso, o indifferente, o atheu. Para perfeita intelligencia deste enunciado, procuraremos dar definições breves e claras.

[...]

VI

Sophismas com que o Sr. Ruy Barbosa defendeu o impio projecto do cemiterio atheu ou absolutamente leigo.

[...]

Sem combate não lhe abandonaremos as consciências de nossos concidadãos. Seremos talvez vencidos. Não importa: o porvir nos suscitará vingadores. Nosso programa é extenso como o pode ser a esfera do pensamento humano. Pensamos e pensar é fazer o bem, porque pensar é ser livre, e ser livre é ser bom. Pensar é o contrário do crer. A Igreja crê, e nós pensamos. A Igreja crê porque sonha a escravidão universal. Nós pensamos porque sonhamos a liberdade da espécie humana. Vós, padres de Roma, credes, porque explorais a mina da credibilidade. Nós pensamos porque queremos devassar os mundos em que existem os germens dessas grandes idéias que se chamam direito, justiça e liberdade. Vós quereis ser úteis a vós mesmos: nós procuramos sê-lo aos nossos concidadãos. Tal é o programa do Pensador: pensar é só pensar. Pensar é rasgar os horizontes do porvir.

O grupo de jornalistas escudava-se atrás de pseudônimos, certamente para se proteger das ciladas que a São Luís provinciana preparava àqueles que se atrevessem a colocar a nu seus dogmas e suas suspeitas virtudes. Assim assinavam os artigos e colunas trimensais (o jornal saía dias 10, 20 e 30 de cada mês): Marquês de Pombal, Diderot, Pietro Garibaldino, João F. Gromwell, Dr. Ironia, Sóror Pompadour etc. Com exceção de Manuel de Béthencourt e Aluísio Azevedo, que colocavam seus nomes em alguns artigos, o fato dos pseudônimos representava mais um traço da mordacidade e da ironia que alimentava a iconoclastia dos "Pensadores".

Acusados injustamente pela Igreja de serem títeres da maçonaria — encarnação viva das proezas do demo —, na verdade aqueles jovens representavam a consciência do que se podia conceber de mais novo a se vislumbrar nos horizontes de um Brasil que já queria ser moderno, guiar-se pela ciência, dessacralizar as "verdades" e afirmar suas possibilidades. Obviamente que neste percurso pegaram carona todos aqueles que viram na coroa e no cajado romano a imobilização nacional, a conservação da estrutura escravocrata e do latifúndio neocolonial disponível a todos os interesses estranhos à brasilidade. Entre estes estavam, é claro, pessoas ligadas à maçonaria, à pregação positivista, aos movimentos liberais e, inclusive, pessoas da própria Igreja que se recusavam à doutrina romana e aos rigores das novas palavras de ordem vindas de um Vaticano preocupado em preservar sua hegemonia ideológica, despedaçada desde o final da Idade Média.

Para entender melhor a presença da Igreja nesse período, é interessante remontar um quadro da época, onde o papel da Santa Madre aparece como determinante para a interpretação da história do Brasil. Os compêndios de história usam o termo "ultramontanismo" para descrever um movimento doutrinário surgido com muita força no Brasil do século XIX, visando legitimar as atitudes conservadoras da Igreja, particularmente no combate aos excessos liberalizantes da Revolução Francesa. Esse movimento marca a retomada da escolástica enquanto doutrina oficial da Santa Sé, o fortalecimento da Companhia de Jesus, mais de uma vez expulsa do Brasil, e a promulgação de encíclicas, bulas, alocuções e outros vade-mécuns, com a missão de assegurar a liderança "do outro lado da montanha", ou seja, de Roma. Importava garantir a infalibilidade papal, recentemente decretada, coroando-a com a concentração de um absoluto poder em matéria de fé e de moral. A qualquer custo há que se dar combate ao protestantismo, à maçonaria, a qualquer tipo de liberalismo, positivismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e casamento dos padres.

Os filhos da Terra de Santa Cruz sempre descambaram para o sincretismo perturbando em demasia a ordem católica oficial

É nesse espírito de reestruturação do conservadorismo que naqueles anos 70 um novo bispo é entronizado na diocese de São Luís do Maranhão. Trata-se de Dom Antônio Cândido de Alvarenga, sacerdote talhado para dar lustro à velha mobília de uma sacristia desrespeitada e ameaçada de se transformar num museu da Idade das Trevas, ao qual se deva contemplar com olhos de alívio por ser de uma época que não deveria jamais voltar. Ele viera para São Luís com a missão explícita de pôr ordem na casa, seguindo as diretrizes emanadas de Roma. Era preciso endireitar o "relaxado clero, afundando na sodomia", para usar a expressão de Graça Aranha em O meu próprio romance.

Não bastassem os sermões, castigos, suspensões, nada mais eficaz para a divulgação da ortodoxia vaticana que um jornal bem-escrito, fundamentado e atento aos deslizes morais e doutrinários do clero e do povo de Deus. Caberia ainda ao Civilisação *juntar os estilhaços que haviam sobrado da chamada Questão dos Bispos, questão de toda a cristandade que ganhou cores quentes na aquarela tropical. A tendência brasileira ao sincretismo em todos os níveis perturbou em demasia a ordem católica oficial. À Igreja interessava zelar pelos pilares que sustentavam a estrutura escravocrata. As indulgências plenárias — aquelas mesmas que levaram Lutero ao desvario e posterior ruptura — eram distribuídas à burguesia agrária e comercial em troca de generosas prendas consubstanciadas em terras, construções, espécies etc. E para fazê-las prosperar era preciso adquirir escravos e, naturalmente, criar artifícios doutrinários para legitimar tal atitude. A justificação teocêntrica da Idade Média ainda se revelava útil do lado de baixo do Equador: bem-aventurados os humildes (leia-se conformistas) porque deles é o Reino de Deus. Na galeria desses bem-aventurados não havia lugar para Francisco de Assis, Giordano Bruno, Bartolomeu de las Casas, entre outros frutos da mesma árvore, que tentaram a seu modo a resistência da fraternidade e da igualdade proposta pela boa nova original vivida pelos primeiros cristãos.*

Na memória das pessoas ainda era viva a lembrança da Questão Religiosa que poucos anos antes agitara a imprensa das principais capitais brasileiras, em particular a de São Luís do Maranhão. A luta pelo poder dentro do aparelho do Estado envolvia clérigos e maçons. Estes haviam sido explicitamente condenados por decreto papal, sendo mesmo proibidos de freqüentar os sacramentos. Padres maçons eram perseguidos, interditados, e em alguns lugares o confronto teve manifestações corporais. Interesses que uniam a coroa e o clero foram deixados de lado. O imperador, pressionado pelas articulações maçônicas, ameaçou colocar em votação uma lei que separava Igreja e Estado — desastre extremo aos interesses hegemônicos da Igreja, que dependia e muito do poder temporal. Os bispos de Recife e Belém, Dom Vital e Dom Marcelo Costa, após um tenso e delicado processo judicial, foram condenados — imaginem! — a quatro anos de prisão, obrigados a trabalhos forçados, coisa pouco comum a sua rotina espiritual. Essa celeuma teve repercussões internacionais, envolvendo o Vaticano e abalando o avanço, que parecia inexorável, do ultramontanismo. Por fim, em 1875, passados dois anos, os bispos foram anistiados, sem que isso significasse um esfriamento da campanha que defendia uma Igreja nacional, livre de Roma, permeada de valores da filosofia comtiana e influenciada pelas lojas maçônicas.

A acusação do bispo maranhense Dom Antônio Cândido de Alvarenga de que O Pensador *era financiado pela maçonaria não era de todo paranóica.*

Entretanto, tal acusação não revela o caráter mais amplo da luta anticlerical. A inteligência brasileira escolhera outros fundamentos filosóficos para questionar o dogmatismo e o obscurantismo defendidos pela religião oficial. Stuart Mill, Augusto Comte, os liberais ingleses, os socialistas utópicos, haviam todos já desembarcado na Terra de Santa Cruz. As condições socioeconômicas e culturais encontradas permitiam vislumbrar um modo alternativo de sociedade que se opusesse ao feudalismo retardado vivido no Brasil.

Em setembro de 1880, em seu terceiro número, O Pensador *traz uma carta dirigida ao povo maranhense. Sua eloqüência é suficiente para exprimir a quantas andava a querela clerical. O jornal do bispo se armava da sapiência milenar que tem dado suporte à instituição. Condenava tudo aquilo que parecesse moderno: teatro, literatura, artes plásticas e sobretudo o livre-pensar. Aos rapazes d'* O Pensador *nada escapava. Essa carta oferece ainda um retrato de São Luís, feito, obviamente, com os tons chocantes da iconoclastia daquela geração:*

CARTA AO POVO MARANHENSE

Amigo povo:

É a primeira vez que tomamos a liberdade de nos dirigir a ti, e sentimos bastante que o tenhamos de fazer para pedir-te um obséquio e lançar-te uma censura.

Expliquemo-nos:

Em todos os tempos e em todos os lugares, sujeitos aos progressos da inteligência, o respeito mútuo de idéias e crenças, a correlação das classes e a reciprocidade dos direitos do homem constituíram uma necessidade inquestionável para o bom equilíbrio das camadas sociais.

Afastar-se deste princípio é cometer um ataque brutal ao que há de mais justo e de mais sagrado no mundo — a inviolabilidade do indivíduo; é retroceder séculos e séculos, é desrespeitar a melhor lei da humanidade — o direito natural; é violar os preceitos instituídos pela sociedade, é desobedecer a Cristo no seu preceito sublime que nos manda amar nosso próximo, como a nós mesmos, é enfim abdicar de todos os foros de homem civilizado para descer ao estado inconsciente e egoísta dos brutos, dos mongololos, dos tupinambás, que comem seus semelhantes como nós comemos os bois.

Há uma semana que corre nesta cidade, ecoando, repercutindo, num retintim medonho, um grito terrível de raiva e selvageria: há uma semana que chovem nesta redação cartas anônimas, comunicando-nos o mal pensado projeto que teu ódio fantasiou, ó povo!

É inútil declarar que nos referimos à projetada sova de pau, com que pretende mimosear as costas de S. Exª diocesana e a de seus correligionários e amigos.

Tal projeto, permite que to diga com franqueza, é indigno de teu caráter e de teu prestígio. Onde estão as virtudes que te deram o título de povo prudente, cordato, instruído e esperto?!

Onde está o entusiasmo com que defendes enfaticamente a santa Liberdade, essa respeitadora dos corações e dos cérebros?!

Sim, povo! pois que és livre, deves respeito às instituições estabelecidas, deves respeito às idéias e às crenças alheias, e deves respeito às autoridades do país — não te assiste o direito de punir — cabe-te apenas o de lutar, o de combater!

Tens a tua arma — a inteligência, tens a tua força — o trabalho, tens a tua causa — a liberdade. Defende-a, combate por ela — instrui-te, mas não dês de pau.

Sê homem! Sê poderoso! cria a tua superioridade, faz o teu prestígio, enriquece a tua casa, mas não uses do cacete! Não será quebrando as costelas dos padres que te afirmarás na dignidade individual, que percorrerás as numerosas carreiras que a agricultura, o comércio, a indústria oferecem às classes médias e às classes superiores; não será por esse modo certamente que farás jus ao respeito e às honras da sociedade moderna, pronta sempre a coroar os esforços de quem mais trabalha, como pronta a desprezar o vadio, que teve a lamentável infelicidade de nascer rico e inútil.

Sim! tu não podes usar do pau! porque Deus te deu o cérebro, tu não podes esperdiçar a atividade e a força de teu braço dando pauladas, porque precisas delas para mover os prelos, serrar os troncos, manejar a enxada.

Queres destruir o clero? queres contribuir para o aniquilamento dessa corporação que se faz respeitar de joelhos, que te esteriliza o esforço e te absorve o miolo? Pois bem! procura fazer no teu meio, na tua vida, na tua esfera, o que faz Laplace na Astronomia; Franklin e Galileu na Física; Lavoisier na Química; Bouffon na Zoologia; Lineu e Jussieu na Botânica; Bichat e Jeunier na Medicina; Watt na Mecânica; Micchelet na Sociedade; Rembrandt nas Artes; Shakespeare na Literatura e Cristo nos corações (...).

Enfim arranjar com o Papa licença para que ele [o padre] possa se casar, fazer família, a fim de poder viver intimamente confortado na independência feliz e honesta de seu lar, aquecido pelo amor de sua mulher e de seus filhinhos ternos e engraçados, fortalecido no dever, no sacrifício, na luta do trabalho com a vida.

Enquanto ele não tiver tudo isso, a que todo homem tem direito, enquanto ele for de encontro às leis que a natureza sabiamente criou — há de ser mau, sombrio, rancoroso, cheio de inveja e sentindo um ódio surdo, vago por toda a humanidade que é mais feliz do que ele.

Faze-o forte, faze-o homem, faze-o fecundo, limpa-lhe os dentes e deixa crescerem-lhes os bigodes, tira-lhe aquela batina sinistra e repugnante, veste-lhe umas calças frescas de brim de Hamburgo, salpica-lhe o lenço com algumas gotas de água-da-colônia e vê-lo-ás alegre, escorreito, com a espinhela aprumada, o olho buliçoso, o pé lesto, a te bater na barriga, a te fazer bons ditos, bons repentes e — a pensar bem!

E depois disto podes botar o teu cacete fora por uma vez, que ele não te serve de cousa alguma.

Mas, desgraçado, se, apesar de todo este latim que gastei para te convencer e apesar de ser este o primeiro favor que te peço, tu fores indiferente aos meus apelos — se estás na firme resolução de cacetear S. Ex^{a}s. Rev.mas, então ao menos, ó povo, por piedade não te sirvas para um fim tão cru e desumano de madeiras rijas e fibrosas, como sejam a carnaúba, a goiabeira, o piqui, a sucupira e o acapu, de gloriosa memória.

Serve-te de buruti, filho; e não dês com muita força, para não pertubares a digestão de S. Ex^{a}s.

E sem corda para mais, somos com o devido respeito e acatamento.

Teus filhos e amigos.

A publicação d'*O mulato*, de Aluísio Azevedo, repercute nos meios literários e constitui ingrediente oportuno da luta antiescravagista

Para animar mais ainda a confusão e apimentar o caldo, vem à luz nesse momento o polêmico romance de Aluísio Azevedo, O Mulato, *ingrediente oportuno a fazer parte do bolo que se forma. Colocando-o nos limites de seu tempo, para evitar qualquer tipo de mistificação, não há, porém, como evitar analisá-lo, com elogios, no rol das iniciativas mais amplas de questionamentos do* status quo *escravagista. Sua repercussão nos meios literários e políticos vai contribuir para inflamar mais ainda o debate abolicionista no Brasil.*

A Igreja Católica não tardou em rechaçar mais essa ousadia. Fazia pouco, mandara processar judicialmente os rapazes do jornal O Pensador, *acusando-os de injúria e difamação. O juiz da cidade intima os redatores a dar explicações públicas de suas posições, ameaçando-os de prisão. Embalde. Eram todos menores de idade, com exceção de Manuel de Béthencourt, que por ser cidadão português não poderia ser enquadrado. Prenderam o tipógrafo. A polêmica foi deliciosa e os jovens "Pensadores" acabaram vitoriosos, levando de quebra a simpatia popular. A encrenca não pára por aí. A resposta à publicação d'* O Mulato *aparece em* A Civilisação, *em julho de 1881, com requintes de agressão pessoal:*

Eis aí um romance realista, o primeiro que brota no Brasil. É uma audácia, ou muita ignorância, ou ambas as coisas ao mesmo tempo! É contar demais com a ignorância dos leitores, com a benevolência da crítica nacional, e julgar os outros por si. Permita o jovem Zote, autor do Mulato, que me admire ainda uma vez. A sua compreensão sobre o realismo é de eternas luminárias! Melhor fora fechar os livros, ir plantar batatas e jurar com o antigo rifão:

Abraçou o asno com a amendoeira
E acharam-se parentes.

Para que o autor do Mulato nos desse a medida exata do seu realismo, devia abandonar essa vidinha peralvilha de escrevinhadelas tolas. Vá para a foice e o machado! Ele, que tanto ama a natureza, que não crê na metafísica, nem respeita a religião, que só tem entusiasmo pela saúde do corpo e pelo real sensível ou material, devia abandonar essa vidinha de

61

62

A existência precisa de espaço e o espetáculo tem que ter platéia para que o drama seja consumado: Aluísio Azevedo e Eduardo Ribeiro desembarcam no Rio de Janeiro

vadio escrivinhador e ir cultivar as nossas ubérrimas terras. À lavoura, meu estúpido! à lavoura! precisamos de braços e não de prosa em romances! Isto sim é real! A agricultura felicita os indivíduos e enriquece os povos! À foice e à enxada! Res non verba.

Naquele ano, Aluísio Azevedo e Eduardo Ribeiro foram para o Rio de Janeiro. A existência precisa de espaço e o espetáculo tem que ter platéia para que o drama seja consumado. São Luís fora importante como aprendizado e cruel com a ousadia iconoclasta. A história já lhes fazia jus à contribuição no processo de autonomia nacional. Aos rapazes estavam reservadas experiências bem distintas. A caserna e a boêmia ficam, então, na expectativa do desenrolar da festa e da briga que o Maranhão havia propiciado. O encontro de ambos se dará mais tarde, segundo o que a história registra, quando Eduardo Ribeiro, já governador do Amazonas, contrata Aluísio Azevedo, então cônsul brasileiro na Espanha, para representar os interesses desse estado na Europa:

A EDUARDO RIBEIRO

Rio, 1 de janeiro de 1896.

— Desculpa que eu só agora te escreva, já em vésperas de deixar nossa terra e tendo, de mais a mais, de desvirtuar um pouco o espírito desta carta com um pedido que não posso deixar de fazer. Se, porém, não te tenho dado de mim sinal de vida, tenho ao contrário recebido as melhores e mais constantes notícias tuas, já pela imprensa e pelas pessoas que aqui chegam dêsse opulento Estado, que governas com tanto brilho; e aproveito o ensêjo para te enviar as minhas retardadas, mas profundamente sinceras felicitações. — Por mais de uma vez o coração me tem querido saltar para o papel e enviar-te pelo correio saudades do nosso bom tempo e dizer o muito que êle te quer ainda, mas o demônio desta vida de escrivinhador fêz-me da tinta preta e da fôlha branca os terríveis espetros do meu tormento; de sorte que — escrever — tem sido até hoje aqui no Rio de Janeiro a minha grilheta, muito pesada e bem pouco lucrativa, da qual livro pulsos e tornozelos sempre que posso. Todavia como não são só o comer e o coçar que estão só no começar, conto seguro que continuarei a impingir-te cartas minhas do velho mundo, que para mim vai ser o novo. Fui nomeado para o vice-consulado de Vigo, e conto seguir para lá todo êste mês. A isto se prende o pedido que espero realizado em honra da nossa velha e boa amizade. É o caso que, sendo o ordenado de Vigo bem pouco animador, lembrei-me de arranjar contigo uma agência de imigração para o Amazonas, com os resultados da qual pudesse eu disfarçar pecuniariamente a precariedade do meu cargo (...).
Aluísio Azevedo (Azevedo, 1944).

A capital do Império, e depois da República, sempre representou, para todos aqueles que pretendiam transpor os limites da província e da mesmice que ela implicava, a possibilidade às vezes enganosa de expandir talentos, materializar sonhos, viabilizar

ambições. Para os "Pensadores" maranhenses não foi diferente. No ano de 1881 desembarcaram na corte Eduardo Ribeiro, antes, e Aluísio Azevedo, mais tarde. Ambos trazem, porém, na bagagem as sementes de mudança colhidas nos debates e querelas com o conservadorismo maranhense, reflexo particular do imobilismo nacional, que tentava conter as mudanças que se impunham.

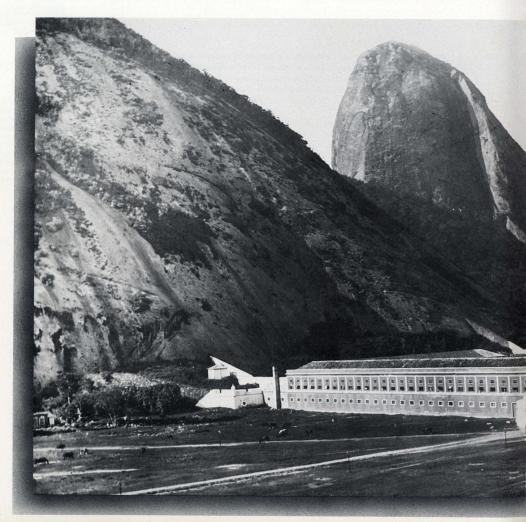
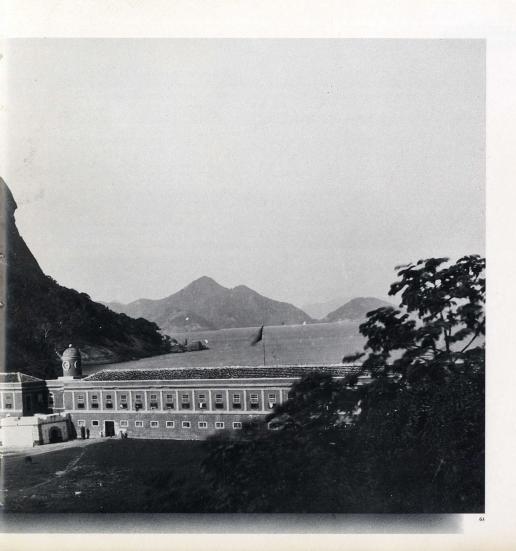
A boêmia e a caserna incomodam a sonolência imperial

Depreende-se da literatura da época, imprensa inclusive, o estado de abandono em que se encontra o Rio de Janeiro que acolhe os migrantes de São Luís: o imperador não governa, deixando o país sob a anarquia, no mau sentido que tomou este termo entre nós; e o chamado povo, em nome de quem tudo se diz e se faz, à mercê das ambições dos partidos políticos, de um parlamento de faladores, dos credores ingleses e da Igreja, com o clero levando vida mansa, e as finanças do país em completo colapso.

Em uma carta de Aluísio Azevedo, respondendo a sua mãe, D. Emília Branco, que lhe cobrava explicações sobre uma matéria saída no jornal A Civilisação *afirmando que ele, Aluísio, se tornara um engraxate e vivia maltrapilho pelas ruas do Rio de Janeiro, o autor d'* O Mulato *dá um depoimento não apenas da condição do escritor no Rio de Janeiro imperial, mas ainda dos referentes culturais que, certamente, lhe influenciavam a visão do mundo, como também das companhias que o freqüentavam na boêmia carioca: há que se observar que se trata de uma carta enviada à mãe aflita, portanto pintada com tons carregadamente tranqüilizadores. Ela é longa e o escritor teve a preocupação de fazê-la acompanhar de um desenho descritivo da casa em que morava:*

(...) Passo aqui uma bela vida. Não dependo de ninguém! Nem do governo, nem do comércio, nem da lavoura. Só dependo de mim mesmo. — E ainda que vem V.Mcê perguntar como fiquei depois da ida de Artur. O Artur é porventura meu pai? Algum dia o foi?! Em tempos mais apertados e mais longínquos não o foi, quanto mais agora!

Desgraçada terra é esta a nossa que, quando um homem não é um empregado público, nem comerciante, nem traficante de negros, ou coisa que o valha, não pode ser considerado como homem independente — Irra com todos os diabos! Basta que reflitam por um instante que eu sou o único romancista que trabalha todos os dias no Rio de Janeiro, para se poder julgar que tenho um nome, uma posição, uma individualidade. Aqui sou o único homem da geração moderna que nunca está doente, que nunca falha, e que trabalha para três ou quatro jornais ao mesmo tempo. — E ainda se me pergunta como vivo! Vivo do trabalho. Não escrevo circulares e ofícios numa Secretaria, não meço chitas no balcão, mas arranco folhetins da cabeça, imaginando, criando, enriquecendo o pobre pecúlio de livros nacionais, sem que para isso fosse necessário passar cinco ou seis horas numa Academia com uma mesada de 100$000 ou em uma viagem à Europa, com ordem franca de um pai alcaide. Enquanto V. Mcê pergunta como eu consigo viver, e enquanto essas nulidades atenienses talvez cogitem o segredo de minha subsistência, aqui todo sujeito que conhece o Rio aponta-me como exemplo de coragem e de futuro. Em minha casa reúnem-se não os primeiros políticos do Brasil, mas sim os primeiros espíritos. Aqui aparecem Machado de Assis, o França Júnior, o Almeida Reis, Vitor Meireles, Cardoso Meneses, Urbano Duarte, Alencar Mendes, Ferro Cardoso, Patrocínio, etc. (Montello, 1975).

63

Os freqüentadores da casa de Aluísio Azevedo tinham na rua do Ouvidor seu ponto de encontro diário e na imprensa a força maior de suas armas. Uns mais, outros nem tanto, lideram a onda antimonarquista que incomoda a letargia imperial.

Respirando o mesmo ar, e seguramente atenta ao desmantelamento da velha ordem, a caserna conspira a seu modo a implantação da res publica. *Eduardo Gonçalves Ribeiro, da mesma linhagem de negros e mulatos que tiveram na Guerra do Paraguai a compulsória chance de fazer um "extra" no burlesco cenário da participação nacional, fora para o Rio de Janeiro tentar a vida na Escola Militar da Praia Vermelha, à época, com toda certeza, um dos poucos lugares sociais que abrigavam gente de sua origem que estivesse disposta a ascender na escala do saber, da sobrevivência digna e socialmente respeitável.*

O imperador, ao autorizar o recrutamento de negros e mulatos para combater na Guerra do Paraguai — momento vergonhoso de nossa história —, não imaginava, passado o evento, ser obrigado a conviver com a nova estrutura, forte e socialmente aceita, do Exército. O tal recrutamento libertava os escravos que trocaram o fardo do trabalho pelo fardo do combate, experiência que vai permitir uma nova avaliação do escândalo que representava a ordem escravagista. Após a guerra, muitos negros e mulatos permaneceram na caserna e aí fizeram carreira.

Esse é um dado significativo para explicar a chamada Questão Militar — movimento importante a questionar a hierarquia baseada no poder da Coroa — e ainda o papel preponderante representado pela Escola Militar tanto na abolição da escravatura como na do Império. Desde 1870, quando do surgimento do Manifesto Republicano, havia uma expectativa na participação dos militares, expressa no próprio corpo do texto. É claro que a Questão Militar constitui mais um dos componentes fundamentais da batalha intensa travada contra a escravatura, e sua contribuição explica em grande parte o desenrolar da festa. Tanto no Amazonas como no Ceará, no ano de 1884, fora decretada a libertação dos escravos. Tal episódio repercutiu de forma particular nas hostes militares, acirrando mais ainda o debate abolicionista. Nesse momento, a liderança do tenente-coronel Sena Madureira, abolicionista convicto, é atingida por uma advertência pública da parte de seus superiores, preocupados com a proporção assumida pelo movimento. E o que poderia ser um fato isolado, com a contribuição da imprensa, se transforma numa celeuma em relação à qual era impossível não tomar partido.

Algumas constatações se tornam então necessárias: à classe dominante não era mais permitido contar com o aparelho militar para a manutenção da ordem escravista: no seio do próprio Exército sedimentara-se a consciência de que a escravatura tinha sua permanência ligada intrinsecamente à permanência do regime monárquico. Era preciso, pois, eliminar a ambos. Nossos manuais de história, escritos quase todos por historiadores monarquistas, fazem leituras distintas dos dois movimentos, dando ênfase à bondade imperial na promulgação da Lei Áurea e reduzindo o movimento republicano a um mero golpe de Estado sem a participação popular. Ora, a idéia e a prática antimonarquista já estão presentes nas Conjurações Mineira e Baiana, Revolução Praieira, Balaiada, Cabanagem, Revolução Farroupilha, Confederação do Equador e tantas outras revoltas.

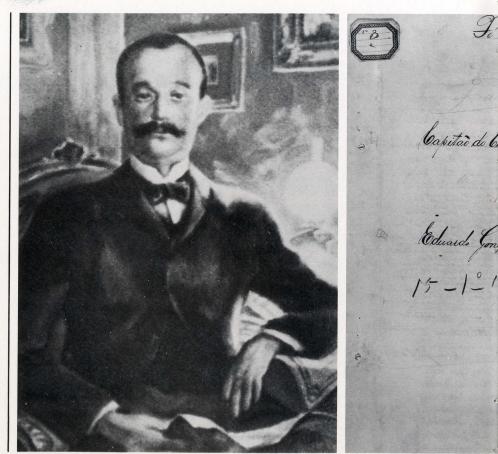
"A ordem por base e o progresso por fim"

A máxima positivista inspirada em Augusto Comte permeava a consciência e a conduta de toda aquela geração empenhada na instauração da ordem republicana. Essa geração tem alguns luminares que, por força de liderança e carisma, conseguiram catalisar as energias mudancistas. É consenso localizar na figura de Benjamim Constant a responsabilidade de ter interferido nos rumos que determinaram o fim do Império no Brasil. Sua figura, comentam os biógrafos — entre eles Ximeno de Villeroy, que lhe dedica um texto de quase quatrocentas páginas —, tinha todos os requisitos para constituir-se em poderoso foco de proselitismo: saber, fluência expositiva, altivez, independência e coragem ante os poderosos da sociedade e da política. Consta que ele não ensinava apenas a equação da linha reta; suas aulas de matemática eram permeadas pelos relatos das leis que regem a sociedade e comandam a história, da ditadura da razão e da ciência como requisito da construção da nova ordem. Dele disse Cândido Mariano Rondon: "Benjamim Constant operava o prodígio quase sobre-humano de transfigurar a sua cátedra de Geometria Algébrica em altar levantando à mais pura idealização da pátria" (Motta, 1976).

O referencial filosófico do positivismo comtiano naquele momento foi eficaz para desmistificar os dogmas eclesiáticos que disseminavam o servilismo espiritual e político como modo eficiente de segurar os conflitos e as mudanças.

A presença de Eduardo Ribeiro na Escola Militar da Praia Vermelha de 1881 a 1887 e seu destacado desempenho acadêmico, comprovado pelos dados de sua Fé-de-Ofício, seguramente sinalizam o tipo de formação e influência recebida deste tumultuado momento da história, e que irá se manifestar mais tarde na sua gestão no governo do Amazonas. Aliás, segundo informações de sua Fé-de-Ofício, a ida para o Amazonas, em 1887, decorre de "medida disciplinar, por ato do Senhor Ministro da Guerra". Medida compreensível se forem consideradas as relações próximas do mulato Eduardo Ribeiro com Benjamim Constant, Floriano Peixoto, Serzedelo Correa, Ximeno de Villeroy, todos integrantes da nova ordem iminente. Uma outra "curiosidade" refere-se à existência de dois documentos oficiais sobre a trajetória militar do Pensador. Um deles é uma certidão exarada pelo Ministério do Exército, 1.ª Região Militar, a pedido da família Gonçalves Ribeiro, com data de 6 de outubro de 1968. Diz o seguinte:

EM CUMPRIMENTO ao despacho do Excelentíssimo Senhor General Comandante da Primeira Região Militar exarado no requerimento de parte interessada, CERTIFICO que, de acordo com os assentamentos da Fé-de-Ofício arquivada nesta Secretaria Geral do Ministério do Exército, EDUARDO GONÇALVES RIBEIRO, nascido em 18 de setembro de 1862, em São Luís, Estado do Maranhão, de cor branca, olhos verdes, cabelos castanhos anelados, 1m,76cm de altura, 75 quilos de peso, sem sinais particulares, filho de Joaquim José Gonçalves Ribeiro e de Olga Thereza D'Alessandro Ribeiro (...)

O outro documento, a Fé-de-Ofício propriamente dita, localizado no Arquivo Histórico do Exército, com certeza mais fiel às informações originais da vida militar de Eduardo Ribeiro, assim se expressa:

64

do officio

do

...rpo de Estado Maior de 1ª Classe

...çalves Ribeiro

2

65

O General de Brigada
Frederico Cavalcanti de Albu-
querque, Commandante Geral
dos Corpos de Estado Maior
de 1ª e 2ª Classes.

Certifico que o official abaixo declarado, tem no ar-
chivo d'este Corpo os assentamentos do theor seguinte

Capitão Eduardo Gonçalves Ribeiro, filho de Florin-
da Maria da Conceição, nasceu em mil
oitocentos e sessenta e um, natural do Esta-
do do Maranhão, côr parda, cabellos pretos
crespos, sem officio, solteiro, com um metro e ses-
senta centimetros de altura. Em 1881. Pe-
la ordem do dia do Commando da Escola
de vinte e quatro de Fevereiro, consta ter sido
matriculado nas aulas do curso preparato-
rio tendo n'essa mesma data assentado pra-
ça e jurado bandeira voluntariamente n'es-
te Corpo como foi determinado em officio da
Repartição do Ajudante General de vinte
e dois dirigido ao Commando da mesma
Escola. Baixou a enfermaria a vinte e cinco
alta a vinte e sete tudo de Março, molestia
febre intermittente e bronchite. Em 1882.
Pela ordem do dia do Commando da Escola
de douse de Janeiro, consta ter sido approva-
do plenamente com grão nove em arithmetica,
grão oito em geometria algebra e trigonometria,
simplesmente com grão cinco em exercicios prati-
cos e desenho concluindo o curso preparatorio
pelo regulamento de dezessete de Janeiro
de mil oitocentos e setenta e quatro. Foi nomea-

66

Depois da guerra do Paraguai, aumenta nos documentos oficiais do Exército o registro da cor parda, denominação esquisita para os responsáveis pela funesta vitória

Certifico que o official abaixo declarado tem no archivo d'estte, Corpos assentamentos do theor seguinte: capitão EDUARDO GONÇALVES RIBEIRO, filho de Florinda Maria da Conceição, nasceu em mil oitocentos e sessenta e um, natural do Estado do Maranhão, cor parda, cabellos pretos crespos, sem officio: solteiro com um metro e sessenta centímetros de altura (...).

Há mais de uma interpretação possível para mais este paradoxo da vida de Eduardo Ribeiro. Vem à tona, porém, uma constatação: a dificuldade da história em discutir e assinalar a presença da negritude na condução das transformações sociais. Treze de Maio de 1888 é apenas uma data. A cultura escravagista e a consciência preconceituosa não terminam por decreto.

Não querem estas notas chamar para si a petulância de deslindar mistérios... eles são "necessários" à história. Elas terminam com duas insinuações extraídas de um cronista maranhense, Dunshee de Abranches, acerca de Eduardo Ribeiro, e se revelam atraente desafio a quem se atrever a levar a sério a memória desse Brasil ainda colonial:

(...) Em poucos lugares, porém como o Amazonas, mais difícil se mostrava essa tarefa [a afirmação da ordem republicana], Eduardo Ribeiro, o Pensador, embora houvesse passado o governo a Fileto Pires, que só mais tarde o trairia sem necessidade e sem proveito, gozava, como chefe de partido, de uma dessas popularidades que faziam lembrar Silveira Martins e José Mariano, em outros tempos. E, a par de um coração magnânimo e benfazejo, possuía ainda as mais distintas qualidades de um político astuto e enérgico, sabendo comandar como poucos e como poucos criar dedicações sinceras, capazes de eclipsarem os ingratos que tanto o aborreceram e acabaram cavando-lhe a morte (...).

Havia nessa ocasião três vagas senatoriais: uma pelo Ceará, outra pelo Maranhão e a terceira pelo Amazonas. Pela segunda vez, o nome de Eduardo Ribeiro era trazido à barra do Senado em brilhante e triunfal eleição a voto descoberto. Jônatas Pedrosa, que apenas tivera umas centenas de sufrágios, nem mesmo se animara a disputar-lhe a cadeira (...) Dias seguidos, na residência de uma das mais altas influências do partido nesta capital, engendraram-se atas puramente fantásticas, com as quais, em nome de Pedrosa, se disputou a eleição de Eduardo Ribeiro, e Ramiro Barcelos não tardava a justificar, perante os seus amigos políticos, o seu voto contrário ao seu ilustre correligionário, sob o pretexto de livrar o Senado de ter um negro em seu seio, como se esse negro, pelo seu talento, ilustração e serviços à República, não fosse tão digno como os mais dignos de figurar na mais alta representação nacional (Abranches, 1973).

Ao que tudo indica, era mesmo preciso eliminar o Negro...

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Dunshee de. *Como se faziam presidentes: homens e fatos do início da República.* Rio de Janeiro, Liv. J. Olympio, 1973.

________. *O cativeiro.* Memórias. Rio de Janeiro, 1941.

AFFONSO, Almino Álvares. *Discurso pronunciado no Congresso Federal na sessão de 8 de agosto de 1892, pelo deputado...* Manaus, 1893.

AGASSIZ, Louis e Elisabeth. *Viagem ao Brasil, 1865-1866.* Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1975.

AMAZONAS, jornal de oposição, vários números da época, Manaus, 1892.

AMORIM, Annibal. *Viagens pelo Brasil do Rio ao Acre.* Aspectos da Amazônia do Rio a Matto Grosso. Rio de Janeiro, Liv. Garnier.

ARANHA, José Pereira Graça. *O meu próprio romance.* In: —. *Obra completa.* Rio de Janeiro, INL, 1968.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil.* Rio de Janeiro, 1961.

AZEVEDO, Aluísio. *O touro negro.* Crônicas e epistolário. Rio de Janeiro, Briguiet Ed., 1944.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira.* Introdução ao estudo da cultura no Brasil. Brasília, UnB, 1963.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. *Mensagem lida perante o Congresso Amazonense.* Manaus, 1891.

BACELAR, Joaquim Huet de. *Projeto de Estrada de Ferro estratégica de Manaus à fronteira do Rio Branco-Amazonas.* Rio de Janeiro, 1900.

BACURI, Francisco Ferreira de Lima. *Estado do Amazonas. Movimentos revolucionários de 30 de dezembro de 1892 e 26 e 27 de fevereiro de 1893.* Manaus, 1893.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: das origens a 1889.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1975-76.

________. *História sincera da República de 1889 a 1930.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

BASTOS, A. C. Tavares. *O vale do Amazonas.* São Paulo, Ed. Nacional, 1975. (Col. Brasiliana)

BATES, Walter Henry. *Um naturalista no rio Amazonas.* Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1979.

BENCHIMOL, Samuel. *Estrutura geo-social e econômica do Amazonas.* Manaus, Edições Governo Estado do Amazonas, 1966.

BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito de Recife.* Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1927.

BITTENCOURT, Agnelo. *Dicionário amazonense de biografias.* Rio de Janeiro, Ed. Conquista/Manaus, Academia Amazonense de Letras, 1973.

________ e outros. *Eduardo Gonçalves Ribeiro e o 1º centenário de seu nascimento.* Manaus, Ed. Sérgio Cardoso, 1962.

BOEHRER. George. C. A. *Da Monarquia à República: história do Partido Republicano do Brasil, 1870-1889.* Rio de Janeiro, MEC, 1954.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira.* São Paulo, Cultrix.

BRANDÃO JR., Francisco Antonio. *A escravatura no Brasil e a agricultura e colonização do Maranhão.* Bruxelas, 1865.

CACCAVONI, Arthur. *Álbum descritivo amazônico.* Ilustrado. Gênova, ano II, 1899.

CIDADE, Coronel F. de Paula. *A República brasileira: o Exército em 1889.* Rio de Janeiro, 1939.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Liv. J. Olympio, 1965.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1975.

CORREA, Luiz de Miranda. *O nascimento de uma cidade.* Manaus, Edições Governo Estado do Amazonas, 1966.

CORREA, Serzedelo. *O rio Acre.* Rio de Janeiro, 1899.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos.* São Paulo, Brasiliense, 1985.

DIÁRIO OFICIAL do Estado do Amazonas, Manaus, várias épocas.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *Manaus, 1890-1920: a ilusão do fausto.* São Paulo, PUC, 1988. (Dissertação de mestrado)

DICIONÁRIO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO BRASIL Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1922. v. II.

DUNLOP, C. J. *Rio antigo.* Rio de Janeiro, Ed. Rio Antigo, 1963.

A FEDERAÇÃO, jornal oposicionista, vários números, Manaus, 1900.

FERNANDES, Eurico. *A contribuição do índio à economia amazônica.* Manaus, Edições Governo Estado do Amazonas, 1966.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá.* Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972.

FERREIRA, Miguel Vieira. *Reflexões acerca da progressão material da Província do Maranhão.* São Luís do Maranhão, Tip. Frias, 1866.

FLEURY. *O gatuno do Amazonas.* Portugal, 1912.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala.* Rio de Janeiro, Liv. J. Olympio, 1969.

GUAPINDAIA, Fernando. *Os escândalos da administração do sr. José Cardoso Ramalho Júnior.* Rio de Janeiro, 1900.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico.* In: —, org. *História geral da civilização brasileira.* São Paulo, Difel, 1962-67.

EXPOSIÇÃO em Manaus, 1870 (autor desconhecido).

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo.* São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

IGNOTUS (SERRA, Joaquim). *Sessenta anos de jornalismo, ou história da imprensa maranhense durante o período 1820-1880.* Rio de Janeiro, 1883.
L'AMAZZONIA, revista italiana de assuntos propagandísticos da Amazônia brasileira, vários números, Gênova, Itália.
LEAL, Antônio Henriques. *Panteon maranhense: ensaio biográfico dos maranhenses ilustres já falecidos.* Lisboa, Imprensa Nacional, 1873-75. 4v.
LEIS DO ESTADO DO AMAZONAS, volumes de 1891 a 1900, Manaus.
LEMOS, Miguel. *O positivismo e a escravidão moderna,* Rio de Janeiro, 1934.
LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil.* São Paulo, Ed. Nacional, 1964.
LISBOA, João Francisco. *Obras completas.* Lisboa, 1864-65. 4v.
LOBATO FILHO, General. *A última noite da Escola Militar da Praia Vermelha.* Rio de Janeiro, Pongetti, 1949.
LOBO, Antonio. *Os novos atenienses.* São Luís do Maranhão, Edição Academia Maranhense de Letras, 1970.
LUZ, Joaquim Vieira da. *Dunshee de Abranches e outras figuras.* Rio de Janeiro, Ed. Jornal do Brasil, 1954.
________. *Fran Paxeco e as figuras maranhenses.* Rio de Janeiro, Ed. Dois Mundos, 1957.
MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão.* São Luís do Maranhão, Tip. Frias, 1870.
MEGGERS, Betty J. *Amazônia, a ilusão de um paraíso.* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977.
MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão.* Rio de Janeiro, 1960.
MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913).* Rio de Janeiro, Ed. Espaço & Tempo, 1988.
MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus.* 3. ed. Rio de Janeiro, Ed. Conquista/Manaus, Academia Amazonense de Letras, 1972.
________. *Grandezas e misérias da história do Amazonas. A renúncia do dr. Fileto Pires Ferreira.* Manaus, 1986.
________. *Notas sobre a Imprensa Oficial.* Manaus, 1986. Ilustrado.
________. *O aguadeiro.* 2. ed. ilust. Manaus, 1977.
________. *O espião do rei.* Separata da revista *Planície,* Manaus, 1950.
________. *O Sacado. Morfodinâmica fluvial.* Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Cadernos da Amazônia, 3).
________. *Roteiro do folclore amazônico.* Manaus, Ed. Sérgio Cardoso, 1º v., 1964, 2º v., 1974.
________. *Roteiro histórico de Manaus.* Caderno de *A Crítica,* Manaus, 1969.
________. *Teatro Amazonas.* Manaus, Edições Governo Estado do Amazonas, 1965-66, 3v.
MONTELLO, Josué. *Aluísio Azevedo e a polêmica d' "O mulato".* Rio de Janeiro, Liv. J. Olympio, 1975.
________. *Histórias da vida literária.* Rio de Janeiro, 1944.
________. Infância e juventude de Aluísio Azevedo. *Letras Brasileiras,* Rio de Janeiro, n. 2, julho 1943.
MORAES, Evaristo de. *A campanha abolicionista (1879-1888).* Rio de Janeiro, 1924.
MORAES, Jomar. *Bibliografia crítica da literatura maranhense.* São Luís do Maranhão, 1972.
________. *Guia de São Luís do Maranhão.* São Luís do Maranhão, Ed. Legenda, 1989.
MOTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército.* Rio de Janeiro, Ed. Cia. Bras. de Artes Gráficas, 1978.
NAZARÉ, Euclides. *A Federação (Atentado governamental contra a liberdade de imprensa e liberdade individual).*
Protesto judicial de..., proprietário do jornal suprimido. Manaus, 1902.
NERY, Frederico José de Santana (Barão de Santa-Anna Nery). *De Paris a Fernando de Noronha: jornal de um degredado.* Lisboa, 1898.
________. *O país das amazonas.* Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/São Paulo, Edusp, 1979.
NERY, Júlio. *Um governador do Amazonas, 1900-1904.* Manaus.
NERY, Silvério José. *Mensagem.* Manaus, 1901.
NOGUEIRA, Antônio. *Política do Amazonas.* Discursos. Rio de Janeiro, 1911.
PACHECO, D. Felipe Conduru. *História eclesiástica do Maranhão.* São Luís do Maranhão,
Departamento de Cultura do Estado do Maranhão, 1969.
PAIM, Antônio. *A filosofia da Escola de Recife.* Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1966.
PORTO, Aníbal. *Em defesa da Amazônia (1906-1915).* Rio de Janeiro, 1915.
PRADO JR., Caio. *Formação histórica do Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1961.
________. *História econômica do Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1963.
PRADO, Maria Lígia C. e CAPELATO, Maria Helena. A borracha na economia da Primeira República. In: Holanda, Sérgio Buarque de, org.
História geral da civilização brasileira. v. I, t. III. São Paulo, Difel, 1962-67.
REIS, Arthur Cézar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional.* Rio de Janeiro, Ed. Americana, 1972.
________. *História do Amazonas.* Manaus, Oficina Tipográfica de A. Reis, 1931.
REIS, Gustavo Morais Rego. *A Cabanagem.* Manaus, Edições Governo Estado do Amazonas, 1965.
REIS, Vicente. O Rio de Janeiro no crepúsculo da monarquia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* n. 345, out./dez. 1984.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil.* São Paulo, Ed. Nacional, 1945.
SALES, Efigênio Ferreira de. *O sr. Silvério José Nery julgado pelos próprios atos.* Discursos. Rio de Janeiro, 1915.
SANTOS, Roberto A. Oliveira. *História econômica da Amazônia, 1800-1920.* São Paulo, T. A. Queiroz Ed., 1980.
SERRA, Astolfo. *A Balaiada.* Rio de Janeiro, Ed. Bedeschi, 1946.
SILVA, Francisco de Paula e. *Apontamentos para a história eclesiástica do Maranhão.* Salvador, Tip. São Francisco, 1922.
SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil, 1500-1820.* São Paulo, Ed. Nacional, 1967.
SKIDMORE, Thomas F. *Preto no branco.* Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976.
SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira.* Seus fundamentos econômicos. Rio de Janeiro, Liv. J. Olympio, 1960.
________. *História militar do Brasil.* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.
SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo.* São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
TALIÃO. *O passado.* Artigos publicados no jornal *A Federação* de Manaus (Amazonas), acompanhados dum prefácio do autor. Belém, Pará, 1902 (pseudônimo do jornalista Victor Hugo Aranha).
TAUNAY, Afonso de. *No Rio de Janeiro de Dom Pedro II.* Rio de Janeiro, Agir, 1947.
VIANNA, Hélio. *Monarquia e República.* In: —. *História do Brasil,* v. 2. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1970.
VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.* Brasília, Ed. UnB, 1980.
VILLEROY, A. Ximeno. *Benjamim Constant e a política republicana.* Rio de Janeiro, 1928.
VIVEIROS, Jerônimo de. *História do comércio do Maranhão, 1612-1898.* São Luís do Maranhão, Associação Comercial, 1954. 2 v.

LEGENDAS

1 *Carta da Província do Amazonas*
2 *Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro*
3 *Instituto Benjamim Constant*
4 *Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro*
5 *Praça da Constituição*
6 *Estado-Maior do 36.º BI, formado em frente ao batalhão do largo Cinco de Setembro (praça da Saudade). O cemitério de São José aparece em terceiro plano. Na foto, presumivelmente em 1896 ou 1900, aparecem identificados* (A) *o major Enrique Cordeiro Júnior e* (B) *o coronel Geógrafo Castro Silva. Foto identificada pelo próprio tenente-coronel Enrique Cordeiro Júnior.*
7 *Ex-governadores: Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro; Dr. Taumaturgo de Azevedo; Dr. Fileto Pires.*
8 *Planta resumida de Manaus, publicada no* Anuário de Manaus *(1913-1914), organizado pelo cidadão português Heitor de Figueiredo, Lisboa, 1913. Administração do superintendente dr. Jorge de Morais. Para observar-se a disposição das instalações principais ao tempo das escaramuças, o autor deste renumerou-as.* (A) *Palácio do Governo;* (B) *Quartel-General e Enfermaria Militar;* (C) *Quartel do 36.º BI;* (D) *Teatro Amazonas;* (E) *Alfândega Velha.*
9 *À esquerda, assinalado com* (→) *o antigo prédio colonial da Alfândega e Correios, com duas frentes, uma dando para a avenida Eduardo Ribeiro (ex-igarapé do Espírito Santo) e a outra para a rua Marechal Deodoro. A foto, levantada da revista amazonense* Cá-e-Lá *(1914), anda publicada em vários álbuns e revistas.*
10 *Junção das ruas Municipal (atual avenida Sete de Setembro), da Matriz e da Instalação da Província, à esquerda. Nesse local, em 1893, acantonaram as forças militares do Batalhão de Segurança (Polícia Militar) em defensiva para conter a progressão tática das forças federais amotinadas.*
11 *Rua Municipal (atual avenida Sete de Setembro) onde aparece a Escola do dr. Pedrosa, local onde se amotinaram os golpistas de 1892-93.*
12 *Regimento Militar amazonense, formado na praça da Constituição (Manaus), em 1896.*
13 *Chácara do dr. Eduardo Ribeiro (Manaus)*
14 *Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro*
15 *Coronel (da Guarda Nacional) José Cardoso Ramalho Júnior, cujo mote "Jacaré" provinha de sua obstinada inclinação para as criaturinhas e as meninas impúberes, artistas de teatro de valor.*
16 *Coronel Affonso de Carvalho, presidente do Congresso amazonense, comandante do Regimento Militar e governador do Estado do Amazonas.*
17 *Dr. Pedro Freire, secretário do dr. Eduardo Ribeiro e um dos dirigentes do jornal* O Pensador.
18 *Major Silvério José Nery, cognominado "Cheiroso", com sua indefectível orquídea "neryana" na lapela.*
19 *Dr. Porfírio Nogueira*
20 *Dr. Almino Álvares Affonso*
21 *Apólice da dívida externa, relacionada ao empréstimo Marseillaise, em poder da sra. Edelvina Melo Costa (cortesia).*
22 *Sistema primitivo de "fabricar a borracha" utilizado pelos índios. Ilustração do livro* Viagens ao sertão do Amazonas, *de Bernardo da Costa e Silva (Porto, 1891).*
23 *Passeio público*
24 *Aspecto de Manaus, à altura da administração Eduardo Ribeiro.*
25 *Primeira Carta cadastral da cidade de Manaus, encomendada por Eduardo Ribeiro ao engenheiro João Miguel Ribas.*
26 *Rua do Tesouro*
27 *a* **30** *Sinais do fausto manauara*
31 *A última imagem sentimental da vida de Eduardo Ribeiro figura no nome "materno" dessa lanchinha a vapor em que ele (debruçado na borda) fazia excursões breves pelos cursos dágua próximos da cidade. A lancha "Florinda" parece haver sobrevivido mais tempo à mãe putativa do Pensador.*
32 *Cidade de Manaus vista do Teatro — assinalada a casa do coronel Ramalho Júnior.*
33 *Residência oficial do dr. Eduardo Ribeiro à rua José Clemente Pereira. Atualmente em ruínas.*
34 *Ponte Benjamim Constant*
35 *Ponte Floriano Peixoto*
36 *Palácio da Justiça (Manaus), detalhe do piso superior.*
37 *Chefatura de Polícia, hoje destruída, situada na rua Marechal Deodoro.*
38 *Palácio da Justiça, iniciado na administração do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro e concluído no governo do coronel Ramalho Júnior.*
39 *Edifício da Redação do* Diário Oficial
40 *Reservatório de Águas*
41 *Tesouro estadual e Recebedoria*
42 *Projetos do novo Palácio do Governo (em construção) e do edifício do Congresso.*
43 *Palácio do Governo do Amazonas (Manaus), projeto do dr. Eduardo Ribeiro, de que só foi construído o primeiro entablamento. Consta a notícia sobre um dos dolorosos pedidos do dr. Eduardo Ribeiro quando doente: "Peça a fulano que não destrua o meu palácio". Foi em vão...*
44 *Fachada do Hospital de Caridade*
45 *Fachada da Hospedaria de Imigrantes*

46 *Teatro Amazonas*
47 *Locomotiva e combine (jardineira), primeiro tipo de transporte popular coletivo de Manaus.*
48 *Inauguração da linha de bondes elétricos em Manaus.*
49 *Usina de luz (à direita), estaleiro naval (à esquerda) com o bonde da Manaus Railway que antecedeu a Manaus Tramways.*
50 *Escola pública da rua José Clemente, depois Grupo Escolar Marechal Hermes, ampliado na gestão do governador Clemente Ribeiro Bittencourt.*
51 *Tipo de escola pública no estilo lambrequins (Grupo Escolar Saldanha Marinho).*
52 *Tipo de escola pública, hoje Academia Amazonense de Letras.*
53 *Ginásio Amazonense, concluído na administração do dr. Eduardo Ribeiro.*
54 *Grupo Escolar Marechal Hermes, na rua José Clemente, lateral do Teatro Amazonas. Deitado abaixo pela tenaz imprevidência dos pósteros. Do mesmo tipo é o edifício da atual Academia Amazonense de Letras.*
55 *Tipos de embarcações: à vela, para transporte de material de construção; a remo (cabaia), para transporte de passageiros, ambas de influência portuguesa.*
56 *Auto de inauguração do Teatro Amazonas.*
57 *Teatro Amazonas — construção em fase de acabamento.*
58 *São Luís do Maranhão à época do Pensador.*
59 *Fac-símile do jornal* O Pensador.
60 *Fac-símile do jornal* Civilisação.
61 *Liceu Maranhense onde estudou Eduardo Ribeiro.*
62 *Palácio do Bispo, símbolo do poder eclesiástico na polêmica São Luís do século XIX.*
63 *Academia Militar da Praia Vermelha (foto cedida por Gilberto Ferraz).*
64 *Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro*
65 *Primeira página da Fé-de-Ofício.*
66 *Documento original comprobatório das origens biográficas de Eduardo Ribeiro (Arquivo do Exército Brasileiro — Rio de Janeiro).*

As águas-fortes constantes da obra foram extraídas da publicação do barão de Santa Ana Nery. O país das Amazonas. *(edição original)*
Guardas: Redenção do Amazonas, óleo sobre tela de Aurélio Figueiredo (Biblioteca Pública de Manaus)

CRÉDITOS

Negritude e Modernidade: a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro

Uma publicação do Governo do Estado do Amazonas sob a responsabilidade da Secretaria de Estado para Promoção do Desenvolvimento do Amazonas, em São Paulo.

Gestão: Sérgio Ferraz Frota, Marli Iolanda Guerreiro Frota
Coordenação técnica e editorial: Alfredo Mário Rodrigues Lopes
Texto: Mário Ypiranga Monteiro
Notas críticas: Alfredo Mário Rodrigues Lopes
Projeto gráfico-editorial: Uns Comunicações
Fotografia: Guilherme Fracornel
Secretaria editorial: Tânia Maria Camargo
Diagramação e arte-final: Sebastião Nogueira
Revisão final: Maria Carolina de Araújo e Vera Sílvia de Oliveira Roselli (Sintagma Editorial)
Fotocomposição: Camera Press
Fotolito: RJ Comunicações e Serviços

Pesquisa histórica: Biblioteca Pública do Amazonas
Biblioteca Pública do Pará
Biblioteca Pública do Maranhão
Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
Biblioteca Municipal Mário de Andrade - São Paulo
Biblioteca da PUC - SP
Biblioteca da FFLCH - USP
Biblioteca do Senado Federal
Arquivo do Exército Brasileiro
Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
Instituto Geográfico e Histórico do Maranhão

Colaboração: Arthur Cézar Ferreira Reis, Jomar Moraes, Robério Braga, Geraldo dos Anjos, Severiano Mário Porto, Benedito Gomes, Valdir Honorato dos Reis, Carmen Célia Albuquerque Carvalho, Gislene Bencini, Cyntia Guimarães Faria, Raul Gonçalves Ribeiro, Orlando Farias, Ana dos Anjos Monteiro, Nestor Nascimento.

Os autores do texto e notas críticas cedem os direitos de publicação ao Governo do Estado do Amazonas para esta edição de 3.000 exemplares.

Este álbum iconográfico contou com apoio do: Banco do Estado do Amazonas, Banco da Amazônia S.A., Gradiente da Amazônia S.A., Semp-Toshiba Amazonas S.A., Verbatim do Amazonas Industrial Ltda., 3M da Amazônia S.A., Omnipol da Amazônia Ind. e Com. Ltda.

IMPRIMIU: EDITORA UMBERTO CALDERARO LTDA.
AV. COSTA E SILVA, 1335 - RAIZ - MANAUS - AM.

MÁRIO YPIRANGA POR ELE MESMO

Não fui um menino criado à barra da saia da mamãe, mas meu pai severamente controlava minhas andanças pelos descaminhos do mundo, a fim de evitar que me acontecesse o mesmo mal que entanguia de ócio a muitos garotos da minha idade, inutilizados desde cedo para o curso de humanidades.

Eu fui cidadão do mundo aos sete anos de idade, solicitado para figurar em pastorinhas, clubes carnavalescos, festinhas escolares, e algumas vezes também ameaçado nas escolas, pelas professoras tolerantes, de bater na marinha. Meu pai me estimulava o gênio competitivo, dava-me versos para decorar e dizer nas ocasiões oportunas, e ainda hoje de alguns deles me lembro perfeitamente. Cantava. Sabia cantarolar e não esqueci as cançonetas alegres e as modinhas de há setenta anos com que alegrava reuniões familiais e escolares. Fui presidente da Escola Dominical, eu que não era batista, nem a família, mas meu pai achava que eu estava bem indo ajudar a louvar a Deus. Impressionante é que por essa mesma época era eu pajem de Santo Antônio na igreja de São Sebastião, freqüentada por minha mãe católica praticante. Como se vê, desde menino eu já acendia uma vela a Deus e outra ao diabo, pois diziam ser eu o diabo em figura de gente. Aos onze anos andava de escoteiro, na Legião Amazonense de Escoteiros do Instituto Universitário Amazonense. Muita gente admirava-se da minha audácia, sair às quatro da madruga do bairro dos Tocos para a sede da Legião, sozinho e a pé.

O primeiro grande périplo que fiz foi aos onze anos de idade, como passageiro de um regatão de quatro faias, para Itaquatiara, para mim o fim do mundo... Talvez essa viagem e mais outra ao rio Mapiá influenciassem as minhas inclinações históricas para o livro que escrevi — *O regatão*.

Mas foi no Ginásio Amazonense que as minhas talvez encubadas reservas de simpatia pelas línguas, história, geografia e literatura aflorassem com ímpeto decisivo, pois foi ali naquele ninho de poetas adolescentes, de pintores, teatrólogos, caricaturistas, cientistas bisonhos, revolucionários, que iniciei, à altura de 1927, a publicação de jornais estudantis, a princípio manuscritos, depois datilografados e por fim impressos. O meu espírito polêmico alvorecia naqueles ímpetos juvenis, a par dos primeiros versos românticos e dos primeiros contos regionais. Valorizar a terra foi sempre o meu objetivo, e para tanto empenho busquei primeiramente a experiência dos meus ancestrais cabocos.

Deixando o Ginásio em 1930, após o entrevero político que deu a nós ginasianos a glória de havermos sido os pioneiros no deflagar a guerra contra o regime do dr. Washington Luís, a política dos homens me desencantou. Arribei com armas e bagagens para os rios Negro e Branco, por onde perambulei cerca de dois anos a catar subsídios para contos e crônicas. Regressando, entrei de bolsos vazios e com o espírito referto de entusiasmo pelas tradições antigas numa indeclinável perspectiva de resgate do passado heróico da minha gente. Tive os meus altos e baixos, minhas querelas rompantes, meus desafios intransigentes, minhas decepções e triunfos, porém a dura e inamolgável carapaça filosófica que enverguei me supria de bastante indiferença para os derrapamentos.

Minha primeira polêmica, à altura de 1932 ou 33, foi contra um cidadão português, metido a poeta, tipógrafo do jornal *União Portuguesa*. Ele havia saído de gênio, utilizando num plágio indecente os versos de Menotti del Picchia, do poemeto "As máscaras". De lá para cá acentou-se mais o meu faro para os plágios, dos meus livros principalmente, muito visados pela mediocridade presunçosa.

Guardo, com usura, o galeão de provas corrigidas por mim, daquela polêmica arrasadora. Meus livros têm sido pilhados descaradamente, mas tenho reagido contra a desfaçatez, denunciando os lunfas.

Aos oitenta e um anos de idade eu posso orgulhar-me de haver dado às gerações futuras bastantes subsídios para a história da cultura da minha terra, pois cerca de quarenta obras já constituem razoável patrimônio histórico-literário que honram o exercício da minha profissão de professor e historiador.